

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SANEAMENTO,**  
**MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O SANEAMENTO:  
UM ESTUDO DE CASO ENVOLVENDO TRÊS  
COMUNIDADES RURAIS BRASILEIRAS**

**Bárbarah Brenda Silva**

**Belo Horizonte**

**2017**

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O SANEAMENTO:  
UM ESTUDO DE CASO ENVOLVENDO TRÊS  
COMUNIDADES RURAIS BRASILEIRAS**

**Bárbarah Brenda Silva**

**Bárbarah Brenda Silva**

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O SANEAMENTO:  
UM ESTUDO DE CASO ENVOLVENDO TRÊS  
COMUNIDADES RURAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Área de concentração: Saneamento

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão em Saneamento

Orientadora: Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima

Belo Horizonte  
Escola de Engenharia da UFMG  
2017

S586r	<p>Silva, Bárbarah Brenda. As relações de gênero e o saneamento [manuscrito] : um estudo de caso envolvendo três comunidades rurais brasileiras / Bárbarah Brenda Silva. – 2017. xiv, 192 f., enc.: il.</p> <p>Orientadora: Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia.</p> <p>Anexos: f. 166-191.</p> <p>Bibliografia: f. 157-165.</p> <p>1. Engenharia sanitária - Teses. 2. Saneamento - Teses. 3. Saneamento rural - Teses. 4. Políticas públicas - Saneamento - Teses. 5. Relações de gênero - Teses. I. Rezende, Sonaly Cristina, 1972-. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Engenharia. III. Título.</p>
-------	---

CDU: 628(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Engenharia

Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Avenida Antônio Carlos, 6627 - 4º andar - 31270-901 - Belo Horizonte - BRASIL

Telefax: 55 (31) 3409-1882 - posgrad@desa.ufmg.br

<http://www.smarh.eng.ufmg.br>

## FOLHA DE APROVAÇÃO

As relações de Gênero e o Saneamento: Um Estudo de Caso Envolvendo Três Comunidades Rurais Brasileiras

**BÁRBARAH BRENDA SILVA**

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos Senhores:

  
Prof. SONALY CRISTINA REZENDE BORGES DE LIMA - Orienta

  
Prof. UENDE APARECIDA FIGUEIREDO GOMES

  
Prof. PAULA DE MIRANDA RIBEIRO

Aprovada pelo Colegiado do PG SMARH

Versão Final aprovada por

Prof. Nilo de Oliveira Nascimento  
Coordenador

Prof. Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima  
Orientadora

Belo Horizonte, 04 de maio de 2017.

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado aos povos do campo, da floresta e das águas. Em especial, às comunidades Nova Esperança, Barreiro Amarelo e Pontal do Buriti e às suas mulheres guerreiras.

Dedico também aos meus pais, ao Adriano e ao Ítalo, minhas inspirações e porto seguro.

## AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa vem se concluindo e é impossível não agradecer a pessoas que fizeram parte dessa trajetória que me proporcionou, além do crescimento acadêmico/profissional, um grande aprendizado de vida.

Difícil não iniciar os agradecimentos mencionando os pilares da minha vida, meus incentivadores e apoiadores incondicionais de vida, meus pais, Nair e Isaiás. Se hoje logro mais uma conquista, vocês são parte principal!

Também sempre presente e fundamental foi meu irmão, Adriano, pelo exemplo e inspiração e o meu sobrinho Gustavo, pelo carinho.

Ao meu noivo, Ítalo, agradeço pela parceria, conselhos, compreensão, paciência e incentivo constante nessa trajetória.

À todos amigos e familiares que sempre me apoiaram e me incentivaram.

À minha orientadora, que teve um papel além deste, professora Sonaly, pela constante motivação, paciência e ensinamentos passados. Me sentirei eternamente honrada por trabalhar com uma pessoa que, com tanto conhecimento, consegue ser humilde nas suas ações. A sua sensibilidade e profissionalismo inspiraram a minha formação e me incentivam na busca do crescimento pessoal e profissional.

À Ana Carolina Lanza pela introdução inicial sobre o tema e pelas várias contribuições ao meu trabalho.

Ao grupo de pesquisa em Políticas Públicas em Saneamento do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG, em especial aos colegas discentes que compartilharam comigo conquistas, incertezas, dúvidas e dificuldades, que me motivaram a seguir em frente nessa jornada desafiadora. Às grandes pessoas que compõem esse grupo serei eternamente grata pela oportunidade de trabalhar e aprender.

Aos demais integrantes da equipe do PNSR, que dividiram muito conhecimento e experiências que contribuíram para o meu crescimento como pesquisadora. João Luiz e Laís pelo carinho, apoio e incentivo. Ao Oscar Torreta por proporcionar a imersão metodológica com tanta paciência e sabedoria.

Aos funcionários do DESA e todos os professores com os quais tive o prazer de adquirir conhecimento sou grata pela oportunidade de aprender com profissionais que são referências mundiais.

Aos meus parceiros de campo, Renata e Diogo, com os quais vivenciei uma rica experiência, inigualável e especial. Com os quais compartilhei todas as emoções e perrengues do trabalho de campo.

Aos moradores do Assentamento Pontal do Buriti, e às comunidades Nova Esperança e Barreiro Amarelo pelos imensos ensinamentos, exemplos de vida, luta e perseverança. Quem me dera um dia conseguir retribuir tudo que vocês me proporcionaram.

À UFMG pela acolhida nos anos da graduação e agora, completando mais um ciclo, no mestrado. Por meio dessa Universidade eu tive acesso a projetos incríveis que me tornaram melhor como pessoa e profissional.

Aos órgãos financiadores dessa pesquisa, Capes e Funasa.

À minha banca examinadora, professoras Uende Aparecida Gomes e Paula Miranda pelas contribuições.

E claro, à Deus por sempre colocar pessoas especiais no meu caminho que me auxiliam e incentivam na minha trajetória.

Sem dúvidas, devo este trabalho a vocês! Muito obrigada!

## RESUMO

As áreas rurais brasileiras diferem das áreas urbanas por uma série de características, entre elas, a divisão do trabalho, pautada, principalmente, nas relações de gênero. Na ausência de serviços de saneamento efetivos, as mulheres são, via de regra, mais afetadas, por exercerem funções quotidianas tais como buscar água e destinar os resíduos sólidos. Além disso, é maior para as mulheres o desconforto da defecação a céu aberto e da higiene menstrual comprometida. As questões de gênero que permeiam o saneamento rural tornam as mulheres um grupo potencialmente alvo de uma política pública de saneamento. Uma vez empoderadas, as mulheres se tornam capazes de desencadear ações na esfera domiciliar que geram impactos na saúde e bem-estar do próprio domicílio. No nível da comunidade, a sua forte atuação pode contribuir para a elaboração de políticas públicas mais equânimes, resolutivas, sustentáveis e que, sobretudo, promovam a igualdade entre os gêneros.

Diante disso, este estudo investigou como se dá a associação das relações de gênero e o saneamento em duas comunidades rurais da Bahia – Nova Esperança e Barreiro Amarelo - e um Assentamento no estado de Goiás – Assentamento Pontal do Buriti. Por meio da metodologia qualitativa, com técnicas etnográficas como a grounded theory, buscou-se identificar as funções sanitárias prioritariamente exercidas pelos homens e as exercidas prioritariamente pelas mulheres, apontando-se possíveis desdobramentos dessas atividades. Por meio da análise documental investigou-se como os marcos legais de saneamento brasileiros e algumas políticas públicas para áreas rurais contemplam as relações de gênero e o saneamento.

Conclui-se que os marcos legais de saneamento brasileiros não contemplam as questões de gênero ou apenas fazem apontamentos ainda muito embrionários. Quanto às políticas públicas voltadas para as áreas rurais, elas abarcam essa relação de forma ainda muito incipiente e obscura. Quanto aos achados de campo, eles reforçam o papel chave das mulheres diante das atividades relacionadas ao saneamento na esfera domiciliar, como a coleta da água e sua gestão. Esses resultados remontam, portanto, à hipótese de que são as mulheres e meninas as mais impactadas quando as soluções sanitárias são ausentes e/ou precárias. Dessa forma, confirma-se o espaço e a necessidade da criação de uma política pública de saneamento que seja sensível às questões de gênero.

## ABSTRACT

Brazilian rural areas differ from urban areas by a series of characteristics, including the division of labor, based, mainly, on gender relations. In the absence of effective sanitation services, women are usually more affected by daily tasks such as collecting water and disposing solid waste. In addition, the awkwardness of open defecation and precarious menstrual hygiene is greater for women. Gender relations inside the rural sanitation turn the women the potential target group for a public sanitation policy. Once empowered, women become capable of triggering actions at the household level that generate impacts on the health and well-being of the family. At the community level, a greater representation can contribute to the development of more equitable, resolute, sustainable public policies and, above all, to promote gender equality.

Therefore, this study investigated the association of gender relations and sanitation in two rural communities of Bahia - Nova Esperança and Barreiro Amarelo - and a Settlement in the state of Goiás - Settlement Pontal do Buriti. Through qualitative methodology, with ethnographic techniques such as grounded theory, we sought to identify the sanitary functions mainly performed by men and those mainly by women, indicating the possible consequences and results of these activities. Through the documental analysis, was investigated how some Brazilian sanitary public policies and rural public policies contemplate gender relations and sanitation.

With this work, was concluded that Brazilian sanitary legal frameworks do not contemplate gender issues or only make notes that are still very embryonic. Relating to public policies aimed at rural areas, the coverage of gender relations is still in a very incipient and obscure way. As for the field findings, they reinforce the key role of women in relation to household sanitation activities, such as water collection and management. These results, therefore, go back to the hypothesis that women and girls are the most affected when the sanitary solutions are absent and/or precarious. In this way, the space and the need to create a public sanitation policy that is sensitive to gender issues is confirmed.

# SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	viii
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS .....	xii
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>6</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	6
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	6
<b>3 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>7</b>
3.1 GÊNERO E SANEAMENTO RURAL: É PRECISO DISCUTIR ESSA RELAÇÃO .....	7
3.1.1 <i>Por que considerar as relações de gênero quando o assunto é saneamento rural?</i> .....	7
3.1.1 <i>Gênero, Saneamento e Políticas Públicas</i> .....	11
3.2 A QUESTÃO DE GÊNERO NO SANEAMENTO: UMA VISÃO INTERNACIONAL .....	13
3.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL .....	20
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
4.1 A PESQUISA QUE CONTEMPLA ESTA DISSERTAÇÃO .....	31
4.2 ÁREAS DE ESTUDO .....	33
4.3 PREPARAÇÃO PARA OS CAMPOS .....	33
4.3.1 <i>A imersão metodológica</i> .....	33
4.3.2 <i>Elaboração do roteiro de questões</i> .....	35
4.3.1 <i>Pré-testes</i> .....	38
4.3.2 <i>Primeiro contato com as comunidades</i> .....	40
4.4 COLETA DE DADOS .....	42
4.4.1 <i>Objetivo Específico 1</i> .....	43
4.4.2 <i>Objetivo Específico 2</i> .....	44
4.5 ANÁLISE DOS DADOS .....	58
4.5.1 <i>Análise dos dados referentes ao objetivo específico 1</i> .....	58
4.5.2 <i>Análise dos dados referentes ao objetivo específico 2</i> .....	60
4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS.....	63
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>69</b>
5.1 SANEAMENTO E GÊNERO: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	69
5.1.1 <i>Políticas Públicas de Saneamento</i> .....	69
5.1.2 <i>Políticas Públicas de Gênero</i> .....	73
5.1.3 <i>Políticas Públicas para o rural</i> .....	81
5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS SANITÁRIOS DAS LOCALIDADES VISITADAS .....	89
5.2.1 <i>Assentamento Pontal do Buriti</i> .....	89
5.2.1 <i>Comunidade Nova Esperança</i> .....	93
5.2.2 <i>Comunidade Barreiro Amarelo</i> .....	99
5.3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEUS REFLEXOS SOBRE O SANEAMENTO RURAL.....	104
5.3.1 <i>“Cada um tem uma vocação”: relação entre homens e mulheres nas comunidades rurais</i> 104	
5.3.2 <i>Identificando os papéis de homens e mulheres nas ações de saneamento domiciliares e comunitárias</i> .....	107
5.3.3 <i>Abastecimento de água precário: “O peso da lata não é só da água”</i> .....	125
5.3.4 <i>Ausência de sanitários e as suas implicações: “É nesses carrascos aí!”</i> .....	128
5.3.5 <i>Impacto da falta de saneamento e a sua relação com a saúde</i> .....	142
5.3.6 <i>Espaço potencial para a participação feminina nas ações de saneamento empreendidas</i> .....	147
<b>6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>153</b>

<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>
<b>8</b>	<b>ANEXO.....</b>	<b>166</b>
	ANEXO A.....	167
	Carta de aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG aprovado em janeiro de 2016. ....	167
<b>9</b>	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>169</b>
	APÊNDICE A.....	171
	Roteiro de entrevista completo .....	171
	APÊNDICE B.....	185
	Folder entregue pelos pesquisadores nas comunidades.....	185
	APÊNDICE C.....	187
	Modelo da divisão temática das questões aplicadas em campo.....	187

## LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1: Mapa do Brasil com a marcação da localização das comunidades visitadas no campo do PNSR. As localidades pesquisadas neste trabalho estão sinalizadas com a cor verde na figura.....	32
Figura 4.2: Pesquisadores da equipe de campo durante a capacitação e discussão do roteiro de questões .....	37
Figura 4.3: Pesquisadores fazendo o reconhecimento do Assentamento Pastorinhas.....	39
Figura 4.4: Participantes do grupo focal e pesquisadores de campo .....	39
Figura 4.5: Esquema Representativo Objetivo específico 1 .....	44
Figura 4.6: Esquema de coleta de dados realizada em campo.....	46
Figura 4.7: Pesquisadoras conhecendo a sede do assentamento em companhia do diretor da Escola Rural.....	47
Figura 4.8: Entrevistas sendo realizadas A – Morador Ailton e Márcia B – Moradora Terezinha .....	48
Figura 4.9: Entrevista em grupo coordenada pela autora desta dissertação .....	49
Figura 4.10: A - Entrevistada Sr <sup>a</sup> . Eunice na frente da sua casa, B - Agente Comunitária de Saúde, Sr <sup>a</sup> Maria Leci, em frente a sua casa depois da entrevista .....	50
Figura 4.11: Pesquisadoras e participantes ao final do encontro.....	52
Figura 4.12: Entrevista com uma das moradoras .....	55
Figura 4.13: Entrevista. Da esquerda para direita: Sr <sup>a</sup> Nininha, o pesquisador Diogo e a pesquisadora Bárbarah.....	55
Figura 4.14: Conversa com as mulheres na casa da Sr <sup>a</sup> Nininha.....	57
Figura 4.15: Foto dos participantes do encontro realizado na casa da Sr <sup>a</sup> Nininha.....	57
Figura 4.16: Esquema de coleta e análise dos dados do objetivo específico 1.....	59
Figura 4.17 Análise dos dados coletados em campo .....	62
Figura 5.1: Vista de satélite da localização do Assentamento e da estrada que liga a entrada à sua sede.....	89
Figura 5.2: Vala para queima do lixo .....	92
Figura 5.3: Vasilhas de veneno utilizadas para o plantio .....	93
Figura 5.4: Imagem de satélite da comunidade de Nova Esperança-BA .....	94

Figura 5.5: A - Igreja católica localizada no centro da comunidade. B - Vista das casas e da rua calçada .....	95
Figura 5.6: A - Açude domiciliar. B - Rio Tocós. C - Açude comunitário .....	96
Figura 5.7: Morador mostrando o lixão.....	97
Figura 5.8: Coleta de resíduos sólidos sendo realizada .....	98
Figura 5.9: Caixa d'água comunitária localizada na comunidade de Barreiro Amarelo para armazenamento da água utilizada para beber .....	100
Figura 5.10: Soluções para captação de água de chuva. A: captação em pequena tubulação abaixo da linha d'água do telhado e derramamento em caixa d'água e B: captação da água de chuva em potes de barro, sem auxílio de canos.....	102
Figura 5.11: Moradora enchendo os galões de água doce para transportá-lo no carrinho de mão até a sua casa (732m distante) .....	111
Figura 5.12: Solução constituída de poço profundo, registro, mangueira e reservatório .....	112
Figura 5.13: Moradora segurando a botija que usava para transportar a água .....	113
Figura 5.14: Moradora de Nova Esperança mostrando onde armazena a água na sua casa... 115	
Figura 5.15: Locais onde a água de beber e cozinhar fica armazenada em uma das residências de Barreiro Amarelo (BA).....	117
Figura 5.16: Vaso de planta feito de embalagem de veneno .....	120
Figura 5.17: A: Garrafas pet guardadas para armazenar grãos, B: Artesanato feito de garrafas pet .....	121
Figura 5.18: Moradora de Barreiro Amarelo pegando água para lavar as vasilhas.....	125
Figura 5.19: A e B: Vasilhas acumuladas em casas da comunidde Nova Esperança.....	126
Figura 5.20: Roupas recém lavadas penduradas no varal.....	127
Figura 5.21: Fossa rudimentar de uma das casas visitadas .....	129
Figura 5.22: Local usado para tomar banho. A: Assentamento Pontal do Buriti. B: Comunidade Barreiro Amarelo .....	132
Figura 5.23: Tendas para o banho na comunidade Barreiro Amarelo.....	133
Figura 5.24: Banheiro construído exclusivamente para uso de pessoa idosa.....	140
Figura 5.25: Local onde os moradores tomam banho e a cadeira utilizada para dar banho na senhora BA19 .....	140

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1: Questões orientadoras e hipóteses desta dissertação .....	5
Quadro 4.1: Categorias e códigos preliminares criados em campo.....	61
Quadro 4.2: Caracterização dos entrevistados por sexo e idade.....	65
Quadro 5.1: Ações de promoção da igualdade das mulheres previstas na Linha de ação 6.1. do 3º PNPM.....	78
Quadro 5.2: Ações de promoção da igualdade das mulheres previstas na Linha de ação 6.2 do 3º PNPM.....	78
Quadro 5.3: Ações de promoção da igualdade das mulheres previstas na Linha de ação 6.3 do 3º PNPM.....	80
Quadro 5.4: Funções atribuídas aos homens e às mulheres .....	124

## LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1: Ocorrência das palavras-chave selecionadas nas Políticas Públicas de saneamento brasileiras.....	69
Tabela 5.2: Ocorrência de palavras-chave no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015.....	74
Tabela 5.3: Ocorrência das palavras-chave na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

APHA – American Public Health Association

ASA - Articulação do Semiárido

ASCORNE - Associação Comunitária Rural de Nova Esperança

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BAP – Programa Bomba d’água Popular

BB – Banco do Brasil

CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (em português)

CNDM - Conselho Nacional de Direitos da Mulher

CNPM - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

COEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAGEP - Departamento de Apoio à Gestão Participativa

DESA – Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental

DHA – Direito Humano à Água

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GT - Grounded Theory

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MCid – Ministério das Cidades

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário

MI – Ministério da Integração

MJ – Ministério da Justiça

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MMP - Movimento de Mulheres Pescadoras

MMTR-NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

MMTR-RS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul

MP – Ministério Público

MST - Movimento dos Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PIMC – Programa um milhão de Cisternas

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento

PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PNSIPCF - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.

PNSR – Programa Nacional de Saneamento Rural

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SEDIM - Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher

SGEP - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

SPM - Secretaria de Políticas para Mulheres

SUS - Sistema Único de Saúde

TED – Termo de Execução Descentralizada

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UN WOMEN - Entidade das Nações Unidas para Equidade de Gênero e Empoderamento Feminino (em português)

WWC - Conselho Mundial da Água (em português)

# 1 INTRODUÇÃO

A universalização dos serviços de saneamento englobando abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial (BRASIL, 2007) constitui um dos principais desafios enfrentados no século XXI. Enquanto os países do norte já avançaram bastante na provisão destes serviços à sua população, muitos países do sul ainda caminham em busca de melhorias nos índices de cobertura sanitária (BRAADBAART, 2013) e na atenção às necessidades imediatas fundamentais à sobrevivência da população (MELLOR, 2000).

O Brasil teve significativo avanço na cobertura de serviços de saneamento nas áreas urbanas, embora grupos economicamente menos favorecidos ou moradores de periferias urbanas ainda sofram com a falta de ações adequadas de saneamento. Quando comparadas às áreas urbanas, as áreas rurais brasileiras ainda assumem uma situação sanitária muito desfavorável. Vale destacar que nem sempre as soluções coletivas são as mais adequadas às áreas rurais, visto as suas singularidades organizacionais e culturais, assim, para se estabelecerem comparações entre as ações nas duas situações, na rural e na urbana, devem ser tomados cuidados.

De acordo com informações do Censo Demográfico de 2010, enquanto cerca de 94% dos domicílios urbanos brasileiros estão ligados à rede de abastecimento de água, no contexto rural apenas 33,2% dos domicílios são abastecidos por água advinda da rede de abastecimento com ou sem canalização interna. Nos 66,8% dos domicílios restantes predominam a captação de água feita em fontes alternativas como poços, nascentes, lagos, carros pipas e cisternas, cuja água geralmente é inadequada para o consumo humano. A discrepância é ainda mais elevada quando comparadas as taxas relativas ao esgotamento sanitário: no contexto urbano, 65,5% dos domicílios estão conectados à rede coletora de esgoto, enquanto na zona rural apenas 5,2% dos domicílios são atendidos por esse tipo de solução. 28,3% dispõem seus efluentes em fossas sépticas e no restante dos domicílios (66,5%), o lançamento do esgoto é feito em fossas rudimentares ou a céu aberto. Em relação aos resíduos sólidos, nas áreas rurais, apenas 23,4% dos domicílios têm acesso à coleta direta dos resíduos (IBGE, 2011). Quanto à mensuração do componente manejo de águas pluviais, não há indicadores relacionados aos domicílios, apenas relacionados aos municípios, disponíveis em fontes como a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), e a Defesa Civil, todas elas aplicadas às áreas urbanas. Assim, no

Brasil, diferentes ações de saneamento podem ser encontradas em diversos níveis de cobertura no território brasileiro.

Autores como Rezende e Heller (2008); Heller *et al.* (2016); Costa e Ribeiro (2013), relacionam ao Planasa (Plano Nacional de Saneamento) o grande salto na cobertura de serviços de abastecimento de água e, em menor medida, em esgotamento sanitário nas áreas urbanas brasileiras, sobretudo nas capitais estaduais e cidades mais importantes do Sudeste brasileiro. Esse desenvolvimento desigual foi determinante para a magnitude das migrações internas, que produziram trocas de população entre áreas rurais e urbanas, em ritmo acelerado durante a década de 1970, levando as áreas rurais, cada vez mais, à estagnação.

As áreas rurais abarcam um montante considerável da população. Dados do Censo Demográfico apontam que, em 2010, 16% da população brasileira residia em áreas rurais, correspondendo a aproximadamente 30 milhões de pessoas (IBGE, 2011). Se a maior parte da população rural ainda não dispõe de acesso adequado ao saneamento, o risco para a saúde pública e ambiental pode ser muito elevado, tendo em vista a relação do saneamento e a influência sobre indicadores de saúde como diarreia, mortalidade infantil e expectativa de vida. Tais indicadores são salientados dentre os demais, por autores que visam dar conta da complexidade da relação entre o saneamento e a saúde (HELLER, 1998; MARA *et al.*, 2010).

Nos últimos anos o Brasil logrou o desenvolvimento de importantes políticas públicas vis a universalização dos serviços de saneamento. Primeiramente, com a Política Federal de Saneamento Básico, Lei nº 11.445 de 2007 que, ao estipular as diretrizes nacionais para o saneamento básico, considerou no seu escopo importantes princípios como a universalização dos serviços; a integralidade; a adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; a utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas; o controle social e; a segurança, qualidade e regularidade dos serviços (BRASIL, 2007).

Com elaboração prevista pela Lei nº 11.445/2007, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), lançado em dezembro de 2013, estipulou um conjunto de metas, diretrizes e ações para os 20 anos seguintes ao seu lançamento, visando à melhoria dos serviços de saneamento em todo o território nacional (BRASIL, 2013). Uma das estratégias delineadas no Plansab cerne à criação de uma política específica para as áreas rurais; prevendo, dessa forma, a criação de um Programa Nacional de Saneamento Rural – PNSR. O Programa tem como finalidade desenvolver ações de saneamento básico em áreas rurais objetivando a

universalização do acesso com equidade, integralidade, intersetorialidade, sustentabilidade dos serviços e a participação e o controle social (FUNASA, 2016). Para isso, a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) - órgão do Governo Federal responsável pelas ações de saneamento direcionadas às áreas rurais de todo o Brasil - e o Ministério da Saúde, firmaram, em 13 de fevereiro de 2015 uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). À Universidade, ficarão sob responsabilidade a elaboração de uma série de estudos, dentre eles o panorama atual do saneamento das áreas rurais brasileiras. Com o objetivo de contribuir para a elaboração do PNSR, alguns projetos de mestrado e doutorado contemplaram nos seus temas importantes aspectos relacionados ao saneamento em áreas rurais. Este trabalho de dissertação, especificamente, contemplou as questões de gênero presentes no saneamento rural e visou dar alguns subsídios para a elaboração de diretrizes específicas desse eixo ao Programa.

A necessidade da formulação de uma política pública de saneamento que seja especialmente elaborada para áreas rurais se faz necessária, tendo em vista a grande discrepância no acesso aos serviços de saneamento pelos habitantes dessas localidades quando comparadas às áreas urbanas. Diversos tipos de comunidades, culturas e costumes compõem o rural brasileiro e suas especificidades exigem, de certa maneira, ações específicas relativas às intervenções no saneamento básico; pautadas em técnicas, tecnologias, formas de gestão, mobilização social e programas de educação sanitária e ambiental que condigam com a realidade abarcada, visando assim, a sustentabilidade do sistema ou ação implementada. Posto isto, o olhar do planejador deve estar voltado para o território no qual pretende implantar o seu projeto, salientando suas especificidades e não derivando, portanto, de adaptações de projetos urbanos (MAGALHÃES, 2010).

A relevância de se contemplar as relações de gênero nas políticas públicas de saneamento voltadas para o rural vai ao encontro de estudos que apontam que, em localidades nas quais a água é um bem escasso, são as mulheres e as adolescentes que desempenham o papel principal no abastecimento doméstico, pela gestão e na proteção da água (SHONSEY *et al.*, 2012; REDDY *et al.*, 2011; KEVANY *et al.*, 2013; CAMPOS, 2010; JULIO, 2008; UPADHYAY, 2004; HEREDIA *et al.*, 2006; LISBOA *et al.*, 2010; BREWSTER *et al.*, 2006), tornando-as um grupo potencialmente alvo de uma política pública de saneamento.

Gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino. A aplicação do termo “relações de gênero”,

nesta dissertação, se remete aos padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres, ou seja, são funções, atitudes e papéis sociais construídos a partir da dinâmica das relações sociais (CARLOTO, 2001).

A falta de infraestrutura básica, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, coleta de resíduos, acesso ao telefone, entre outros, ainda identificadas em diversas localidades rurais brasileiras, além de afetar o conjunto de moradores dos domicílios, atinge de maneira especial as mulheres, que têm a moradia como o espaço mais importante do trabalho. Na ausência de serviços de saneamento efetivos, as mulheres são as mais afetadas, exercendo funções cotidianas que visam suprir esta ausência (STEVENSON *et al.*, 2012; WUTICH *et al.*, 2009; HULLAND *et al.*, 2015; CARUSO *et al.*, 2015). A falta de abastecimento de água com canalização interna é o elemento infraestrutural que mais dificulta a realização de atividades domésticas como lavar, cozinhar e cuidar das crianças (HEREDIA *et al.*, 2006; HORA *et al.*, 2015). A inexistência de esgotamento sanitário também constitui um agravante para as mulheres, uma vez que são elas as responsáveis pelo cuidado e ou tratamento daqueles que adoecem por contaminações relacionadas ao meio ambiente ou pela escassez de água (BREWSTER *et al.*, 2006; MELLOR, 2000).

Nesta medida, entender a rede de relações e peculiaridades do rural brasileiro, no que se refere às questões de gênero, poderá auxiliar na elaboração de políticas e ou programas de saneamento rural mais sensíveis às características organizacionais dessas comunidades, tornando-os, assim, autossustentáveis, mais coerentes e eficientes para estas localidades (BREWSTER *et al.*, 2006; BENNETT *et al.*, 2008). Políticas públicas de saneamento para áreas rurais podem representar maior acesso a esses serviços, proporcionando mais tempo para o trabalho, estudo, lazer e melhores condições de vida para as mulheres. Uma vez empoderadas, as mulheres se tornam capazes de desencadear ações na esfera domiciliar que gerem impactos na saúde e bem-estar dos moradores e, no nível da comunidade, a sua forte atuação pode contribuir para a elaboração de políticas públicas mais equânimes, resolutivas, sustentáveis e que, sobretudo, promovam a igualdade entre os gêneros.

Com base no exposto e tendo em vista o papel das relações de gênero e a sua consideração na elaboração de políticas públicas de saneamento, para que os Objetivos Específicos (O.E.) deste trabalho sejam contemplados, propõem-se questões de estudo (Q) e respectivas hipóteses (H) apresentadas no Quadro 1.1.

**Quadro 1.1:** Questões orientadoras e hipóteses desta dissertação

QUESTÕES		HIPÓTESES
O.E.1	<b>Q.1.1</b> - Como e em que medida as políticas públicas brasileiras voltadas para áreas rurais tratam a questão do gênero, com foco nas mulheres, na atualidade?	<b>H.1.1</b> - As políticas públicas voltadas ao rural contemplam de forma incipiente as relações de gênero.
	<b>Q.1.2</b> - No Brasil, as relações de gênero são consideradas nas políticas públicas de saneamento existentes?	<b>H.1.2</b> - As políticas públicas de saneamento existentes no Brasil não contemplam a relação de gênero.
O.E.2	<b>Q.2.1</b> - Qual o papel da mulher diante do saneamento nas comunidades rurais escolhidas? Há distinção diante das obrigações entre homens e mulheres?	<b>H.2.1</b> – As mulheres são as principais responsáveis pela coleta e gestão da água e pela destinação dos resíduos sólidos no âmbito do domicílio.
	<b>Q.2.2</b> - Nas localidades pesquisadas, a ausência de serviços de saneamento afeta mais o homem ou a mulher? Por quê?	<b>H.2.2</b> – As mulheres são mais afetadas que os homens perante soluções sanitárias ausentes ou precárias.
	<b>Q.2.3</b> – A ausência de serviços de saneamento, ou sua precariedade, influencia na dedicação das mulheres a outras atividades, como o estudo formal ou atividades econômicas?	<b>H.3</b> - A inclusão das relações de gênero nas Políticas públicas de saneamento rural pode promover ações mais duradouras e sustentáveis nessas áreas, contribuindo para um aumento da qualidade de vida das mulheres de áreas rurais.
	<b>Q.2.4</b> - De que forma e sob quais aspectos as políticas públicas de saneamento voltadas para as mulheres interfeririam no cotidiano vivido por elas?	

Espera-se com esta dissertação, dar importantes apontamentos na perspectiva das relações de gênero e saneamento que sejam capazes de sensibilizar o corpo de profissionais responsáveis pela elaboração do Programa Nacional de Saneamento Rural e demais programas e ações, especialmente, de saneamento rural. Acredita-se que a contemplação desta perspectiva possa trazer avanços no marco legal brasileiro de saneamento e, na prática, prover maior equidade no âmbito sanitário e de gênero.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Investigar as relações de gênero e suas interfaces com as ações de saneamento, em um contexto macro, envolvendo as políticas públicas brasileiras, e em um contexto micro, a partir da realidade sanitária de três comunidades rurais brasileiras.

### **2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

**O.E.1** - Investigar o status de políticas públicas brasileiras específicas com enfoque na área rural, buscando elementos que remetam ao saneamento e áreas afins e/ou gênero, a fim de dar destaque às relações de gênero na constituição da política pública de saneamento rural.

**O.E.2** – Caracterizar ações voltadas para abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos na rotina das famílias estudadas a fim de se buscarem padrões comportamentais na realização dessas tarefas pelos integrantes do domicílio, se existem funções prioritariamente exercidas por mulheres ou por homens, com especial interesse nos domicílios com indisponibilidade de soluções para o atendimento das demandas sanitárias.

## 3 REVISÃO DA LITERATURA

### 3.1 GÊNERO E SANEAMENTO RURAL: É PRECISO DISCUTIR ESSA RELAÇÃO

#### 3.1.1 *Por que considerar as relações de gênero quando o assunto é saneamento rural?*

Nas áreas rurais, uma característica tradicional que merece destaque é a divisão do trabalho pautada nas relações de gênero. Ainda é comum nos domicílios rurais a presença muito forte de uma cultura patriarcal<sup>1</sup>, onde persiste uma hierarquia na qual os homens e os idosos gozam de maior poder detendo a autoridade diante da família, mediante o seu sustento. Concomitantemente, a mulher ocupa uma posição considerada inferior, sendo a responsável pelas atividades da esfera doméstica e familiar. As normas de gênero aparecem, portanto, camufladas em diferentes formas. Gómez *et al.*, (2015) apresentam alguns exemplos, como as desigualdades intradomésticas que refletem "*pressupostos culturais profundamente arraigados de que as vidas de mulheres e meninas são menos valiosas do que as de homens e meninos*" (GÓMEZ *et al.*, 2015, p. 16). Os filhos, criados neste contexto, internalizam a cultura de divisão sexual do trabalho e a conduzem pelas gerações (BRANCO *et al.*, 2003; MELO, 2002).

Partindo-se da tradicional família encontrada nas áreas rurais, alguns estudiosos das questões de gênero e políticas públicas no Brasil salientam que o Estado aparece como intensificador dessas relações patriarcais quando colocam as mulheres à margem do processo, penalizando-as ao excluí-las da condição de planejadoras dos programas ou de beneficiárias diretas, enquanto os homens atuam como protagonistas (MELO, 2003; MELO, 2010; BRANCO *et al.*, 2003; BUTTO, 2011; HEREDIA *et al.*, 2006). Embora marginalizadas, as mulheres correspondem a quase metade da população rural, 47%, somando cerca de 14 milhões de mulheres (IBGE, 2011), distribuídas desigualmente entre as macroregiões brasileiras.

Entretanto, embora não sejam, de forma geral, as provedoras familiares, as mulheres desempenham um importante papel relacionado à sustentação financeira dos lares (PONTES,

---

<sup>1</sup> O patriarcado, no sentido weberiano clássico (WEBER, 1964:184 citado por Melo, 2003), é a situação em que, dentro de uma associação, na maioria das vezes econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa de acordo com determinadas regras hereditárias fixas. Essa pessoa é do sexo masculino, o patriarca, e exerce a autoridade. Nesse sentido, o sistema patriarcado remete a uma divisão sexual que Weber considera "normal" (MELO, 2003).

2013), ao executar tarefas não remuneradas no âmbito mercantil e familiar, denominadas como atividades “invisíveis” (BENNETT *et al.*, 2008; HEREDIA *et al.*, 2006; BANDEIRA *et al.*, 2005; BRANCO *et al.*, 2003). São elas quem se encarregam dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, possibilitando a participação do homem em atividades econômicas remuneradas e no exercício da representatividade social. Bennett *et al.*, (2008) argumentam que este tipo de trabalho, realizado quase exclusivamente pelas mulheres, é central para o desenvolvimento das famílias, das comunidades e até mesmo das nações. Por muitas vezes sua carga horária é dupla ou tripla, enquanto o trabalho realizado pelos homens restringe-se ao laboro desempenhado fora do domicílio. Não raros são os casos nos quais as mulheres auxiliam o trabalho no roçado e ainda são incumbidas de todos os afazeres domésticos. O dia a dia típico de uma mulher trabalhadora rural da Índia foi descrito da seguinte forma por Dankelman e Davidson (1988):

*Se levanta às cinco da manhã. Limpa a casa, lava a roupa, prepara a comida para seu marido e seus filhos e sai para o campo às 8. Trabalha ali até às 6 da tarde, alimentando os filhos mais pequenos que levou com ela. Em seu caminho de retorno, recolhe lenha e, se necessário, água para beber. Prepara a casa, cuida das crianças e dos animais. Às dez da noite se deita. (DANKELMAN *et al.*, 1988, traduzido pela autora).*

A realidade cotidiana vivida pelas mulheres rurais brasileiras não difere muito da descrição de Dankelman (1988), assim como a vivenciada por mulheres moradoras de áreas rurais de várias localidades do mundo e de diferentes culturas (BREWSTER *et al.*, 2006). São as mulheres que, geralmente, administram e controlam a distribuição da água na casa, destinando-a à dessedentação, preparação de alimentos, higiene da família, aos animais de pequeno porte, limpeza da casa e à rega das plantas do quintal (STEVENSON *et al.*, 2012; SHONSEY *et al.*, 2012; RICO *et al.*, 2008; MELO, 2002; HORA *et al.*, 2015; FURTADO, 2008; BREWSTER *et al.*, 2006).

Como a função de administração da água é delegada às mulheres, também recai sobre elas a logística para o transporte dessa água dos açudes, rios ou cacimbas até as residências. Nas áreas rurais, este transporte geralmente é feito a pé, com baldes ou latas na cabeça, muitas vezes sob sol forte e em locais distantes do domicílio (MELO, 2003; SHONSEY *et al.*, 2012). Não raro são necessárias mais de duas viagens para suprir a quantidade de água requerida na moradia, caracterizando um trabalho pesado e árduo para essas mulheres. Além disso, nas residências, ainda é preciso armanezar a água coletada em potes ou tambores (BENNETT *et al.*, 2008).

Melo (2003), cujo estudo contemplou a macrorregião nordeste do Brasil, salienta ainda, as dificuldades encontradas no período de seca, quando as mulheres têm de recorrer a fontes de água mais distantes das moradias e ou têm de enfrentar filas para adquiri-la no caminhão pipa. As mulheres chegam a desempenhar caminhadas que podem chegar a 10 quilômetros, levando na cabeça latas com até 18 litros de água. O esforço, muitas vezes compartilhado com as crianças, provém cerca de 2.700 litros de água por mês (CAVALCANTI, 2003). Assim, além de assegurar a própria subsistência e de seus filhos, garante a oferta de água (mesmo que mínima) e contribuem para a preservação da unidade familiar (CHIFAMBA, 2014; MOURA, 2000). A escassez ou a qualidade da água ainda podem comprometer a realização das tarefas relacionadas com a água dentro do domicílio (BENNETT *et al.*, 2008). Heredia *et al.*, (2006) e Butto (2011) afirmam que essas atividades não são vistas como trabalho, pois não são contabilizadas em termos monetários, sendo consideradas apenas uma extensão das obrigações das mulheres. Seu cumprimento, no entanto, despende das mulheres um tempo e energia que poderia ser utilizado para atividades educacionais, econômicas, e mesmo de lazer (BANDEIRA *et al.*, 2005; BENNETT *et al.*, 2008). Butto (2011) aponta que, no ano de 2006, as mulheres rurais representaram 64% do total das mulheres trabalhadoras brasileiras que não possuíam qualquer tipo de remuneração. Tal indicador ilustra a invisibilidade do trabalho desempenhado pelas mulheres em áreas rurais e, conseqüentemente, a sua falta de remuneração.

Assim, a necessidade de favorecer o acesso ao saneamento, sobretudo ao que se refere ao abastecimento de água nas áreas rurais, tem sido destacada como forma de reduzir a vulnerabilidade<sup>2</sup> social de mulheres (HORA *et al.*, 2015; FURTADO, 2008).

*A disponibilidade de água potável, em quantidade e qualidade, significa não apenas mais saúde como também liberta as mulheres para outras atividades geradoras de rendimento e de aumento de conhecimento (FURTADO, 2008, p. 39).*

Melhorias sanitárias nas áreas rurais podem ser refletidas não somente na saúde, mas na qualidade de vida, especialmente de mulheres e meninas, principais responsáveis pela captação da água nessas localidades, exemplificado pela diminuição e/ou redução do grande esforço físico na busca e carregamento de água por longos percursos (HANNAH *et al.*, 2016; PONTES, 2013).

---

<sup>2</sup> O conceito de vulnerabilidade pode ser compreendido como a interação risco-perigo em um determinado lugar, onde certos grupos e coletividades serão afetados (MARANDOLA Jr., 2008 apud MARANDOLA Jr. et al, 2009).

Dentre as ciências ambientais, o estudo da vulnerabilidade pode contribuir para o entendimento das circunstâncias que colocam as pessoas sob-risco e das condicionantes que reduzem a habilidade com que as pessoas e os lugares respondem às ameaças ambientais, ou seja, reduzem sua resiliência (CUTTER, 2003). Áreas rurais possuem maior vulnerabilidade devido, muitas vezes, ao seu isolamento físico em relação à cidade ou a outras comunidades, o acesso aos serviços de saúde, educação e infraestrutura, às condições precárias de acesso e à inexistência de políticas e programas específicos. No caso do saneamento, podemos relacioná-lo à noção de vulnerabilidade do local, quando inadequabilidades podem condicionar a presença de doenças de veiculação hídrica, por exemplo. Segundo o Censo Demográfico de 2010, é predominante em localidades rurais soluções de saneamento exercidas de forma individual, ou seja, coleta de água em poços ou nascentes, defecação a céu aberto ou a disposição das excretas em fossas individuais e a queima dos resíduos sólidos domiciliares (IBGE, 2010).

Conforme já explorado anteriormente, nas áreas rurais as mulheres atuam como sujeito-chave na promoção de ações que podem contribuir para a diminuição dos riscos e da vulnerabilidade, principalmente dentro dos domicílios. Nesse contexto, ao realizar a cloração da água destinada à ingestão, ou se responsabilizar e fiscalizar o banho e higiene das crianças, ao instruí-las para não andarem descalças no quintal, uma vez que há defecação e eliminação de excretas sem tratamento, ou ainda, ao destinar corretamente os resíduos domiciliares, as mulheres contribuem para diminuir potenciais riscos de contaminação.

Diferentemente dos homens, as mulheres têm um papel chave porque são as primeiras perceber problemas nas comunidades (SHONSEY *et al.*, 2012). Seager (1993) destaca que, em todo o mundo, as mulheres são as primeiras a notarem quando a água que cozinham ou que banham seus filhos tem um odor diferente. São as primeiras a perceberem quando a água começa a ficar escassa e ou sofrem outras alterações. Chifamba (2014) e Brewster *et al.*, (2006) consideram que pelo fato das mulheres terem uma relação mais estreita com a água, elas têm acumulado um conhecimento significativo sobre os recursos hídricos, incluindo a localização, a avaliação da qualidade e os métodos usados no armazenamento. Estes autores ainda salientam que as mulheres são as mais motivadas a garantir instalações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, pois reconhecem, de antemão, a sua necessidade vital.

Tal fato se dá em razão de serem as mulheres quem ficam mais tempo no domicílio e, ainda, serem as responsáveis por questões que tangem à organização e cuidado domiciliar. Mellor (2000) explana que as mulheres têm uma afinidade biológica com a natureza, mas que as diferenças entre homens e mulheres, em última instância, não são fundamentais. Suas diferentes experiências históricas significam que as mulheres tem conservado uma forma distintiva de racionalizar que é holística e intuitiva e que, os homens têm desenvolvido um modo de pensamento lógico, linear e cerebral (MELLOR, 2000, p. 77).

No que se refere ao esgotamento sanitário, o impacto na vida das mulheres não é menorizado, uma vez que são elas quem têm maior necessidade de instalações sanitárias privadas e seguras. Na ausência de sanitários no domicílio, ficam expostas a uma série de riscos, como a violência sexual, ataque de animais, exposição direta a focos de contaminação e outros tipos de constrangimentos que, por vezes, nem podem ser mensurados (HULLAND *et al.*, 2015; WUTICH *et al.*, 2009; SAHOO *et al.*, 2015; BREWSTER *et al.*, 2006; KWIRINGIRA *et al.*, 2014). Quando as comunidades são contempladas com determinados tipos de soluções sanitárias, não é raro acontecer de as mulheres não opinarem sobre o tipo de solução que seria a mais adequada (KEVANY *et al.*, 2013). E, sem embargo, são elas as destinadas a carregar o maior fardo, quando as tecnologias empregadas são inadequadas à realidade vivenciada ou quando o seu acesso é inadequado (SIMIYU, 2016).

### **3.1.1 Gênero, Saneamento e Políticas Públicas**

Embora alguns estudos balizem o papel marcante majoritariamente desempenhado pelas mulheres em relação ao ambiente natural, outros apontam os perigos de tais argumentações e generalizações. Mellor (2000) argumenta sobre os perigos de relacionar às mulheres o papel natural de cuidadora e mantenedora do meio ambiente. Segundo a autora, tal associação fortalece e justifica a sua subordinação, ao considerar que as mulheres estão limitadas pelas suas características biológicas e, como consequência, não conseguem uma representatividade igualitária na vida pública.

Upadhyay (2004), ao realizar um estudo de caso sobre os usuários da água sob aspectos de gênero em uma localidade rural, afirma que relacionar à utilização da água pelas mulheres somente aos trabalhos domésticos e o dos homens aos fins produtivos, subestima o papel produtivo delas. A autora afirma serem elas também as responsáveis pelo uso e gestão múltiplo da água, seja na plantação de hortas, pequenos cultivos, ou na criação de animais. Restringir sua atuação ao uso da água somente para fins domésticos acarretaria em

intervenções e projetos insustentáveis, que não reconhecem a necessidade da distribuição da água de forma igualitária para todos os usos, ou negligenciam a importância do equilíbrio das relações de poder entre homens e mulheres na gestão e acesso à água (UPADHYAY, 2004).

Outros estudos apontam a necessidade de empoderar as mulheres rurais para que elas possam expandir a sua participação para esferas como o planejamento dos projetos relacionados à gestão da água e o saneamento, promovendo decisões mais equânimes (REDDY *et al.*, 2011; KEVANY *et al.*, 2013; GÓMEZ, 2015; FISHER, 2008). Outros, por meio de estudos de caso, reforçam o papel central das mulheres e trazem bons exemplos de projetos que têm como foco a inclusão das mulheres nos processos decisórios (SHONSEY *et al.*, 2012; HANNAH *et al.*, 2016).

As implicações do acesso de homens e mulheres vêm sendo debatidas nas últimas décadas e resultaram na criação do movimento *gender mainstreaming* que, segundo as Nações Unidas, constitui uma importante estratégia para incentivar a igualdade de gêneros. Esta estratégia da transversalidade de gênero nas políticas públicas (*gender mainstreaming*) emergiu durante a III Conferência Mundial das Mulheres em Nairobi, Kenya em 1985. Posteriormente, na IV Conferência Mundial das Mulheres em Pequim (1995), o conceito foi formalizado. *Mainstreaming* resulta em um processo técnico político que exige mudanças culturais organizacionais e na forma de pensar, estabelecendo alterações no estabelecimento de prioridades, definição, planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas (FERREIRA, 2000). Para Stiegler (2003),

*gender mainstreaming consiste na reorganização, melhora, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização. O objetivo (...) é incorporar a perspectiva das relações existentes entre todos os sexos em todos os processos de decisão e fazer com que todos os processos de decisão sejam coerentes à igualdade de oportunidades* (STIEGLER, 2003, p.8).

Walby (2003) complementa o seu conceito afirmando que:

*A igualdade de gênero significa uma visibilidade igual, o empoderamento e a participação de ambos os sexos em todas as esferas da vida privada e da vida pública. (...) A igualdade de gênero não é sinônimo de semelhança; ela não consiste em considerar os homens, seu estilo de vida e suas condições como a norma. (...) A igualdade de gênero significa aceitar e valorizar também as diferenças entre as mulheres e os homens e os diferentes papéis que eles desempenham na sociedade* (Conselho Europeu, 1998 apud WALBY, 2003, p. 7).

Para se obter a transversalidade de gênero, os governos devem difundir estas políticas por vários ministérios, ou seja, a questão do gênero deve estar presente em todas as políticas e

servir de parâmetro como forma de avaliar os seus impactos em condições específicas da vida das mulheres e em seu empoderamento (STIEGLER, 2003).

No setor da água, por exemplo, algumas estratégias de inclusão do gênero podem ser relacionadas ao *Gender Mainstreaming*, como:

*1) Reduzir as desigualdades de gênero existentes na gestão dos recursos hídricos; 2) Encorajar tanto homens quanto mulheres a participar e encontrar soluções para os seus problemas: a participação de ambos garante a contemplação de necessidades específicas, promovendo impactos positivos na vida deles; 3) Criar condições para que mulheres e homens tenham acesso igualitário aos recursos de água e seus benefícios; 4) Criar condições de participação igualitária no planejamento, tomada de decisões e ações (CHIFAMBA, 2014, p. 11. Traduzido pela autora).*

Pretende-se, assim, segundo Chifamba (2014), dar visibilidade às questões de gênero para que tanto homens quanto mulheres possam ser beneficiadas de forma equânime pelos esforços na gestão dos recursos hídricos.

Apesar do debate, muitos políticos e elaboradores de políticas públicas não reconhecem a desigualdade existente entre homens e mulheres no setor da água. Nesse contexto, é preciso ponderar que a maioria dos planejadores no setor da água trabalham com a falsa prerrogativa de que as decisões em relação ao gênero são neutras e, dessa forma, consideram a população um grupo homogêneo cujos benefícios impactam a todos da mesma forma (BENNETT *et al.*, 2008). Por conseguinte, ao não considerar que políticas, projetos e programas possuem efeitos diferenciados sobre mulheres e homens, o preceito de gênero passa despercebido na formulação e planejamento das políticas públicas.

Para um projeto de água bem sucedido é fundamental que a heterogeneidade das localidades seja reconhecida pelos planejadores. Isso significa conhecer as necessidades de uso da água, os usos e prioridades de cada grupo, identificar todos os atores sociais envolvidos, seus papéis, responsabilidades e relações sociais (BENNETT *et al.*, 2008). Significa olhar para as comunidades rurais e suscitar a realidade das relações sociais – inclusive as de gênero - e não impor automaticamente entendimentos pré-determinados.

### **3.2 A QUESTÃO DE GÊNERO NO SANEAMENTO: UMA VISÃO INTERNACIONAL**

Embora seja apontada como um recurso de notória importância para a sobrevivência das populações, a água como um recurso natural passível de proteção foi abordada indiretamente nos tratados e reuniões mundiais da Organização das Nações Unidas (ONU). Somente após a

realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, 1972, as questões ambientais mais específicas passaram a ganhar destaque e, dentre elas, a água.

O primeiro evento mundial para discutir especificamente questões relacionadas à água, aconteceu em 1977, na Conferência de Mar del Plata (VARGAS, 2000; SHONSEY *et al.*, 2012). Com um objetivo ambicioso, pretendia-se aumentar a eficiência na gestão da água e evitar a crise de abastecimento em dimensões globais antes do final do século XX (AITH *et al.*, 2015). A partir deste momento, diversas foram as Conferências e Fóruns de discussões sobre a água e o saneamento.

Sequencialmente às discussões de março de 1977 e, frente à relevância da temática, a ONU proclamou a “Década Internacional do Fornecimento da Água Potável e do Saneamento”, período que compreendeu os anos 1981 a 1990, sob a premissa de que

*todos os povos, quaisquer que sejam seu estágio de desenvolvimento e suas condições sociais e econômicas, têm direito ao acesso à água potável em quantidade e qualidade à altura de suas necessidades básicas (ONU, 1977).*

A “Década da água potável” (1981 a 1990) ficou conhecida por alguns autores como o início da conscientização a respeito dos efeitos da poluição e do desperdício de água sobre o bem-estar do homem, sobretudo para os países menos desenvolvidos (KAUFMAN, 2012 apud AITH *et al.*, 2015). Nesta ocasião, ficou instituída a importância fundamental da inclusão de homens e mulheres na gestão da água e do esgotamento sanitário (BREWSTER, 2006). Segundo Brewster (2006) e Fernandez (2002), nesse período a temática envolvendo as relações entre a mulher, a água e o saneamento, passou a ser discutida mundialmente.

Importante salientar que, na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), realizada em 1979, a Entidade das Nações Unidas para Equidade de Gênero e Empoderamento Feminino (UN WOMEN) lançou, pela primeira vez, luz para a perspectiva do gênero no saneamento. No trecho selecionado pela ONU do Artigo 14 da CEDAW está:

*Os Estados signatários deverão tomar todas as medidas apropriadas para acabar com a discriminação contra as mulheres nas zonas rurais de forma a assegurar, numa base de igualdade entre homens e mulheres, que elas participam e beneficiam do desenvolvimento rural e, nomeadamente, deverão assegurar a essas mulheres o direito: (...) (h) A usufruir de condições de vida adequadas, particularmente no que respeita à habitação, saneamento, abastecimento de água e electricidade, transportes e comunicações (ONU, 2016).*

A partir de meados dos anos 1990, Bennett *et al.* (2008) discorrem que o foco mundial se voltou para escassez da água. Uma nova visão, que ia além das dimensões técnicas de abastecimento de água começou a emergir, considerando os contextos sociais em que a gestão da água se dava (BENNETT *et al.*, 2008). Outra questão que veio à tona, segundo as autoras, foi a do gênero, sob a ótica dos tipos de uso e da gestão da água, principalmente nas localidades onde este recurso natural é escasso.

Em janeiro de 1992, a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente em Dublin, formalizou o papel das mulheres diante do saneamento (RICO, 1998; BREWSTER *et al.*, 2006), o que significou um divisor de águas no mundo da política da água em relação a esta questão (BENNETT *et al.*, 2008). Dentre os quatro princípios da Declaração de Dublin sobre Água e Desenvolvimento Sustentável, o terceiro aludiu ao papel fundamental das mulheres na provisão de água, gestão e proteção dos recursos hídricos (ONU, 1992). Este princípio, contudo, considerou que o papel das mulheres estaria implícito no processo e não poderia ser verificado nos arranjos institucionais da gestão dos recursos hídricos, como pode ser observado abaixo:

*O papel fundamental das mulheres como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente, raramente se refletiu em arranjos institucionais para o desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos. A aceitação e a implementação deste princípio exigem políticas positivas para atender às necessidades específicas das mulheres e capacitar e empoderar as mulheres para participarem em todos os níveis nos programas de recursos hídricos, incluindo a tomada de decisões e a implementação, de formas definidas por elas (ONU, 1992. Traduzido pela autora).*

Ou seja, fica implícito que as mulheres executam função invisível em relação ao saneamento, não sendo consideradas na elaboração das políticas para a gestão de recursos hídricos. Sobre esse aspecto, Bennett *et al.*, (2008) assinalam que reconhecer o papel das mulheres na lida com a água significa aceitar que elas desempenham um papel central na sua gestão, acumulam conhecimentos, experiências e compreendem prioridades. Portanto, não dar voz às mulheres nos processos de planejamento e gestão pode implicar na construção de soluções sanitárias menos eficazes. Todavia, cabe mencionar o caráter amplo das discussões acerca da temática e uma vertente de mercantilização da água, representado pelo princípio 4 da Declaração de Dublin:

*A água tem valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico; este último princípio embute o conceito fundamental do reconhecimento do direito de todos à água potável e ao saneamento, a preços compatíveis (DUBLIN STATEMENT, 2003, apud RIBEIRO, 2008, p.80).*

Este princípio pode ir no caminho inverso da garantia da água como um direito básico de todos os seres humanos, especialmente das mulheres. Autores consideram este princípio polêmico pois *“reconhecer um valor econômico da água é dotar uma substância vital à existência humana de uma característica excludente”* (RIBEIRO, 2008, p.81).

Concomitante à Conferência de Dublin, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992. No documento resultante desta Conferência, a Agenda 21, foram delineadas, no capítulo 18 (Promoção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos), abordagens para a gestão e uso dos recursos hídricos, referindo-se à participação, capacitação, educação e mobilização das mulheres como tomadores de decisão e gestores de recursos hídricos e saneamento (ONU, 1992).

O Segundo Fórum Mundial de Água e Saneamento<sup>3</sup>, realizado em Haia, em 2000, enfatizou e validou as questões de gênero como um dos pontos essenciais para a sustentabilidade dos serviços de água, saneamento e a higiene, argumentando que o acesso igualitário à água para homens e mulheres é uma questão de justiça social, na qual o acesso e o controle sobre os recursos hídricos e ações de desenvolvimento devem ser compartilhados (FERNANDEZ, 2002). Desde então, os países vêm contemplando de formas e níveis diferentes sua inserção nas políticas públicas.

Brewster *et al.*, (2006), destacam que na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), realizada em Joanesburgo, 2002, os governos concordaram em dar suporte na construção de infraestruturas de água e esgotamento sanitário de forma a garantir que tais estruturas satisfizessem as necessidades dos pobres sendo ainda, sensíveis aos aspectos de gênero. No documento redigido após o encontro os governos ainda se comprometeram a

*assegurar que a valorização, fortalecimento e emancipação da mulher e a igualdade de gênero estejam integradas em todas as atividades abrangidas pela Agenda 21, pelas Metas de Desenvolvimento do Milênio e pelo Plano de Implementação da Cúpula* (ONU, 2002, p. 3).

---

<sup>3</sup> O Fórum Mundial da Água é o evento mais importante do setor e é organizado pelo Conselho Mundial da Água (WWC). O primeiro Fórum Mundial de Água ocorreu em Marrakech, 1997, e teve periodicidade trienal nos seguintes países: Haia, 2000; Kyoto, 2003; Cidade do México, 2006; Istambul, 2009; Marsella, 2012; Coreia do Sul, 2015. O 8º Fórum será realizado em 2018, em Brasília, Brasil.

Brewster *et al.*, (2006), mencionam ainda que no final do Ano Internacional da Água, em 2003, a Assembléia Geral proclamou por meio da Resolução 58/217 que entre os anos de 2005 e 2015, ocorreria a “Década Internacional para a Ação Água para a vida”. Nesta, todos os níveis de governantes foram chamados a se concentrar na implementação de programas e projetos relacionados à água com o esforço de assegurar a participação e envolvimento das mulheres nos esforços com a água (BREWSTER *et al.*, 2006), ou seja, evidenciava a necessidade urgente de tratar a dimensão de gênero na gestão da água (BENNETT *et al.*, 2008). Perante o cenário internacional o Brasil adotou, no III Fórum Mundial da Água, realizado em Quioto no ano de 2003, a postura de incorporar a perspectiva de gênero na gestão dos recursos hídricos. Anteriormente, na Conferência de Bonn sobre Água Doce (Dublin +10), em 2001, o mesmo compromisso já havia sido feito (HORA *et al.*, 2015).

No ano de 2000, as Nações Unidas desenvolveram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Eles são um conjunto de metas de desenvolvimento que foram pactuadas pelos 191 países membros da ONU na Declaração do Milênio. Foram criados objetivos que contemplavam a questão de gênero com o objetivo de atenuar as diferenças e fomentar um maior desenvolvimento. No objetivo 3 eram consideradas metas em prol da Igualdade entre os sexos e valorização da mulher, ainda que não tivesse uma diretriz específica relacionada ao saneamento neste objetivo. O objetivo 7, considerado o mais complexo, remetia a Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Ele manifesta a necessidade de prover melhorias sanitárias e abastecimento de água potável, sobretudo nas áreas mais remotas como as zonas rurais. Os ODM são apontados por Chifamba (2014), como uma importante estratégia de melhorias na promoção da equidade de gêneros e o empoderamento feminino, além dos outros aspectos considerados pelos outros Objetivos.

Como nem todos os ODM foram alcançados, as Nações Unidas criaram em 2015 uma estratégia visando avançar o pacto de desenvolvimento firmado entre os países colaboradores. As Nações Unidas aproveitaram os impulsos gerados pelos ODM para levar adiante uma agenda de metas mais completa e ambiciosa, nomeada Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A nova Agenda contempla 17 ODS e 169 metas, com ações para os próximos 15 anos, ou seja, até 2030.

Os ODS que merecem destaque nesta dissertação são o 5, referente à Igualdade de gênero e o 6, referente à água e ao saneamento.

No ODS 5 algumas metas podem ser salientadas por se relacionarem (mesmo que não seja explícito) à promoção de políticas públicas de saneamento sensíveis ao gênero, são elas:

*5.3 Eliminar todas as **práticas nocivas**, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas; 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os **recursos naturais**, de acordo com as leis nacionais; 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da **igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis** (NAÇÕES UNIDAS, 2016. Grifos da autora).*

Quanto ao ODS 6, as seguintes metas são destacadas:

*6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene **adequados e equitativos para todos**, e acabar com a defecação a céu aberto, **com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade**; 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento (NAÇÕES UNIDAS, 2016. Grifos da autora).*

Cabe afirmar que os ODS avançaram ao propor metas ousadas e mais específicas e, no que tange a temática deste trabalho, ao recomendar atenção especial para as necessidades de mulheres e crianças. Nota-se que novas e importantes reflexões acerca das questões de gênero e saneamento já vêm sendo colocadas como metas a nível global. A consideração de questões como estas pode levar os países a remanejarem as suas ações e políticas tendo em vista o cumprimento das metas dos ODS.

Não menos importante, há de se considerar o reconhecimento do Direito à Água Potável e Segura e ao Esgotamento Sanitário como um direito humano essencial reconhecido pela resolução A/RES/64/292, da Assembleia Geral da ONU, em 2010 (UNITED NATIONS, 2010). Considerado uma grande conquista, esse direito foi contemplado depois de muitos questionamentos teóricos e a sua rejeição prévia em Assembleia Geral da ONU, em 2008. Segundo esta Resolução, fica instado aos Estados e organizações internacionais assegurar os recursos financeiros, a formação e a transferência de tecnologias necessárias, por meio de assistência e cooperação internacional, com vistas a melhorar o acesso à água e ao saneamento (UNITED NATIONS, 2010).

O direito humano à água (DHA) está embasado em cinco componentes normativos: disponibilidade; acessibilidade física e financeira; qualidade e segurança; e aceitabilidade (availability; quality; acceptability; accessibility; affordability). Estes princípios são respaldados por quatro elementos-chave: igualdade e não-discriminação; participação e

inclusão; responsabilidade e prestação de contas - accountability; alcance progressivo e uso do máximo de recursos disponíveis. Em especial, os dois primeiros podem ser claramente relacionados com as questões de gênero que permeiam o saneamento, quando salienta a igualdade de todas as pessoas perante a Lei, sem tratamentos arbitrariamente diferentes e remete à participação de todas as pessoas de maneira ativa nos processos de tomada de decisão que as afetam.

Em relação ao Direito Humano ao Esgotamento Sanitário, além de assegurar a todos, sem discriminação o acesso à soluções física e economicamente acessíveis em todas as esferas da vida, de forma segura, higiênica, social e culturalmente aceitável, ainda possui em seu escopo dois elementos que são de extrema importância para mulheres e meninas que é a dignidade e privacidade, questões estas, muito relacionadas a padrões socioculturais (BROWN *et al.*, 2016). Avançando ainda mais, consideram-se as especificidades relacionadas à utilização da tecnologia por mulheres e crianças.

Sua incorporação como direito humano possibilitou uma nova abordagem desses serviços, não mais visto como mercadoria, ou fonte expressa de lucro, mas sim como direito fundamental à vida de cada cidadão, que deve ser garantido por meio de políticas públicas. No entanto, autores como Bennett *et al.*, (2008), discorrem que embora seja uma realidade, o direito à água e ao esgotamento sanitário não é reconhecido. As divisões de tarefas socialmente estabelecidas delegam muitas responsabilidades da água às mulheres, mas as decisões, as relações de poder e de direito ainda permanecem a cargo dos homens (BENNETT *et al.*, 2008).

O Relatório sobre o Direito Humano à Água Potável Segura e ao Esgotamento Sanitário destaca que homens e mulheres têm uma relação desigual quanto ao acesso, uso, experiências e conhecimentos em relação à água, ao esgotamento sanitário e à higiene (NAÇÕES UNIDAS, 2016). Embora essa conexão seja discrepante, as leis não garantem, de forma adequada, que os maiores impactados a acessem de forma homogênea. Neste relatório é apontado que mulheres e meninas, especialmente as pobres e moradoras de áreas rurais, devem receber atenção especial das políticas para que avanços na direção da igualdade de gêneros sejam alcançados.

Apesar de atualmente já ser reconhecido que as mulheres desempenham importantes papéis quanto à água e ao esgotamento sanitário, a sua atuação em termos de gestão pública fica aquém dos projetos e a discussão sobre a quem (homens ou mulheres) deveria ser mais

adequado, e o controle dos recursos hídricos não é nem sequer discutida (BREWSTER *et al.*, 2006). Autores, como Fernandez (2002) e Branco *et al.*, (2003), afirmam que embora existam grandes experiências que tenham incorporado e empoderado mulheres nos projetos de saneamento, em nível macro institucional, ainda não se têm adotado políticas e estratégias claras que possam guiar a incorporação das questões de gênero nos diferentes níveis e ciclos dos projetos. Fernandez (2002) aponta que a maioria dos projetos que contemplam as questões da água e do esgotamento sanitário possuem uma visão predominantemente técnica, com ênfase no aumento de sua cobertura. As questões do gênero ainda são tratadas, majoritariamente, como a participação das mulheres a fim de se atingir a sustentabilidade do sistema. Nesse contexto, os projetos de abastecimento estão desenhados para levar água até as residências, para prover o uso reprodutivo (cozinhar, lavar, limpar), mas desconsideram os usos com pequenos trabalhos de subsistência, desenvolvido em grande medida, pelas mulheres (FERNANDEZ, 2002).

Apesar de o Brasil ser signatário de diversos acordos que visam a equidade de gênero, ainda são escassas as políticas públicas que incentivam esta causa. Atualmente, o cenário ainda retrata a distinção entre homens e mulheres, seja no aspecto salarial, de direitos, de participação política, de liberdade, entre muitos outros.

### **3.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Após o direito ao voto, assegurado pelo governo do então presidente Getúlio Vargas (1932), a nova conquista das mulheres, em termos legais, se deu com a Constituição de 1988, que, dentre outras coisas, assegurou a universalização dos direitos humanos, sem distinção entre os sexos, ao consagrar a igualdade de todos perante a Lei<sup>4</sup> (OLIVEIRA, 2010). O artigo 189 da Constituição é bastante relevante para as mulheres rurais, pois estabelece a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de reforma agrária. Esses avanços da Constituição refletem a luta dos movimentos das mulheres rurais que, nos anos anteriores, já haviam iniciado o debate sobre a necessidade de se quebrar a invisibilidade produtiva da mulher na agricultura, além da luta por direitos sociais, como a aposentadoria e o salário maternidade, dentre outras questões (HEREDIA *et al.*, 2006).

---

<sup>4</sup> Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira

O descompasso no acesso às políticas públicas entre as áreas rurais e as urbanas remonta o histórico de desigualdades sociais presente principalmente quando remetemos a princípios como educação e infraestrutura (HEREDIA *et al.*, 2006). A análise das condições de vida das mulheres rurais deve levar em conta as desigualdades no acesso de políticas públicas que afetam, sobremaneira, as mulheres rurais, ampliando a desigualdade de gênero já presente. Embora o acesso a estes instrumentos legais tenha aumentado nos últimos tempos, como resultado e conquistas adquiridas pelos movimentos sociais dos povos da terra, florestas e das águas, muito ainda têm que ser conquistado.

Sales (2007) expõe que o reconhecimento legal das mulheres na produção da agricultura familiar constitui um grande passo, mas além das leis é necessário um conjunto de ações paralelas que empoderem as mulheres, para que possam usufruir dos direitos conquistados. Muitas vezes, a burocratização que envolve os programas de crédito, por exemplo, inviabiliza o acesso das mulheres (SALES, 2007, p. 441).

Embora não estivessem ausentes nas lutas anteriores, a participação das mulheres nos movimentos sociais do campo se deu por volta da década de 1980 (SALES, 2007). As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975–1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foram, segundo a autora, acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres.

Os movimentos sociais rurais têm um papel importante no fomento de políticas públicas com foco nessas áreas. Heredia *et al.*, (2006) inferem que esses movimentos e as suas lutas contribuíram para a diminuição das desigualdades entre zona rural e urbana, favorecendo inclusive, o acesso das mulheres a direitos e políticas públicas.

Em meados da década de 1980, a liderança e representatividade, anteriormente exercida pelos homens nos movimentos rurais, passam a ser assumidas por suas esposas, após a morte deles (CARNEIRO, 1994). Dessa forma, deu-se início aos primeiros movimentos sociais no campo. Heredia *et al.* (2006) destacam que esses movimentos foram incentivados pela igreja católica, movimentos sindicais e partidos políticos, sendo que as primeiras manifestações com maior visibilidade se deram no Sul do país (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), e no Nordeste, especialmente em Pernambuco e na Paraíba. No Sul, o movimento criado e ainda atuante é o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), fundado em 1989. No Nordeste, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) foi o primeiro a ser criado, no ano de 1986. Assim como o anterior, ele ainda é atuante.

As lutas de movimentos de mulheres alçou a construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero na agricultura (HEREDIA *et al.*, 2006), e fizeram com que elas ganhassem mais visibilidade. Importantes mulheres se fizeram visíveis na história brasileira das lutas de movimentos sociais, dentre elas Elizabeth Teixeira (após o assassinato do seu marido, João Pedro Teixeira em 1962, tornou-se líder do Movimento Sindical Agrário no Brasil), Maria Oneide (seu marido, conhecido como “Gringo” era membro da Comissão Pastoral da Terra – CPT e líder do Sindicato de Pequenos Agricultores de Conceição do Araguaia - Pará, após a morte dele em 1980, ela assumiu a luta que seu marido havia começado) e Margarida Alves. Margarida Alves, por exemplo, após se tornar presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, em 1973, foi brutalmente assassinada em agosto de 1983 a mando de latifundiários da região e virou exemplo de representatividade feminina para os movimentos de mulheres rurais.

Em homenagem a Margarida Alves é realizada desde 2000 a Marcha das Margaridas, que é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres (SALES, 2007). O evento tem como objetivo o caráter formativo, de denúncia, pressão, diálogo e negociação política com o Governo Federal. A Marcha tornou-se amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres da América Latina. Durante as marchas, uma pauta de reivindicações é entregue ao presidente da república e negociada com o governo. As pautas são anteriormente discutidas pelas associações em seminários e reuniões a nível local e depois debatidas mais amplamente nas reuniões nacionais de preparação da Marcha. Nesta ocasião, são levantados antigos problemas como o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural e a garantia dos seus direitos e questões atuais que são trazidas à tona durante os encontros (HEREDIA *et al.*, 2006).

Os movimentos de mulheres estão associados a movimentos mais abrangentes como o movimento sindical de trabalhadores rurais que é representado a nível nacional pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Sem Terra) (HEREDIA *et al.*, 2006). O MST é um grande apoiador das lutas pela igualdade de gênero. Por volta de 1997, o MST incluiu em seus cursos de formação política os estudos de gênero (SALES, 2007) e é um grande incentivador da participação feminina em variados espaços, além de ter um “Setor de Gênero”, que visa a conquista da igualdade entre os gêneros (HEREDIA *et al.*, 2006).

Somente no ano de 1985 ocorreram 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais, em várias partes do país (SALES, 2007). No ano de 1990, ainda segundo a autora, inicia-se um período de adesão das instituições às desigualdades de gênero, com o enfoque na mulher. A Igreja Católica, por exemplo, com a Campanha da Fraternidade de 1990, cujo tema foi “Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d’Ele”, incentivando o debate sobre a condição da mulher, tanto na cidade como no campo.

Ao longo dos anos 1990, além dos já citados MMTR-RS e MMTR-NE, outras organizações de mulheres foram sendo formadas com objetivos específicos como o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Mulheres Pescadoras (MMP), a Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista (do Conselho Nacional dos Seringueiros), e a organização das Mulheres Quilombolas. Alguns deles, atualmente, possuem organização a nível estadual, como o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu que desenvolve inúmeras atividades (HEREDIA *et al.*, 2006; SALES, 2007).

O processo de organização das trabalhadoras rurais gerou uma rede de comunicação e significados, resultando na criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) em 1995 (SALES, 2007). Esta foi uma importante iniciativa no sentido de articular movimentos autônomos de mulheres como a Comissão Pastoral da Terra, o MST, e o Movimento dos Atingidos por Barragens. A ANMTR articulou mobilizações, marchas, lutas e eventos. Os esforços de unificação dos movimentos autônomos culminaram em 2003 na criação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), atualmente um movimento com expressão nacional. Sua principal bandeira é o “Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais”.

Outra conquista em termos de políticas agrícolas e igualdade de gênero foi a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), no ano de 1996, pelo então Ministério da Agricultura e do Abastecimento, atual Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir de 2001, ficou determinado que 30% dos créditos do PRONAF seria preferencialmente destinado às mulheres, com o objetivo de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres (OLIVEIRA, 2010). Contudo, há que se ponderar que a instabilidade política vivenciada em meados do ano de 2016 e 2017 e a consequente desestruturação do MDA é um exemplo de fragilidade do Estado para o provimento destes tipos de ações.

Há autoras que salientam que a participação das mulheres em movimentos e grupos de discussão as estimulam a pensar sobre as desigualdades de gênero, remontando discussões acerca da invisibilidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres no meio rural. A partir dessas reflexões, é percebido que as tarefas desenvolvidas são vistas como atividades produtivas e não mais como simplesmente uma ajuda (SALES, 2007; HEREDIA *et al.*, 2006). Assim, o envolvimento das mulheres nas arenas de discussão constitui importante ferramenta em prol do seu fortalecimento no meio rural e na representação política como um todo. O empoderamento feminino pode trazer melhorias reais para as famílias rurais, ao ponto que as mulheres, cientes e de posse de seus direitos, podem alçar novos caminhos de crescimento intelectual e renda.

Os movimentos liderados por mulheres também têm grande relevância na disseminação de informações relevantes às mulheres rurais. Uma vez que uma liderança de determinada comunidade passa a fazer parte de determinado movimento ela pode se tornar um agente multiplicador dentro da sua própria localidade.

A partir de 1985, não por mera coincidência à atuação dos movimentos das mulheres rurais, começam a surgir programas e projetos que buscam incorporar o componente gênero em suas ações. Ainda neste ano é criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) vinculado ao Ministério da Justiça. O CNDM apoiou a criação do “Programa de Apoio à Mulher Rural” sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura. O objetivo do Programa era “estudar e desenvolver planos de ação que proporcionem à mulher trabalhadora rural melhores condições de trabalho, possibilitando sua maior participação no processo de Reforma Agrária” (TEIXEIRA, 1994 apud HEREDIA *et al.*, 2006). O CNDM teve um papel importante no apoio à mobilização nacional das mulheres rurais para a Constituinte e permitiu às brasileiras dispor de um espaço no âmbito do Governo Federal para expressar suas reivindicações. Em novembro de 1985, o CNDM lançou a campanha “Alerta da Mulher para a Constituinte”, incitando o slogan: “*Constituinte sem mulher fica pela metade*” (PIMENTA, 2010). A CNDM defendeu:

*a criação de mecanismos capazes de assegurar a participação equitativa das mulheres no processo de geração de empregos e renda, a garantia do acesso delas às políticas sociais de caráter universal e a implementação de programas especiais dirigidos a grupos frágeis ou vulneráveis” (BRUSCHINI et al., 2006), (...) com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas públicas que visem assegurar e eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País (BRASIL, 1985).*

De 1985 a 2010, o CNDM teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2003, ele passou a integrar a estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a contar, em sua composição, com representantes da sociedade civil e do governo. Isso ampliou significativamente o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

O CNDM tem como um de suas importantes atribuições segundo o Artigo 1º do Decreto Nº 8.202/2014:

*apoiar a SPM em suas articulações com diversas instituições da Administração Pública Federal e com a sociedade civil; formular e propor diretrizes para a ação governamental voltada à promoção dos direitos das mulheres e; atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero (BRASIL, 2014).*

Embora atualmente seja regulamentado pelo Artigo 3º do Decreto Nº 8.202/2004, que define sobre os membros do CNDM, somente no ano 2000, quinze anos após a sua criação, ocorre a nomeação da primeira mulher trabalhadora rural para participar do CNDM, a indicada era membro do MMTR-NE.

No Brasil, até meados dos anos 2000, Bandeira (2005) considera que o papel relevante desempenhado pelas mulheres era invisível ao olhar das políticas públicas em geral, melhorando após a criação da Secretaria Especial de Políticas Pública para as Mulheres, em 2003. Heredia *et al.* (2006), salientam que os avanços ocorreram na forma de implementação de políticas dirigidas para a população rural, nem sempre dirigidas especialmente às mulheres. A invisibilidade do papel das mulheres, somado ao desconhecimento do significado do termo gênero e suas implicações, por parte dos técnicos, de certa maneira, justifica o pequeno número de discussões e desenvolvimentos a partir dessa visão (BRANCO *et al.*, 2003).

Em 2002, no último ano de mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), órgão de função executiva, com o objetivo de propor e monitorar políticas públicas e governamentais de promoção da igualdade de gênero (BRASIL, 2002). A partir deste momento, Conselho e Secretaria trabalhariam juntos, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) seria o idealizador e a SEDIM o órgão executor.

Em 1º de janeiro de 2003, no primeiro dia do mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a SEDIM do Ministério da Justiça foi transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Medida Provisória nº 103/2003), vinculada diretamente à Presidência da República sob o status de Ministério (posteriormente a Medida Provisória foi

transformada na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003). Dessa forma, o CNDM é transferido e a SEDIM é transformada:

*Art. 31. São transformados:*

*IV - a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; [...]*

*Art. 33. São transferidos:*

*V - o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (BRASIL, 2003).*

Ainda que recente, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, promoveu mais notoriedade à relevância da contemplação da questão de gênero para as políticas públicas, com o objetivo de construir uma sociedade mais equânime e democrática (BRASIL, 2003). Heredia *et al.* (2006) considera que é um avanço significativo enquanto reconhecimento pelo Estado das questões de gênero.

Em dezembro de 2004, a SPM lançou o primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Até então foram realizados três planos (2004, 2008 e 2013), cujos conteúdos serão analisados como parte de um dos objetivos específicos desta dissertação. O PNPM vigente nos anos 2013-2015, traz à tona toda a discussão sobre a desigualdade histórica da divisão do trabalho segundo gênero, e é avanço dos debates obtidos nas três Conferências Nacional de Políticas para as Mulheres (2004, 2007 e 2016)<sup>5</sup>. Heredia *et al.*, (2006) consideram que a SPM tem atuação incipiente em relação às mulheres rurais, incorporando apenas algumas das reivindicações dos movimentos rurais. Bruschini *et al.* (2006) destacam que cada vez mais as centrais sindicais brasileiras têm demonstrado maior sensibilidade para as questões de gênero e as causas específicas das trabalhadoras, procurando consolidar ou ampliar alguns direitos por meio de negociações coletivas. Cabe agora, conseguir de fato, levar as necessidades dos movimentos para as pautas a nível da SPM e conseguir, desta forma, meios concretos de obter melhorias para as mulheres das áreas rurais brasileiras.

---

<sup>5</sup> A primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi realizada em junho de 2004 e contemplou o tema "Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero". A segunda, realizada em agosto de 2007 terá como foco das suas discussões a "Participação das mulheres nos espaços de poder em um ambiente democrático, integrado por governos e sociedade civil". A terceira, realizada em dezembro de 2011 teve o tema "Autonomia e igualdade para as mulheres". A quarta e última CNPM foi realizada em maio de 2016 e contemplou o tema "Mais direitos, participação e poder para as mulheres". Todas as Conferências foram realizadas em Brasília.

Enquanto o cenário mundial remonta discussões acerca das questões das mulheres frente ao modelo desenvolvimentista, por exemplo, desde a década de 1970, com a Década das Mulheres declarada pela ONU, no Brasil, só percebe-se de fato a inclusão das mulheres em algumas políticas públicas no final da década de 1980.

Quanto a equidade entre homens e mulheres, pode-se dizer que importantes medidas foram tomadas nos últimos 20 anos pelos gestores de políticas públicas em prol de melhorias na qualidade de vida de mulheres rurais. Muitas dessas políticas ainda estão em fase de implantação e os resultados concretos somente poderão ser medidos após a consolidação delas (HEREDIA *et al.*, 2006).

Seguramente, os movimentos de mulheres rurais têm papel fundamental no fomento de políticas públicas, trazendo para o meio político necessidades que são vivenciadas na prática dessas mulheres, salientando-as como atores sociais e políticos. Tais movimentos influenciaram a redução das desigualdades entre a zona rural e a urbana, favorecendo o acesso das mulheres, principalmente as mais pobres, a direitos e a políticas públicas, que contribuem para diminuir a vulnerabilidade desses grupos (HEREDIA *et al.*, 2006; FARAH, 2004).

Nesse contexto, as mulheres propuseram um modelo de política pública no qual integram os dois lados do processo: como beneficiadas pelas políticas públicas voltadas para as mulheres e também, como parte do grupo formulador, implementador e controlador dessas políticas (FARAH, 2004).

Vale ressaltar, portanto, a diferenciação existente entre políticas públicas voltadas para mulheres e políticas de gênero. Bandeira (2004), realiza uma discussão acerca dessas duas vertentes, que por vezes, são discutidas como semelhantes. Segundo a autora, as políticas públicas para as mulheres não priorizam a importância e o significado existente no relacionamento entre os sexos, ou seja, enfatiza o papel desempenhado pela mulher e a sua reprodução social, não desenvolvendo necessariamente o seu empoderamento ou autonomia. As políticas para as mulheres não causam rupturas com as visões tradicionais do feminino, são consideradas mais restritivas, pontuais e com menor abrangência, embora não sejam excludentes das políticas de gênero (BANDEIRA, 2004). As políticas públicas de gênero, por sua vez, envolvem toda gama de relações existentes na convivência homem – mulher, salientando a diferenciação dos processos de socialização, a natureza dos conflitos e a subjetividade existente na construção do sujeito mulher (BANDEIRA, 2004).

Cabe aos gestores e formuladores de políticas públicas, no entanto, ter clareza desses pressupostos para formular políticas públicas capazes de impactar positivamente a natureza das relações e dos padrões de comportamentos visando, assim, a resolução dos problemas. Para Bandeira (2004), ao longo do tempo, o ideal é que as políticas públicas para mulheres venham a ser transformadas em políticas de gênero.

Uma discussão pertinente à criação de políticas públicas sensíveis às especificidades de gênero, é a apresentada por Bandeira (2004), que estabelece um diálogo sobre a diferença entre uma política pública para as mulheres e uma política pública de gênero, embora continuamente elas sejam citadas como semelhantes. Vale salientar que, partindo da visão da autora citada, as políticas públicas brasileiras ainda estão caminhando no sentido de constituírem uma política pública para as mulheres. Estas não priorizam a importância e o significado existente no relacionamento entre os sexos, ou seja, enfatiza o papel desempenhado pela mulher e a sua reprodução social, não desenvolvendo necessariamente o seu empoderamento ou autonomia. As políticas para as mulheres não causam rupturas com as visões tradicionais do feminino, são consideradas mais restritivas, pontuais e com menor abrangência, embora não sejam excludentes das políticas de gênero (BANDEIRA, 2004). Espera-se, contudo, que ao passar do tempo, a sensibilização da população pela temática, e a evolução das políticas públicas, elas passem a ser de gênero. Estas, por sua vez, envolvem toda gama de relações existentes na convivência homem – mulher, salientando a diferenciação dos processos de socialização, a natureza dos conflitos e a subjetividade existente na construção do sujeito mulher (BANDEIRA, 2004). Salienta-se, que a intervenção de uma política pública deve ser demasiadamente ponderada para que a sua aplicação não cause desarranjos capazes de causar grandes impactos negativos repentinos às formas de organização das áreas rurais. É necessário sobretudo, pensar uma política pública para saneamento rural que vislumbre todos os seus usuários sem discriminação. Há, dentro dos domicílios, diferentes grupos de pessoas que têm necessidades e fazem usos diferentes dos serviços de saneamento. É necessário que o planejador esteja atento a estas especificidades e consiga captar as reais necessidades de cada grupo para prover ações sanitárias equitativas.

A incorporação da análise de gênero é reconhecida como forma de compor uma melhor compreensão da sociedade, resultando no planejamento de políticas públicas direcionadas à melhorias na qualidade de vida de diversas populações (BRANCO, 2001). *“O desenvolvimento sensível à questão de gênero significa um processo desenhado*

*conjuntamente, no qual homens e mulheres têm igual nível de responsabilidade pelo desenvolvimento social”* (TUBOLY e PENNY, 1997 apud BRANCO, 2001).

Quando nos referimos às políticas públicas de saneamento rural, é importante ressaltar sua importância diante dos diferentes tipos de territórios rurais no Brasil. No nordeste brasileiro, por exemplo, onde a baixa sazonalidade das chuvas é um fenômeno presente, muitas das medidas governamentais tomadas são basicamente emergenciais, não preveem as situações, nem tampouco contemplam estratégias de ações a longo prazo que garantam a qualidade de vida da população (MOURA *et al.*, 2000). Perante a situação de vulnerabilidade e escassez, muitos homens migram para outras regiões para obter outras fontes de renda. Alguns iniciam uma vida nova em outra localidade e não retornam mais às suas famílias de origem. Durante este período as mulheres se tornam as chefes familiares, o que, de certa forma, justifica a necessidade de políticas públicas que as concedam o direito de ser considerada a responsável pela família e pela unidade de produção (MOURA *et al.*, 2000).

O atual modelo de desenvolvimento atribui prioridade aos interesses masculinos, intensificando a desigualdade e a pobreza em localidades nas quais as mulheres já são colocadas em segundo plano (LISBOA, LUSA, 2010).

Embora os Programas relacionados ao abastecimento de água destinados ao rural sejam entendidos como avanços pela maioria dos especialistas sobre o tema, é também notória a sua incipiência para determinados autores (BANDEIRA *et al.*, 2005). A ONU Mulheres em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres divulgou em 2016 um caderno específico referente ao Relatório Progresso das Mulheres no Mundo (2014), destacando que as políticas públicas que prezam por condições de igualdade de gênero vêm produzindo mudanças significativas nas áreas rurais brasileiras. Destaca projetos como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, de organização produtiva para mulheres e, no caso do saneamento, o Programa Água para Todos e o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), no qual as mulheres representam grande parte do público beneficiário.

Em contrapartida, no quesito saneamento, as diretrizes legais brasileiras pouco avançaram no sentido de considerar as relações de gênero no seu escopo. Hora *et al.*, (2015) ressaltam que dentre as políticas voltadas para o acesso à água no país é possível destacar algumas que têm incorporado o componente de gênero, no sentido de privilegiar a participação de mulheres, e em especial as chefes de família: a) o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2); b) o

Programa Bomba D'Água Popular (BAP); e c) o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) - coordenados pela Articulação do Semiárido (ASA), e com foco na região semiárida brasileira (HORA *et al.*, 2015). No que se refere à macroregião centro-oeste, foco de um dos estudos de caso desta pesquisa, Hora *et al.* (2015) salienta que, diferentemente do nordeste, cujo eixo condutor dos projetos é a captação de água para a geração de renda, em Goiás, especificamente, há registros de experiências que prezam pelo planejamento ambiental e o gerenciamento dos recursos hídricos, com foco na conservação e utilização sustentável do cerrado. Constata-se, portanto, a escassez de políticas públicas de gênero em relação à água, e de políticas que incorporam uma perspectiva de igualdade de gênero (BENNETT *et al.*, 2008).

A análise de gênero se faz pertinente na medida em que a sustentabilidade de uma política, programa ou projeto está intrinsecamente pautado nas necessidades e desejos distintos de homens e mulheres que compõem o território a ser contemplado. Em áreas rurais, no que se refere às ações de saneamento, em grande medida é a mulher a responsável pela captura da água, sua gestão e educação sanitária dos filhos. Dessa forma, o entendimento de como o trabalho entre homens e mulheres é culturalmente dividido pode embasar as etapas da elaboração de uma política/programa/projeto.

Branco (2001) defende que a conscientização, por parte dos atores envolvidos, dos seus papéis e necessidades, deve afetar o conjunto das relações de poder entre homens e mulheres, de forma com que eles mesmos possam definir suas necessidades estratégicas de gênero diante do contexto que eles compõem. Lisboa *et al.* (2010), defendem que as mulheres, a partir da sua crescente participação em movimentos sociais, podem elas mesmas definir o que é político, justo e equitativo para desta forma, contribuir para o desenvolvimento a partir de suas demandas e necessidades (LISBOA *et al.*, 2010).

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 A PESQUISA QUE CONTEMPLOU ESTA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação faz parte dos estudos realizados para contribuir com a elaboração do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR). É de competência da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, a coordenação política da formulação e implantação do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), uma das diretrizes determinadas pelo Plansab. Fica sob sua responsabilidade a elaboração de um modelo conceitual em concordância com as especificidades dos territórios rurais que vão guiar as ações de saneamento que serão empreendidas pelos próximos 20 anos, visando a cobertura de populações remanescentes de quilombos, assentamentos de reforma agrária, comunidades extrativistas, populações ribeirinhas e todas as demais categorias de rural presentes no território brasileiro

Uma das etapas constituintes da elaboração do PNSR foi a realização do diagnóstico da situação sanitária em comunidades rurais do Brasil. Para a constituição da análise situacional foram selecionadas 17 localidades rurais dispersas pelo território brasileiro, com o objetivo de demonstrar, por meio de estudos de caso, exemplos da situação sanitária encontrada nestas áreas. A escolha das localidades atendeu às indicações da Funasa e do Grupo da Terra<sup>6</sup>, parceiros da pesquisa, e seguiu critérios que visaram contemplar as diferentes tipologias do rural brasileiro, englobando quilombolas, ribeirinhos, assentados, extrativistas e outros, presentes nas cinco macrorregiões brasileiras (Figura 4.1). Os dados desta dissertação foram coletados nesta etapa de diagnóstico do PNSR.

---

<sup>6</sup> O Grupo da Terra é um colegiado de gestão que compõe a estrutura do Ministério da Saúde e que teve como objetivo inicial elaborar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCA). Ele é constituído por representantes de diversas secretarias e unidades vinculadas ao Ministério da Saúde e representantes da sociedade civil organizada (Ministério da saúde, 2012).

**Figura 4.1:** Mapa do Brasil com a marcação da localização das comunidades visitadas no campo do PNSR. As localidades pesquisadas neste trabalho estão sinalizadas com a cor verde na figura



Fonte: Arquivo PNSR, junho de 2016.

Durante a construção do PNSR, alguns eventos como reuniões, oficinas e seminários deram subsídios relevantes a esta dissertação, sobretudo o “Seminário Nacional de Saúde, Ambiente e Comunidades Tradicionais: Acesso às redes de atenção à saúde e ao saneamento rural” realizado entre os dias 27 e 29 de julho de 2016, em Belo Horizonte. O Seminário foi realizado pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), por meio do Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP) do Ministério da Saúde, e reuniu representantes de diversos órgãos do governo relacionados com a temática do acesso à saúde e o saneamento rural, como Embrapa, Fiocruz, Funasa e Universidade Federal de Minas Gerais. Neste momento foi possível realizar o contato com diversos representantes de movimentos e articulações a nível nacional envolvidos nas áreas rurais. Oportunamente, foram realizados diálogos com representantes de importantes movimentos e articulações que

representam as mulheres do campo, água e floresta, que contribuíram para a obtenção de importantes informações e confirmação dos resultados encontrados no estudo em profundidade realizado nos três campos utilizados nesta dissertação.

Cabe salientar, que as diversas discussões, reuniões e seminários promovidos durante a elaboração do PNSR também contribuíram para o amadurecimento da temática abordada, a expansão do conhecimento da pesquisadora e uma pesquisa mais completa acerca da temática das relações de gênero e o saneamento rural.

## **4.2 ÁREAS DE ESTUDO**

Duas comunidades rurais localizadas no estado da Bahia - Nova Esperança e Barreiro Amarelo, visitadas entre os dias 2 a 13 de fevereiro de 2016 e 22 de fevereiro e 02 de março de 2016, respectivamente, e um assentamento localizado no estado de Goiás (Assentamento Pontal do Buriti), visitado entre os dias 18 e 30 de janeiro de 2016, constituem o universo desta dissertação. As características sanitárias destas localidades serão descritas na seção dos resultados, pois são fruto dos trabalhos de campo e pesquisas realizadas.

Salienta-se que não somente os dados encontrados em campo foram determinantes para a escolha das três comunidades para composição do estudo em profundidade das questões de gênero. A localização de duas delas em uma das áreas socioambientalmente mais vulneráveis do território brasileiro (macro-região nordeste) constituiu aspecto primordial para sua seleção. Ambiciona-se, dessa maneira, lançar luz àquelas regiões que necessitam ser estudadas, desvelando os modos de vida de milhares de brasileiros pertencentes a essas áreas esquecidas e marginalizadas pelo poder público. Não obstante, objetivou-se a investigação de uma comunidade na região centro-oeste que, apesar de possuir uma alta disponibilidade hídrica, remonta soluções sanitárias individuais, muitas vezes precárias, que também pode elucidar interessantes relações dos gêneros com as atividades relacionadas ao saneamento.

## **4.3 PREPARAÇÃO PARA OS CAMPOS**

### ***4.3.1 A imersão metodológica***

Existem áreas da engenharia sanitária, sobretudo a de políticas públicas de saneamento, que exigem além da compreensão quantitativa, uma visão mais profunda das questões que permeiam a realidade da população e, principalmente das comunidades rurais. Para tanto, uma metodologia de natureza qualitativa foi escolhida para ser a ferramenta de coleta e análise de

dados desta dissertação, pois trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, não podendo dessa forma, serem quantificadas (MINAYO, 2001).

Os resultados encontrados e descritos nesta dissertação apresentam dados e informações coletados de acordo com os pressupostos da antropologia aplicada – técnicas etnográficas mistas como a Grounded Theory (GT) e observação direta. Na Grounded Theory, conhecida como "Teoria Fundamentada", o pesquisador aproxima-se do assunto a ser investigado sem uma teoria a ser testada (STRAUSS *et al.*, 1994), mas sim com o desejo de entender uma determinada situação, como e porque seus participantes agem de determinada maneira, e como e porque determinado fenômeno ou situação se desdobra deste ou daquele modo.

Através de métodos variados de coletas de dados, reúne-se um volume de informações sobre o fenômeno observado. Comparando-as, codificando-as, extraindo as regularidades, enfim, seguindo detalhados métodos de extração de sentido destas informações, o pesquisador termina então, nas suas conclusões, com algumas teorias que emergem desta análise rigorosa e sistemática, ou seja, descobre e formula dados empíricos após a sua observação (STRAUSS *et al.*, 1994). A tradução do termo Grounded Theory se inspira, portanto, nos seguintes pressupostos: a elaboração de uma “teoria” que é “fundamentada”, apoiada, nos dados coletados.

O objetivo desta técnica é aumentar a complexidade dos dados, na medida em que o contexto é parte fundamental da pesquisa. Esta abordagem concentra-se firmemente na interpretação dos dados, tornando a escolha do método de coleta de dados parte secundária ao processo. Ao longo da pesquisa o investigador deve seguir analisando os seus dados de forma que questões emergentes sejam incorporadas ao próximo bloco de entrevistas e observações.

A realização da coleta e análise de dados feita de forma sistemática e sequencial permite que o processo de investigação capture os potenciais aspectos relevantes ao tema em estudo assim que são percebidos. Deste modo, o investigador pode adaptar as suas técnicas de coletas de dados em prol do entendimento e descoberta de novos aspectos. Os aspectos descobertos neste processo de pesquisa assumem um caráter provisório, que pode ser comprovado e se tornar uma teoria a partir do momento em que se constata que estão presentes em várias entrevistas, documentos e observações ou, sendo significadamente ausente (pode estar presente, mas não é, devido ao modo com que a pergunta é feita).

Considerar a relevância de um aspecto, diante da realidade estudada, como uma teoria em evolução, protege o pesquisador de possíveis vieses na pesquisa. Não importa o quão apaixonado o investigador possa estar por determinado conceito, se a sua relevância para o fenômeno em questão não é comprovada, este deverá ser descartado (STRAUSS *et al.*, 1994). Por vezes, a autora teve que abrir mão de pré-conceitos estabelecidos anteriormente ao campo para poder captar com mais veracidade as realidades encontradas.

Diante dos pressupostos da metodologia escolhida, em janeiro de 2016, foi realizado um curso sobre a Grounded Theory, suas aplicações, o método e a entrada do pesquisador no campo. Este curso teve duração de uma semana e foi ministrado pelo antropólogo e pesquisador italiano Oscar Torreta. O curso contribuiu para um maior aprofundamento da metodologia que, até então era conhecida de forma superficial pela pesquisadora. Além do estudo da bibliografia clássica sobre o método, foram realizados exercícios de elaboração e análise de roteiros de pesquisa. Todos os pesquisadores que compunham a equipe de campo participaram deste momento.

#### **4.3.2 Elaboração do roteiro de questões**

A elaboração do roteiro de questões ou tópico guia constitui uma etapa do processo de pesquisa que demanda atenção detalhada (GASKELL, 2002). Essencialmente, é pensado com o objetivo de dar conta dos fins e objetivos da investigação, fundamentado em uma pesquisa anteriormente realizada sobre a literatura específica das questões que contemplam o projeto. Diferentemente de um questionário, que pressupõe hipóteses e questões bastante fechadas, cujo ponto de partida são as referências do pesquisador, o roteiro focaliza o ponto de vista dos atores sociais previstos como sujeito/objetos de investigação (MINAYO, 2006).

O roteiro funciona como um lembrete do entrevistador para que todas as questões relevantes sejam contempladas durante a entrevista. Não precisa, necessariamente, ser composto por questões, mas sim tópicos que se deseja investigar. Contudo, a forma com que as questões serão realizadas deve demandar preparo e cuidado do entrevistador, pois perguntas mal elaboradas podem ser respondidas de forma que não contemplem os objetivos requeridos. A simplificação de termos científicos e o uso de uma linguagem informal devem ser empregados de acordo com o público pesquisado. O roteiro permite, assim, criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica e plausível através dos temas em foco (GASKELL, 2002, p.67).

O roteiro para a entrevista semiestruturada teve, portanto, por finalidade “guiar uma conversa” tendo em vista as seguintes questões levantadas por Minayo:

*a) cada questão a ser levantada deve fazer parte do delineamento do objeto e todas devem ser encaminhadas para lhe dar forma e conteúdo; b) que cada uma permita ampliar e aprofundar a comunicação e não cerceá-la; c) que cada questão contribua para emergir a visão, os juízos e as relevâncias a respeito dos fatores e das relações que compõem o objeto, do ponto de vista dos interlocutores. (MINAYO, 2006, p. 189)*

A elaboração de um roteiro completo (APÊNDICE A) partiu do levantamento de questões que deveriam ser verificadas em campo, com a finalidade de se atender os objetivos da pesquisa do PNSR, e desta dissertação (além das questões que foram pensadas pela estudante autora deste trabalho em campo e passaram a compor o roteiro de questões usado nas localidades por ela visitadas). As questões foram elaboradas por um grupo de especialistas de cada eixo (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, manejo de águas pluviais, educação e participação social, gestão e gênero). Após sua compilação, uma primeira análise foi realizada por especialistas da área de saneamento correspondente, juntamente com a equipe de campo que a aplicou no pré-teste – realizado no Assentamento Pastorinhas, em Brumadinho-MG. Essa etapa teve como objetivo filtrar as questões que levavam a um mesmo objetivo e excluir aquelas que poderiam ser respondidas por meio de outros métodos de coleta de dados, que não a entrevista.

Uma nova rodada de discussões acerca do roteiro de entrevista foi realizada e contou com a participação de toda a equipe que participaria da etapa de coleta de dados no campo. Nesta oportunidade, os comentários dos pesquisadores presentes no primeiro pré-teste foram relevantes para o refinamento do roteiro que foi então testado na segunda comunidade teste: Capão do Berto, em Jaboticatubas-MG. Após o segundo pré-teste, que contou com a participação de todos os pesquisadores de campo e coordenadores da pesquisa, uma nova reunião foi realizada (Figura 4.2), o roteiro foi novamente debatido e só então finalizado.

**Figura 4.2:** Pesquisadores da equipe de campo durante a capacitação e discussão do roteiro de questões



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, janeiro de 2016.

Optou-se pela divisão das questões por temáticas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, drenagem pluvial, participação social e educação (vide APÊNDICE A). Salienta-se que o tamanho do roteiro ultrapassa os limites indicados por estudiosos da metodologia qualitativa, contudo o saneamento é composto por quatro tipos de serviço e, além deles, o estudo de outros eixos, como as relações de gênero, é de fundamental importância para que as suas especificidades sejam verdadeiramente conhecidas.

Vale frisar que apesar de todo o exaustivo processo de preparação do roteiro de entrevistas, foram necessários alguns ajustes ou alterações, realizados durante a etapa de campo com o objetivo de captar possíveis questões não previstas, e que foram significativamente recorrentes nas falas dos interlocutores. Especificamente, no caso dos dados coletados para esta dissertação, estes rearranjos foram de fundamental importância e remetem aos pressupostos da Grounded Theory.

Ressalta-se que as questões do eixo gênero (contidas no roteiro apresentado no APÊNDICE A) foram elaboradas pela estudante autora deste trabalho e pela pesquisadora na temática Dr<sup>a</sup>. Ana Carolina Lanza, com o auxílio e revisão dos demais integrantes da equipe.

Juntamente com o roteiro de entrevista foi elaborado um roteiro para a observação participante, que teve como objetivo direcionar o olhar dos pesquisadores para determinados aspectos - importantes para a pesquisa do PNSR - e para as relações de gênero, proposta

desta dissertação. A observação dirigida é propícia, segundo Minayo (2006), em investigações multicêntricas, executadas ao mesmo tempo em diferentes lugares por vários pesquisadores. Ressalta-se que, embora tenha havido uma preocupação em contemplar as questões de gênero em todas as comunidades estudadas pelo PNSR, atentando inclusive para a padronização das questões a serem investigadas, as relações de gênero com o saneamento foram estudadas em maior profundidade pela autora desta dissertação nas localidades nas quais ela esteve presente e desenvolveu esta pesquisa.

#### **4.3.1 Pré-testes**

O pré-teste em pesquisa qualitativa consiste na realização de entrevistas com alguns interlocutores cujas características se assemelham com o grupo que se deseja estudar, contribuindo para tornar mais clara e precisa a lista de temas e aspectos a serem abordados durante o trabalho de campo (MINAYO, 2006).

Os pré-testes aconteceram em concomitância ao estudo da técnica qualitativa, aproveitando a oportunidade para avaliá-la diante dos objetivos do projeto.

Foram escolhidas duas áreas rurais para a realização do pré-teste. A primeira foi o Assentamento Pastorinhas, em Brumadinho-MG, e o segundo foi o quilombo Capão do Berto, em Jaboticatubas-MG. As áreas foram selecionadas por fazerem parte das categorias de unidades rurais pesquisadas no PNSR, assentados e quilombolas - e também devido a fatores logísticos, como facilidade de acesso e contatos já existentes entre os pesquisadores e os pesquisados.

A realização do pré-teste no Assentamento Pastorinhas ocorreu durante três visitas. A primeira visita foi realizada no dia 09/10/2015 objetivando uma averiguação inicial do local (**Figura 4.3**), com a identificação de pontos a serem contemplados nos roteiros de entrevista e observação, e também a conversa preliminar com alguns moradores.

**Figura 4.3:** Pesquisadores fazendo o reconhecimento do Assentamento Pastorinhas



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, outubro de 2015.

Na segunda visita, ocorrida no dia 21/10/2015, objetivou-se a realização das entrevistas individuais semiestruturadas, concluídas com alguns dos moradores que estavam presentes no assentamento naquele dia.

No dia 28/10/2015, terceiro dia de campo do pré-teste, foi realizado um grupo focal com a participação de oito moradores da comunidade (Figura 4.4).

**Figura 4.4:** Participantes do grupo focal e pesquisadores de campo



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, outubro de 2015.

Os pesquisadores que participaram desta etapa são estudantes de mestrado do PPG-SMARH e integram a equipe que foi a campo para a realização da análise situacional do PNSR. São eles: Anderson Gomes, Bárbara Porto, Bárbarah Brenda, Jéssica Ayra e Marielle Raid, acompanhados pelo antropólogo e pesquisador Oscar Torreta.

Com a realização do pré-teste foi possível o amadurecimento dos pesquisadores em relação à etapa de coleta de dados em campo e a discussão a despeito da metodologia aplicada e das técnicas qualitativas selecionadas para a pesquisa. A partir das conclusões advindas dessas discussões, optou-se pela realização de entrevistas em grupo ao invés de grupos focais, tendo em vista que a participação dos interlocutores nesse tipo de evento poderia ser impossibilitada pela rotina dos participantes.

O segundo pré-teste foi realizado no quilombo Capão do Berto e na Comunidade Cardoso – município de Jaboticatubas – MG - entre os dias 08 e 11 de janeiro de 2016. As comunidades são vizinhas e, durante sua realização os pesquisadores foram divididos nessas duas áreas. Nesta oportunidade, todos os pesquisadores de campo estiveram presentes.

Este foi o momento da validação final do roteiro de questões e treinamento de várias etapas a serem aplicadas no campo, desde as formas de abordagem pelo entrevistador, definição do tempo médio da entrevista, identificação das principais dificuldades e fortalezas, e teste de equipamentos a serem utilizados no campo, como GPS, câmeras e gravadores.

#### **4.3.2 Primeiro contato com as comunidades**

O contato inicial com a população a ser estudada consiste em uma importante etapa na construção de uma pesquisa com abordagem qualitativa (GIL, 2008). Possibilita iniciar uma rede de relações, algumas correções iniciais nos instrumentos de coleta de dados e a preparação de uma agenda com a programação das atividades a serem desenvolvidas. Esse contato inicial e investigação preliminar é chamado de fase exploratória e consiste, basicamente, na pesquisa bibliográfica e estudo de caso, com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema e - nesse caso, com a comunidade investigada (MINAYO, 2006; GIL, 2008).

A fase exploratória ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2015, com a coleta de dados secundários, por meio dos sites institucionais dos municípios cenários do estudo, e ampla pesquisa na internet sobre as localidades contempladas. Nesta oportunidade, também

foi realizado o primeiro contato por telefone com os informantes indicados de cada comunidade.

Além da investigação de mapas e outros documentos que poderiam auxiliar a entrada do pesquisador em campo, o Projeto previu a elaboração de um *folder* que esclarecia os objetivos do campo e identificava os pesquisadores que estariam presentes naquela comunidade tanto para coletar dados para o PNSR quanto para este estudo. Weber (1996) alerta para a relevância desse tipo de material, apontando a sua contribuição para a diminuição da desconfiança dos moradores locais. Especial cuidado foi tomado na elaboração de um material adequado às realidades nas quais eles seriam distribuídos, com linguagem simplificada e com muitas imagens que pudessem facilitar a sua compreensão por todos os moradores (APÊNDICE B).

No caso da primeira comunidade visitada, o Assentamento Pontal do Buriti (GO), foi realizado o contato prévio com o diretor da Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental (EMREF) São José do Pontal, localizada no interior do Assentamento. Nas conversas preliminares por telefone foram coletadas algumas informações gerais sobre a localidade e o agendamento das atividades a serem realizadas pelos pesquisadores na comunidade. Baseado nas informações repassadas pelo diretor sobre a estrutura da Escola (com alojamentos), ficou acordado que a equipe ali ficaria instalada, juntamente com os professores. O alojamento, construído pela prefeitura de Rio Verde fica no terreno da Escola Rural e possui quartos com beliche, banheiros, cozinha e sala. Ficou acordado que a equipe de campo pagaria pela hospedagem e alimentação, preparada por uma moradora do assentamento.

Na segunda comunidade visitada, Nova Esperança (BA) foi constatado, por meio das conversas preliminares, que pouco antes da data prevista para realização do campo, a comunidade havia passado por uma intensa escassez hídrica. Os açudes estavam secos e não havia mais água de chuva armazenada nas cisternas. Foi então, fortemente recomendado pelo informante, que o grupo de pesquisadores não se hospedasse na comunidade. Os pesquisadores ficaram, portanto, instalados em Ichu, município sede da comunidade, localizado a 16 km de distância.

Na fase exploratória da comunidade Barreiro Amarelo (BA) foi realizado o contato prévio com a Prefeitura do município ao qual a comunidade pertence, Oliveira dos Brejinhos. Nas primeiras conversas por telefone não foi possível identificar uma pessoa que conhecesse a comunidade ou que pudesse repassar mais informações sobre sua área rural. Após algumas

tentativas, foi realizado contato com o secretário de administração de Oliveira dos Brejinhos, responsável pelo auxílio político nas áreas rurais pertencentes ao município, que já havia tido contato com a comunidade Barreiro Amarelo. Nas conversas preliminares realizadas por telefone, foram coletadas algumas informações gerais sobre a localidade e constatado que as informações passadas eram imprecisas em relação à localização e ao número de moradores, por exemplo. Tal fato foi justificado posteriormente pelo pequeno número de moradores no lugarejo e ao seu isolamento territorial. Ficou decidido que, diante das informações passadas pelo informante a despeito da estrutura da comunidade e, sob forte recomendação dele, a equipe de campo não deveria ficar instalada na localidade. Dessa forma, os pesquisadores ficaram hospedados em um hotel localizado em Oliveira dos Brejinhos.

O deslocamento diário durante a etapa de investigação de campo foi realizado por meio de veículo automotor de aluguel. Esta decisão deu-se pela localização das comunidades e a distância entre as residências. Tal decisão foi muito válida tendo em vista a flexibilidade do horário para deslocamento dos pesquisadores e o acesso a outras estruturas, como fontes de água usadas pelas comunidades e Estações de Tratamento de Água.

Weber (1996) destaca que muita cautela e respeito devem ser tomados no primeiro contato do pesquisador com o grupo a ser pesquisado. É necessário compreender que a presença do pesquisador pode trazer desconfiança e despertar a curiosidade dos informantes. Nesse sentido, buscou-se uma aproximação com muita prudência e sensibilidade para perceber as aberturas dadas aos pesquisadores. Foi preocupação dos investigadores deixar os objetivos da pesquisa e sua atuação bem claros para a comunidade para não criar falsas expectativas, uma vez que aos moradores já se encontravam iludidos por demais profissionais e programas do governo que não davam o retorno que lhes era prometido.

#### **4.4 COLETA DE DADOS**

A metodologia qualitativa possui uma gama de instrumentos de coleta e análise de dados. Em consonância com os fundamentos da Grounded Theory, diversos destes instrumentos tiveram que ser previamente estudados para que, durante a investigação no campo, pudessem ser escolhidos aqueles que mais se adequavam à realidade da comunidade e às informações almejadas.

#### **4.4.1 Objetivo Específico 1**

No tocante ao objetivo específico 1 visou-se: Investigar o status de políticas públicas brasileiras com enfoque na área rural, objetivando destacar elementos que remetam às relações de gênero e saneamento na constituição da política pública de saneamento rural. No decorrer do projeto e com o aumento do contato com a temática, novas frentes de trabalho foram descobertas. Dessa forma, a construção do objetivo específico 1 permeou os três semestres finais da elaboração desta dissertação (2015/2, 2016/1 e 2016/2).

Inicialmente, uma análise documental das políticas públicas vigentes no ano de 2016 sobre saneamento foi realizada. Essa metodologia consiste em identificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica, recorrendo a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (SILVA *et al.*, 2009). Assim, foram realizadas análises documentais da Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), lançado em 2013; e, como política específica, uma vez que a pesquisa visa a análise de três eixos do saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos), da Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Buscou-se, assim, pelas palavras-chave “rural”, “mulheres”, “homens” e “gênero”, com a finalidade de definir se a questão de gênero estava, de alguma forma, sendo contemplada no texto das políticas públicas de saneamento.

Embora a Lei Nº 9.433/97 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos também seja uma legislação importante na área do saneamento, optou-se por não incluí-la ao escopo de políticas públicas analisadas neste trabalho, uma vez que não foi identificada qualquer relação com a questão de gênero.

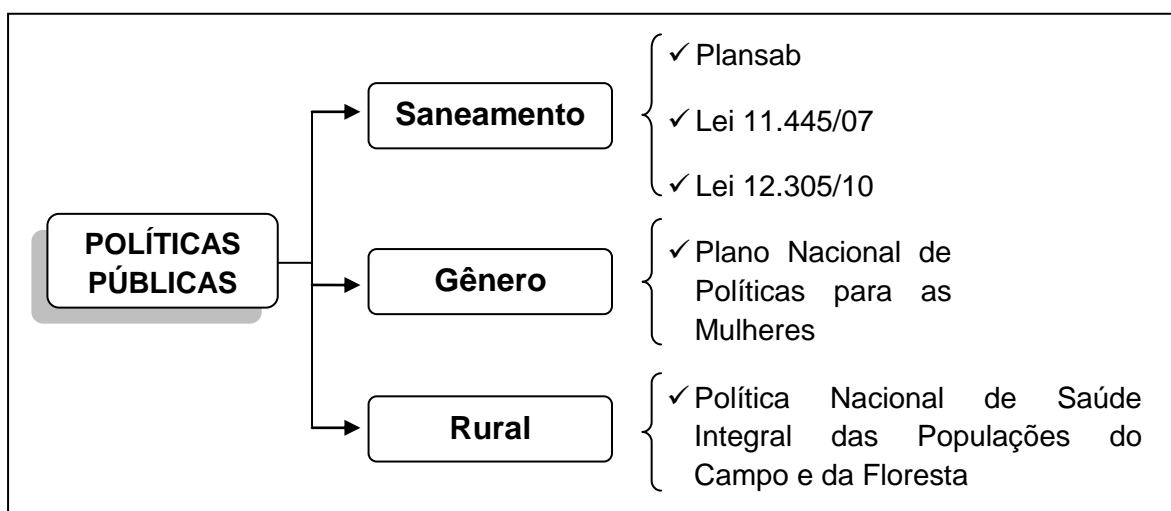
O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, vigente nos anos de 2013 a 2015, também foi analisado. As palavras chave investigadas foram: “saneamento”, “infraestrutura”, “rural”, “floresta”, “água”, “esgoto”, “esgotamento”, “resíduos”, “lixo” e “drenagem”. O objetivo dessa estratégia foi buscar, nas políticas públicas vigentes para as mulheres, diretrizes relacionadas ao saneamento rural.

Posteriormente, após o Seminário Nacional de Saúde, Ambiente e Comunidades Tradicionais realizado pela FUNASA em Julho de 2016, foi incluída a análise documental da “Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta” de 2013, criada em

parceria com o Grupo da Terra, sob responsabilidade do Ministério da Saúde. A inclusão deste material à análise documental se deu diante do acesso e conhecimento de uma política pública voltada para as áreas rurais, e para os povos que se reconhecem como do campo, floresta e das águas – e não necessariamente como povos rurais. Dessa forma, visou-se eliminar o possível vazio advindo da análise das políticas públicas que englobassem somente o “rural”. As palavras-chave utilizadas foram: “saneamento”, “água”, “esgoto”, “resíduos”, “drenagem”, “mulheres”, “homens” e “gênero”.

A Figura 4.5 apresenta um esquema das políticas públicas e as palavras-chave investigadas a fim de se atingir o proposto pelo objetivo específico 1.

**Figura 4.5:** Esquema Representativo Objetivo específico 1



#### **4.4.2 Objetivo Específico 2**

Visando contemplar o objetivo específico 2 - Caracterizar ações voltadas para abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos na rotina das famílias estudadas, identificando padrões comportamentais na realização dessas tarefas, buscou-se identificar quais funções são prioritariamente exercidas pelas mulheres - ou pelos homens - com especial interesse nos domicílios com indisponibilidade de soluções para o atendimento das demandas sanitárias.

Pautando-se nos princípios da Grounded Theory, lançou-se mão de diferentes instrumentos metodológicos para a coleta dos dados, uma vez que, segundo Bauer *et al.* (2002), a cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige um pluralismo metodológico, uma vez que no

processo de coleta de dados, diferentes metodologias têm contribuições diversas a oferecer. Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos:

**1) Observação direta em campo:** À partir da observação direta, houve o estabelecimento do contato com a realidade das comunidades estudadas com o objetivo de recolher e registrar fatos sem a necessidade de estar inserido na comunidade por um longo período de tempo, no caso, por exemplo, da observação participante. Esta técnica foi utilizada em todas as três localidades abordadas nesta dissertação, pelos três pesquisadores presentes. A presença de outros pesquisadores e a construção em conjunto das categorias analíticas é um ponto considerado positivo (STRAUSS, *et al.*, 1994). Por este instrumento foi possível entender melhor como alguns dos processos investigados se organizam na prática; discrepâncias entre as respostas que eram dadas durante as entrevistas e o que é feito; algumas relações hierárquicas e de poder e; alguns sentimentos e emoções que não eram expressados pelos entrevistados em forma de palavras.

**2) Confeção do diário ou caderno de campo:** constituiu instrumento complementar à observação direta. Nele foram registradas as informações sobre observações, conversas informais, comportamentos, hábitos, festas, instituições, gestos, e expressões que podiam, de alguma forma, contribuir para a pesquisa.

**3) Relato sobre História de Vida:** Neste trabalho foram priorizados os relatos focalizados nas atividades relacionadas à coleta de água, defecação à céu aberto e disposição dos resíduos sólidos, e sua interface com as relações de gênero. Esta estratégia possibilitou diálogos e a abertura de espaço para investigação de questões mais profundas, que pudessem estar arraigadas na experiência vivida pelos entrevistados.

**4) Entrevista Semiestruturada:** Esta técnica foi a predominantemente usada para a coleta das informações, uma vez que possibilitou uma entrevista semelhante a uma conversa informal (FLICK, 2011), na qual a pesquisadora pôde dirigir, no momento julgado oportuno, outras questões ou temas visando esclarecer algum assunto abordado ou diante de algum tema emergente relevante à pesquisa.

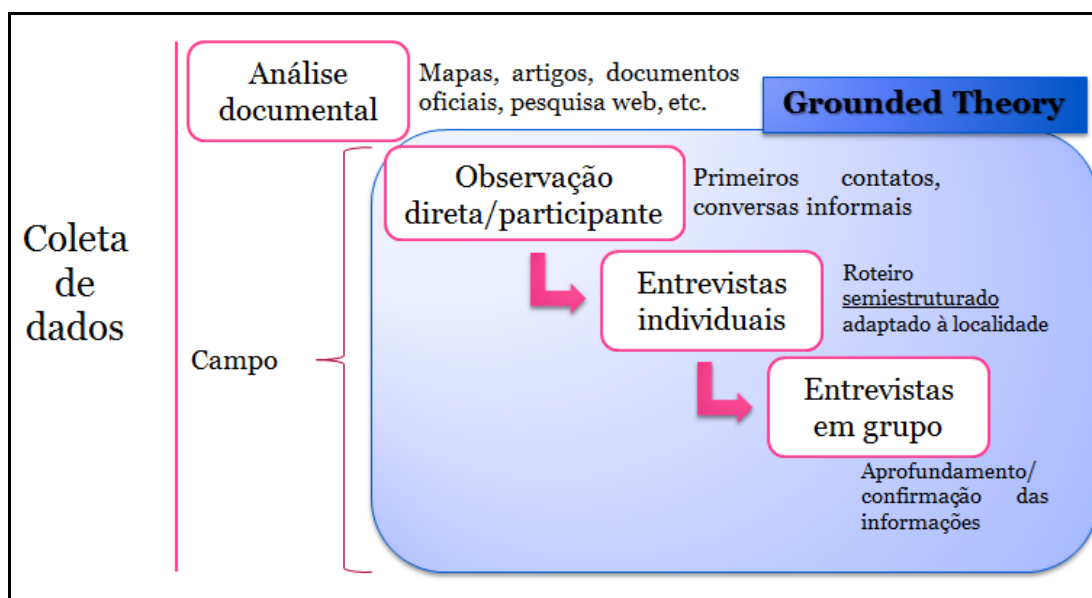
**5) Entrevista em grupo:** Oportunamente, este instrumento foi utilizado em rodas de conversas com mulheres com o objetivo de descortinar informações que durante as entrevistas individuais passaram despercebidas. Objetivou-se ainda, observar as questões que criavam

consenso e divergências de opiniões. A mediadora dessas entrevistas foi a estudante autora desta dissertação.

**6) Mapa falante:** A utilização deste instrumento possibilitou a identificação, pelos participantes, de pontos que poderiam estar, de alguma forma, relacionados ao saneamento. A ideia foi compreender o espaço a partir do cotidiano vivenciado, sob a ótica dos próprios moradores do local.

A **Figura 4.6** ilustra o processo de coleta de dados realizado em campo para a obtenção do objetivo específico 2:

**Figura 4.6:** Esquema de coleta de dados realizada em campo



Após o término da fase exploratória, inicia-se de fato a entrada em campo. Abaixo segue a descrição detalhada do percurso metodológico da pesquisa realizada em cada comunidade estudada, elaborada a partir dos diários de campo feitos durante o tempo que a pesquisadora esteve em contato com a comunidade.

#### 4.4.2.1 Assentamento Pontal do Buriti – GO

No primeiro dia de campo na comunidade, como auxílio à observação direta, foi realizado um reconhecimento do local guiado pelo diretor Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental (EMREF) São José do Pontal (Figura 4.7). Ele percorreu de carro, juntamente da equipe, as principais estradas do assentamento, apontando pessoas que eram referência no local e domicílios que possuíam alguma singularidade. Após o registro das primeiras impressões da

localidade, a equipe percorreu, durante meio expediente, todo o assentamento, objetivando a identificação de pontos-chave para investigação (fontes de água, focos de contaminação, predominância de lixo, entre outros). Foi realizado o registro fotográfico destes pontos e de demais fatos relevantes à pesquisa. Os pontos tidos como destaque foram geograficamente referenciados.

**Figura 4.7:** Pesquisadoras conhecendo a sede do assentamento em companhia do diretor da Escola Rural



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, janeiro de 2016.

No segundo dia de campo, iniciou-se a realização das entrevistas. Primeiramente, a equipe de pesquisadores optou por coletar as informações de pessoas indicadas como representantes da comunidade e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). A seguir a Figura 4.8 mostra duas visitas realizadas no assentamento, a primeira na residência do agente de saúde, Sr. Ailton, e a segunda na casa da Sr<sup>a</sup>. Terezinha.

**Figura 4.8:** Entrevistas sendo realizadas A – Morador Ailton e Márcia B – Moradora Terezinha



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, janeiro de 2016.

Para facilitar e orientar as visitas aos domicílios foi pedido aos entrevistados que indicassem alguém ou alguma casa do assentamento que possuía alguma particularidade, dificuldade ou prática inovadora relacionada ao saneamento. As indicações eram analisadas e, quando decidido que poderiam possuir informações que fossem representativas da comunidade, era realizada a entrevista no local indicado. Para não dar um possível tendenciamento à amostra, algumas casas foram escolhidas aleatoriamente. Com o objetivo de identificar geograficamente os pontos centrais do assentamento, foi solicitada a elaboração de dois mapas. Estes mapas tiveram como enfoque as residências e foram feitos pelos dois agentes de saúde da comunidade. O Sr. Ailton, que ilustrou a parcela denominada de 700, e o marido da Sr<sup>a</sup>. Nilma, o Sr. Elson, ilustrou a parcela dos 400. Ainda que as entrevistas fossem realizadas nos domicílios, era sempre instigado pelos pesquisadores a análise do contexto geral da comunidade. Para confirmar as informações referentes à coletividade obtidas nas entrevistas, foi realizada, no penúltimo dia de campo, uma entrevista em grupo. Além de inquirir sobre as informações já obtidas em relação ao saneamento da comunidade, foi objetivo do encontro investigar como era a percepção dos moradores referente às questões sanitárias. A Figura 4.9 mostra a entrevista em grupo realizada na Sede do Assentamento no dia 27 de janeiro de 2016.

**Figura 4.9:** Entrevista em grupo coordenada pela autora desta dissertação



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, janeiro de 2016.

Como forma de captar essas informações foi realizada uma dinâmica na qual os 16 participantes foram divididos em três grupos e orientados a escreverem em um papel três pontos fortes e três pontos fracos do assentamento como um todo. Depois de escritas, as palavras eram afixadas na parede e apresentadas aos demais participantes. Inicialmente, após a apresentação dos participantes, os pesquisadores iriam acrescentar às palavras destacadas, outras que tinham relação específica com o saneamento, para que houvesse um maior aprofundamento nessa temática. Todavia, foi decidido que esta etapa não iria acrescentar novas discussões, tendo em vista as entrevistas realizadas previamente a essa dinâmica e a ativa participação nos grupos de discussão. Durante a realização dos encontros foram oferecidos lanches aos participantes. Toda a entrevista foi gravada.

O encontro foi considerado positivo: pelos participantes, que ressaltaram a importância da temática e o momento destinado à conversa e ao diálogo; e pelos pesquisadores, que conseguiram sanar algumas dúvidas e coletar mais dados referentes à coletividade. O ponto fraco do encontro deu-se pelo fato dele não ter sido realizado nos primeiros dias (por questões logísticas de contato com os moradores), podendo, dessa forma, ser uma metodologia de reconhecimento do local e elaboração em conjunto do mapa falante que, assim, traria contribuições ainda não descobertas. Vale salientar que a ajuda dos dois agentes de saúde foi fundamental na mobilização dos moradores. No encontro estiveram presentes moradores que não haviam sido entrevistados, o que possibilitou a obtenção de novas informações e perspectivas sobre as relações de gênero e o saneamento. Contudo, devido à falta de tempo, já

que o encontro foi realizado no penúltimo dia de campo, algumas das informações levantadas não puderam ser confirmadas ou melhor investigadas.

#### 4.4.2.2 Comunidade Nova Esperança – BA

No primeiro dia de campo foi feito o contato pessoal com o informante indicado, no qual o PNSR e os objetivos desta dissertação foram apresentados. No mesmo dia, foi realizada a primeira entrevista na casa deste morador contemplando toda a sua família. Após a conversa, todos saíram para uma primeira caminhada na comunidade na qual alguns pontos-chave foram apresentados e alguns contatos com os moradores já foram realizados.

No dia seguinte, após o registro das primeiras impressões da localidade, a equipe percorreu a comunidade objetivando a identificação de pontos-chave para investigação (fontes de água, focos de contaminação, predominância de lixo, atividades específicas de homens e mulheres). Foi realizado o registro fotográfico destes pontos e de demais fatos relevantes à esta pesquisa. Os pontos tidos como destaque foram geograficamente referenciados.

Partindo inicialmente das indicações fornecidas pelo informante da comunidade e a sua família, as entrevistas domiciliares foram iniciadas ainda no segundo dia de campo. Primeiramente, optou-se por coletar as informações de pessoas indicadas como representantes da comunidade e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Figura 4.10.

**Figura 4.10:** A - Entrevistada Sr<sup>a</sup>. Eunice na frente da sua casa, B - Agente Comunitária de Saúde, Sr<sup>a</sup> Maria Leci, em frente a sua casa depois da entrevista



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

A técnica de iniciar a realização das entrevistas com pessoas consideradas chave na comunidade proporcionou aos pesquisadores uma visão mais ampla dos problemas e particularidades da localidade. A partir da análise posterior do conteúdo destas entrevistas

foram levantados tópicos particulares à Nova Esperança que mereciam ser investigados nas entrevistas realizadas com os demais moradores. Quando algum contraponto era observado ou alguma informação não batia com o que já havia sido elucidado, era realizado o retorno à casa dos entrevistados para a checagem das informações. Para facilitar e orientar as visitas aos domicílios, era sempre pedido aos entrevistados que indicassem alguém ou alguma casa da comunidade que possuía alguma particularidade, dificuldade ou prática inovadora relacionada ao saneamento. As indicações eram analisadas e, quando decidido que poderiam possuir informações que fossem representativas da comunidade, era realizada a entrevista no local indicado.

Ainda que as entrevistas fossem realizadas nos domicílios, era sempre instigada pelos pesquisadores a extrapolação das informações domiciliares, demandando aos entrevistados que fizessem comentários sobre a comunidade como um todo. Após a realização da sétima entrevista, no terceiro dia de campo, já era possível notar pontos de saturação com relação à destinação dos resíduos, à drenagem e ao esgotamento sanitário. Foi questionado então, diante da clareza e o nível das informações obtidas até o momento, a necessidade da realização da entrevista em grupo. Todavia, foi acordado que este momento seria uma alternativa metodológica válida, tendo em vista a presença de moradores ainda não entrevistados, a emergência de novas informações, o aprofundamento das questões de gênero e saneamento a partir de uma visão coletiva, novas observações comportamentais de aceitação das lideranças e relacionamento interno, e a confecção do mapa falante elaborado pelos próprios moradores.

A reunião em grupo ocorreu no 8º dia de campo, quarta feira, dia 10 de fevereiro de 2016, às 16 horas na Sede da Associação Comunitária Rural de Nova Esperança. As pessoas foram mobilizadas à pedido dos pesquisadores pelo Sr. Atevaldo, o presidente da Associação. Ao todo, estiveram presentes 19 moradores.

Além de inquirir sobre as informações já obtidas em relação ao saneamento da comunidade, foi objetivo do encontro a elaboração de mapas falantes que retratassem a área da localidade ressaltando os cursos d'água, as áreas de risco, algumas edificações importantes e o que mais eles achassem relevante na comunidade. O procedimento metodológico utilizado contemplou inicialmente algumas questões gerais do saneamento de Nova Esperança, objetivando a identificação dos pontos críticos segundo a visão dos moradores. O ponto crítico da metodologia estava na definição do dono da palavra, pois muitas pessoas queriam expor suas

opiniões ao mesmo tempo e nem sempre era possível manter uma organização e controle das falas.

Após a rodada de apresentações dos participantes e a discussão de alguns tópicos sobre saneamento, foi construído o mapa falante. Para otimizar as discussões e facilitar a construção do mapa, os participantes foram divididos aleatoriamente em três grupos. Cartolinas e canetas foram distribuídas e os grupos iniciaram o desenho da comunidade. Durante a construção dos mapas, os pesquisadores davam suporte aos grupos esclarecendo algumas dúvidas e dando algum auxílio nos desenhos. Tal momento foi proveitoso pois, além da construção do mapa elaborado pelo ponto de vista dos próprios moradores, foi possível observar as relações interpessoais, alguns pontos de unanimidade das ideias e outros nos quais elas se divergiam, e informações que ficavam ocultas nas entrevistas. Após a elaboração dos mapas falantes, cada grupo apresentou o seu trabalho aos demais participantes destacando os pontos desenhados e o porquê de eles terem sido representados. Todas estas observações foram anotadas e fazem parte dos memorandos e diários de campos elaborados durante a pesquisa na comunidade.

Após as apresentações, as dúvidas referentes à pesquisa foram esclarecidas. Os pesquisadores agradeceram pela atenção e participação de todos, assim como a recepção calorosa nos domicílios. A Figura 4.11 é a foto de encerramento da reunião do dia 10 de fevereiro de 2016.

**Figura 4.11: Pesquisadoras e participantes ao final do encontro**



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

O encontro foi considerado positivo: pelos participantes, que ressaltaram a importância da temática e o momento destinado à conversa e ao diálogo; e pelos pesquisadores, que conseguiram sanar algumas dúvidas e coletar mais dados referentes à coletividade. O ponto fraco do encontro deu-se pelo fato dele não ter sido realizado nos primeiros dias (o período de campo deu-se durante o carnaval, no qual alguns moradores estavam viajando e haviam muitas festas na região), podendo, dessa forma, ser uma metodologia de reconhecimento do local, facilitando a visualização do espaço da comunidade pelos pesquisadores.

No 10º dia de campo, foi realizada a visita técnica à Estação de Tratamento de Água de Serrinha, onde é tratada a água destinada à Nova Esperança. A visita foi realizada no último dia devido aos feriados no carnaval e a disponibilidade dos técnicos que acompanharam os pesquisadores na visita. O objetivo foi conhecer as etapas do tratamento da água destinada à comunidade, assim como investigar possíveis fatores que interferem na qualidade e intermitência do serviço prestado. Após a visita, os pesquisadores debruçaram-se sobre as informações passadas na ETA e nas reclamações observadas na pesquisa de campo em Nova Esperança em busca da criação de inferências sobre a relação das reclamações (cloro em excesso e temperatura elevada) e das técnicas adotadas na ETA. Ainda neste dia, uma visita ao Posto de Saúde da Família Rita Meire, que atende os moradores de Nova Esperança foi realizada. O objetivo era confirmar as informações relativas à saúde passadas pelos Agentes de Saúde Comunitários e obter dados quantitativos em relação à população e as enfermidades que acometem seus moradores.

A Srª Maria Dalva, presidente da Associação Comunitária São João de Deus que fica localizada na comunidade, muito atuante em Nova Esperança, mas moradora de Ichu, foi entrevistada e deu uma importante perspectiva sobre as relações de gênero na comunidade. Como o primeiro contato foi realizado com o Sr. Urbano, Secretário de Obras e ex-vereador de Ichu, as informações sobre a gestão e apoio político do município foram coletadas com a sua ajuda.

#### 4.4.2.3 Comunidade Barreiro Amarelo – BA

No dia 22 de fevereiro de 2016, foi realizada na prefeitura de Oliveira dos Brejinhos a primeira reunião com o Sr. Tito, secretário de administração de Oliveira dos Brejinhos que cedeu em entrevista informações referentes ao saneamento no município e na comunidade de Barreiro Amarelo. Este primeiro contato foi importante pois possibilitou a investigação de possíveis temas que poderiam contribuir para a análise de gênero e saneamento rural feita na

comunidade, como a ocupação dos homens e das mulheres, a renda, escolaridade, violência doméstica, trabalhos temporários, doenças, etc.

No dia 23 de fevereiro de 2016, acompanhados do Sr. Tito, foi realizado o primeiro contato com a comunidade. Como a situação da estrada de terra que dá acesso à comunidade não estava muito boa, a prefeitura de Oliveira dos Brejinhos cedeu uma caminhonete para que o Sr. Tito levasse os pesquisadores até a comunidade e as condições da estrada fossem verificadas. A presença e apresentação dos pesquisadores feita pelo Sr. Tito facilitou a aproximação dos pesquisadores com os moradores locais, que possuíam certa desconfiança no início. Nesta oportunidade, além do primeiro contato com os habitantes de Barreiro Amarelo, foi realizado o reconhecimento da comunidade e as suas proximidades, objetivando a identificação de pontos-chave para investigação (fontes de água, focos de contaminação, predominância de lixo, entre outros). Foi realizado o registro fotográfico e o georreferenciamento destes pontos e de demais fatos relevantes a esta pesquisa. Ainda neste dia, ao retornar para o hotel, foi feito o registro das primeiras impressões da localidade e levantamento de aspectos que deveriam ser majoritariamente explorados no tocante ao gênero e saneamento.

Na manhã do dia seguinte (24 de fevereiro de 2016), foi realizada uma entrevista com a Agente Comunitária de Saúde (ACS) responsável pela Comunidade Barreiro Amarelo. Ela passou uma visão geral sobre os aspectos sanitários, hábitos de higiene, saúde dos moradores e informações referentes a gênero. A parte do roteiro de questões referente à saúde foi utilizada na entrevista, e demais questões foram pensadas e adaptadas ao tipo de trabalho exercido por ela, caracterizando uma entrevista semiestruturada.

Na tarde do dia 24 de fevereiro de 2016, as primeiras entrevistas com os moradores foram realizadas. Durante a tarde, três domicílios foram visitados e seus moradores entrevistados (Figura 4.12).

**Figura 4.12:** Entrevista com uma das moradoras



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

No dia 25 de fevereiro de 2016, foi realizada a entrevista com a Sr<sup>a</sup> Nininha (Figura 4.13). Após a abordagem dos aspectos presentes no roteiro de entrevista, a conversa evoluiu para um bate papo com toda a família, que foi se juntando na casa da moradora ao saber da presença dos pesquisadores.

**Figura 4.13:** Entrevista. Da esquerda para direita: Sr<sup>a</sup> Nininha, o pesquisador Diogo e a pesquisadora Bárbarah



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

As conversas realizadas fora do momento mais formal das entrevistas eram comuns. Os pesquisadores podiam interagir com maior liberdade com os moradores locais e ganhar a sua confiança. Autores como Weber (1996) salientam que uma relação de confiança deve ser criada entre a população escolhida e os entrevistados, tendo em vista a obtenção de dados que muitas vezes causam vergonha ou constrangimento ao serem abordados. O pesquisador deve ter a sensibilidade de reconhecer esses momentos e contorná-los no campo. As atitudes do

pesquisador devem respeitar a cultura e tradições locais, sendo que ele pode se juntar aos pesquisados em bate papos informais e atividades de rotina da localidade.

No período da tarde deste mesmo dia, foi realizada a visita ao Posto de Saúde da Família de Arraial, onde os moradores recorrem em casos de problemas de saúde mais simples e para consultas.

No dia 29 de fevereiro de 2016, às 14 horas, foi realizada a entrevista em grupo com a elaboração do mapa falante. Todas as famílias participaram do encontro, somando cerca de 21 pessoas, entre crianças, adolescentes, adultos e idosos. O encontro aconteceu na casa da Sr<sup>a</sup> Nininha, a matriarca da comunidade. Os contrapontos observados nas entrevistas e algumas informações faltantes foram resgatados no momento. O instrumento metodológico serviu para confirmar informações, tendo em vista a presença de moradores ainda não entrevistados, a emergência de novas informações, o relacionamento interno, e a confecção do mapa falante elaborado pelos próprios moradores.

Para otimizar a conversa, em um determinado momento, optou-se pela separação das mulheres dos homens, quando ocorreu um bate-papo para averiguar mais a fundo as questões de gênero. A conversa durou cerca de 30 minutos (Figura 4.14) e foi moderada pela estudante autora dessa dissertação. Nas entrevistas individuais, foi notado certo constrangimento por parte das entrevistadas em responder questões relacionadas a higiene pessoal delas na frente dos homens presentes. Assim, determinadas questões passaram a ser demandadas em momentos oportunos onde só estivessem presentes pessoas do sexo feminino. A entrevista em grupo foi uma forma de tocar em questões mais sensíveis com um pouco mais de liberdade, já que o grupo era constituído apenas por mulheres que tinham uma relação com os aspectos sanitários muito parecida. Contudo, ainda assim, elas apresentaram timidez, e a resposta de muitas perguntas, mesmo quando exploradas, não ultrapassava uma frase. Muitas vezes elas apenas concordavam com a cabeça e sinalizavam certa timidez nas respostas, quando olhavam para as mulheres que estavam ao lado e riam ou colocavam as mãos na boca. Diferente das outras localidades visitadas, a defecação era 100% feita a céu aberto, por isso a pesquisadora resolveu promover um momento de conversa destinado às mulheres para abordar questões mais específicas delas.

**Figura 4.14:** Conversa com as mulheres na casa da Sr<sup>a</sup> Nininha



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Enquanto as mulheres estavam na entrevista em grupo foi pedido aos homens a elaboração dos mapas falantes, cujo objetivo era retratar a localidade ressaltando as casas e os locais em que ocorrem as defecações, além das fontes de água, as comunidades vizinhas e o que mais eles achassem relevante na comunidade. Cabe destacar que o ideal seria que homens e mulheres participassem dessa atividade, mas por limitações de tempo e espaço, a pesquisadora teve que optar por essa divisão.

Um lanche foi oferecido aos participantes durante o encontro, que durou até às 16h30 (duas horas e meia).

Ao final, como agradecimento e recordação, uma foto de todos os participantes foi tirada (Figura 4.15).

**Figura 4.15:** Foto dos participantes do encontro realizado na casa da Sr<sup>a</sup> Nininha



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Anotações realizadas a partir dos áudios gravados eram feitas diariamente, nos períodos em que a equipe não estava em campo ou em dias destinados à análise dos dados coletados.

Destaca-se que para a obtenção da informações requeridas, muitas vezes era necessário estimular a memória do entrevistado. Dessa maneira, a maior parte das entrevistas era iniciada com questões sobre a história de vida daqueles moradores na comunidade. Essa estratégia é apontada por autores como Minayo (2001), que destaca a história de vida tópica como uma importante ferramenta de compreensão da realidade, das definições dadas pelas pessoas, dos grupos e das organizações. Por vezes, o resgate histórico foi muito importante para a compreensão de aspectos de gênero e saneamento, com relatos de determinadas atividades que eram desenvolvidas pelas mulheres desde que elas eram bem jovens.

## **4.5 ANÁLISE DOS DADOS**

### ***4.5.1 Análise dos dados referentes ao objetivo específico 1***

Para a análise documental das políticas públicas brasileiras que possuem interface com o saneamento, prevista no objetivo específico 1, foram identificadas as palavras-chave e contabilizada a sua ocorrência em cada documento selecionado para que posteriormente fosse realizada a análise do conteúdo léxico.

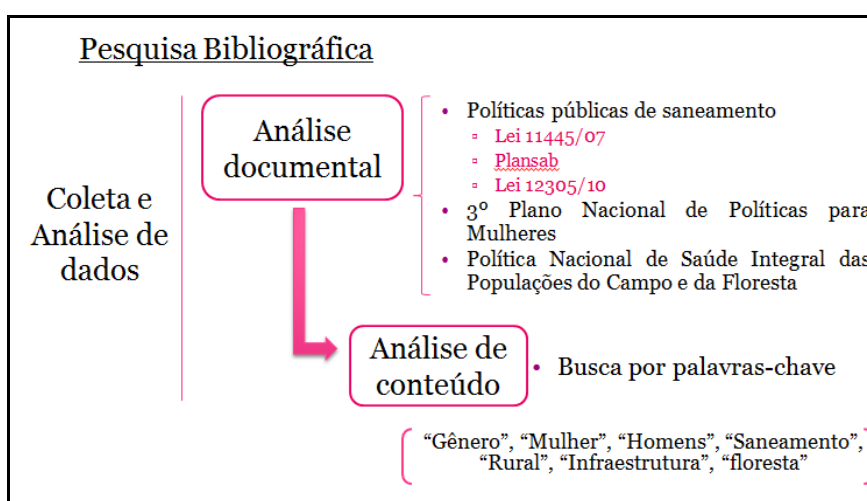
Para as políticas referentes ao saneamento, após a busca das palavras-chave eleitas/consideradas relevantes, não houve a necessidade da criação de filtros para diferenciar a forma que as palavras-chave foram empregadas no texto do documento. Todas as ocorrências foram consideradas significantes à constituição da análise requerida. Todas as vezes que as palavras-chave eram citadas nos textos elas foram referenciadas na tabela de ocorrência para posterior análise do sentido que elas eram empregadas dentro do documento. A análise documental, além de permitir mensurar a ocorrência de determinadas palavras/temas nos documentos, objetivou analisar o sentido que estas palavras-chave eram empregadas. Diante disso, foi realizada uma análise no texto dos documentos visando a compreensão mais ampla da presença de cada palavra-chave.

No tocante às políticas públicas voltadas para as questões de gênero, após a mensuração da ocorrência das palavras-chave selecionadas, devido à grande repetição, foi necessária a criação de categorias (filtros) para caracterizar a sua ocorrência no texto do documento. Dessa forma, objetivou-se a diferenciação do emprego da palavra-chave, com um sentido mais

amplo ou vago, e em referência direta a uma política pública ou com alguma relação ou interface com o saneamento. Feito isto, foram separadas as ocorrências das palavras-chave em: a) ocorrências que não se aplicavam ao objetivo proposto; b) tratavam especificamente de políticas públicas direcionadas para mulheres de áreas rurais ou povos do campo, floresta e das águas; c) possuía relação direta com o saneamento. Vale salientar que a mesma palavra-chave pode encaixar-se nos dois filtros concomitantemente.

A terceira e última categoria de análise - políticas públicas voltadas para as áreas rurais - almejou explorar como o saneamento é abordado e de que forma se inserem as discussões sobre as relações de gênero, especificamente no que se refere às mulheres residentes em áreas rurais no Brasil. Para tanto, após a busca pelas palavras-chave, optou-se por utilizar um filtro para distinguir a citação dessas palavras relacionadas a outros contextos que não cabem aos objetivos propostos nesta dissertação. Assim, para as palavras-chave “gênero”, “mulheres”, e “homens”, buscou-se considerar: a) a utilização destas palavras quando havia alguma relação com o saneamento e b) com alguma política pública específica para as mulheres rurais. A análise das palavras-chave “saneamento”, “água”, “esgotamento”, “lixo” e “drenagem”, objetivou investigar: a) se foram consideradas como alguma política pública ou diretriz específica para as áreas rurais e b) se abarcavam a relação de gênero e saneamento. Foi necessária a criação de diferentes filtros de acordo com cada palavra-chave para evitar a sobreposição dos achados. Nesta categoria, a mesma palavra-chave também pode fazer parte dos dois filtros aplicados. A **Figura 4.16** abaixo ilustra o desenvolvimento da análise realizada para a obtenção do objetivo específico 1:

**Figura 4.16:** Esquema de coleta e análise dos dados do objetivo específico 1



Destaca-se que para a realização da análise documental foram necessárias repetidas e exaustivas leituras dos documentos de forma a compreender a aplicação da palavra-chave e para uma análise consciente dos resultados encontrados em cada documento bem como dos objetivos neles propostos.

#### **4.5.2 Análise dos dados referentes ao objetivo específico 2**

Os dados coletados durante a etapa de campo passaram por dois momentos de análise. O primeiro, ainda em campo, seguia as recomendações da Grounded Theory, na qual os dados coletados começam a ser analisados assim que são coletados. Nesse contexto, logo após a realização das entrevistas, alguns trechos considerados importantes foram anotados e as categorias de temas emergentes pensadas após a escuta das entrevistas. Também foram realizadas análises das informações coletadas e quando não se atingia um grau de confiabilidade do respondente, e surgiam dúvidas e/ou faltavam informações, uma nova consulta ao mesmo entrevistado era realizada. De posse dos dados coletados, tanto pela observação direta como pelas entrevistas realizadas, novas questões eram pensadas e outras reformuladas.

Ainda na etapa de trabalho de campo foram realizadas anotações nos diários de pesquisa ou memorandos, no qual foi relatado o desenrolar do processo de pesquisa (FLICK, 2011), etapa importante para a descrição metodológica realizada a posteriori.

Idealmente as entrevistas tinham que ser transcritas e analisadas ainda no período do campo, mas como o tempo de permanência dos pesquisadores em cada localidade era curto, as análises primárias foram realizadas da seguinte forma: ao fim do dia, as entrevistas realizadas eram escutadas e tentava-se identificar aspectos da correlação entre gênero e saneamento. Alguns trechos eram transcritos e categorizados. Com o objetivo de visualizar as questões aplicadas em campo e compará-las com as respostas obtidas, construiu-se um quadro no qual as perguntas foram divididas em categorias, gerando uma tabela inicial dos dados brutos (trechos inicialmente selecionados) (APÊNDICE C). Abaixo, o Quadro 4.1 ilustra parte da análise feita em campo, apresentando algumas categorias, seus respectivos códigos e a sua relação com a cobertura dos Objetivos Específicos (O.E.) deste trabalho.

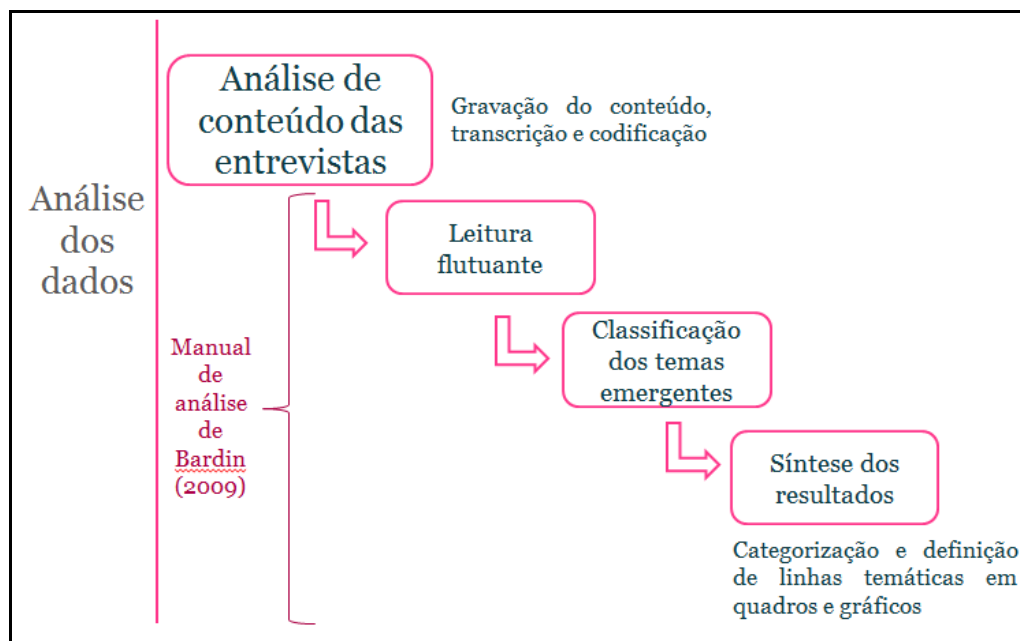
**Quadro 4.1:** Categorias e códigos preliminares criados em campo

<b>CATEGORIAS</b>	<b>CÓDIGOS</b>
A – Identificação dos papéis dos homens e das mulheres frente às demandas de saneamento. (O.E.2)	Captação de água
	Gestão da água no domicílio
	Limpeza do banheiro
	Coleta de resíduos
	Queima de resíduos
	Preocupação com higiene e limpeza domiciliar
	Motivações para a realização, pelas mulheres, das atividades
	Tempo destinado às ações de saneamento
	Construção das estruturas pelos homens
B – Abastecimento de água precário (qualidade, quantidade, intermitência) (O.E.2)	Impactos
	Alterações de comportamento (dificuldades serviço doméstico)
C – Ausência de sanitário e as dificuldades para as mulheres (O.E.2)	Defecar e urinar
	Higiene
	Banho
	Uso da saia
	Dores no corpo
C – Ausência de sanitário e as dificuldades para as mulheres (O.E.2)	Medo
	Dificuldades
	Privação da vontade de urinar/defecar
D - Impacto da falta de saneamento e sua relação com a saúde. (O.E.2)	Diarréias
	Verminoses
E- Relação entre homens e mulheres nas comunidades	Atribuições domésticas
	Divisão do trabalho
	Patriarcado
	Violência doméstica
F – Espaço potencial para a participação feminina nas ações de saneamento empreendidas. (O.E.2)	Construção da estrutura - homens
	Cuidado com os filhos e a casa
	Atenção às questões sanitárias

CATEGORIAS	CÓDIGOS
G – Tempo disponível quando há a liberação da tarefa de buscar a água. (O.E.2)	Arrumação da casa
	Trabalho na roça
	Machismo
H – Outros pontos (Todos O.E.)	Projetos que contemplam as questões de gênero

Flick (2011) pondera que a interpretação dos dados constitui o cerne da pesquisa qualitativa. Assim, as entrevistas foram transcritas, parte pela autora deste trabalho e parte por terceiros, e pôde-se iniciar a análise de conteúdo temática-categorial que, segundo Minayo (2007) divide-se em três etapas: 1) Pré-análise – realização da leitura flutuante; 2) Exploração do material - processo de redução do texto às palavras e expressões significativas; 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para Rocha e Deusdará (2005), a análise de conteúdo proporciona o alcance de uma significação profunda, um sentido estável, que é conferido pelo próprio locutor no ato de produção do texto. A **Figura 4.17** ilustra a análise dos dados realizada para a contemplação do objetivo específico 2:

**Figura 4.17:** Análise dos dados coletados em campo



Optou-se por apresentar os dados partindo das categorias criadas, aprofundando-se na apresentação e discussão do tema à medida em que os códigos são apresentados. Possíveis relações com os papéis assumidos, na perspectiva de cada gênero, e o tipo de solução sanitária presente na comunidade foram estabelecidas ao final de cada categoria. O objetivo principal,

desta forma, não é comparar as três comunidades estudadas, mas sim apontar as principais evidências das relações de gênero e saneamento, embora esta seja um tipo de análise interessante. Dada a regularidade das relações de gênero observadas, frente às soluções sanitárias presentes nas comunidades, avança-se para comparações cabíveis, com o objetivo de ampliar a capacidade de análise. Todavia, como a presente dissertação procurou, por meio dos estudos de caso, trabalhar com a exemplaridade, a autora entende que fundamentá-la primordialmente na comparação das comunidades poderia ser entendido por alguns como uma generalização das tipologias de solução sanitária e o tipo de relação de gênero encontrada. Cabe salientar que apesar de ser possível observar certas tendências, não se pode afirmar que as relações de gênero e sua interface com as soluções sanitárias encontradas sejam uma regra, a ser observada em outras localidades rurais com características semelhantes.

#### **4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS**

Para a obtenção do objetivo específico 1, foi necessária a leitura exaustiva dos documentos analisados. Por vezes, a busca por palavras-chave feita com a ferramenta do computador indicava a presença de expressões que estavam ocultas ao texto. Parece que a ferramenta de busca considera os comentários feitos no documento que não aparecem na versão oficial. Dessa forma, foi preciso fazer uma confirmação manual da busca. A busca pelas palavras-chave era realizada por pedaços da palavra, visando à contemplação de flexões de gênero e número.

Em relação aos trabalhos de campo realizados, a primeira observação quanto aos procedimentos metodológicos adotados consiste na escolha das comunidades. A contemplação das três comunidades que foram visitadas pela autora possibilitou uma análise mais profunda dos achados.

O número de entrevistas realizadas não foi previamente definido, uma vez que somente durante o trabalho de produção dessas entrevistas que a quantidade de entrevistados necessários começou a se descortinar com maior clareza. Como afirmam Bauer e Gaskell (2003) somente conhecendo e produzindo as fontes de sua investigação, o pesquisador adquire condições para avaliar o grau de adequação do material já obtido aos objetivos do estudo. Foi utilizada a estratégia da saturação, ou seja, à medida em que os dados começam a se repetir nas entrevistas, não sendo acrescentada nenhuma novidade, as entrevistas podiam ser encerradas, atendendo desta forma, ao critério de finalização (BAUER *et al.*, 2002). A

saturação, abordada por Minayo (2006), é o momento em que se entende que o conhecimento formado em campo pelo pesquisador conseguiu compreender a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo. Desta forma, foram realizadas 10 entrevistas na comunidade Barreiro Amarelo-BA (totalidade das residências), 13 entrevistas na comunidade Pontal do Buriti-GO e 17 entrevistas na comunidade Nova Esperança-BA. Além das entrevistas individuais, foi realizada uma entrevista em grupo em cada comunidade visitada. A contemplação de todos os moradores da comunidade Barreiro Amarelo se deu ao seu pequeno número de moradores e ao acesso facilitado que se teve a todos eles.

As entrevistas foram realizadas em conjunto pelos três pesquisadores, sendo que as questões de gênero podiam ser perguntadas no momento em que todos estavam presentes e, em casos mais específicos, em conversas mais pessoais feitas entre a autora desta dissertação e os (as) entrevistados (as). Para que as informações fossem bem digeridas, havia um limite diário de entrevistas, que variava com a saturação dos entrevistadores de acordo com a intensidade das entrevistas/informações coletadas. Em média eram realizadas três entrevistas diárias com cerca de 40 minutos de duração.

O processo de comunicação entre pesquisador e pesquisado por vezes pode ser dificultado por diferenças linguísticas e culturais. Os trejeitos do sotaque e as expressões locais foram um desafio para os entrevistadores que, por diversas vezes, tinham de pedir explicações sobre determinada palavra ou costume adotado. Os moradores, muito simpáticos, riam da situação e explicavam com boa vontade do que se tratava.

Os erros de português do relato oral foram corrigidos nos trechos transcritos utilizados nesta dissertação para facilitar a compreensão do leitor, contudo, houve o cuidado para que o sentido das orações fosse mantido. O objetivo das transcrições é viabilizar a codificação aberta do conteúdo das transcrições, que tem como finalidade expressar os dados e os fenômenos na forma de conceitos (FLICK, 2011). Cabe frisar que o processo de coleta de dados pode gerar uma infinidade de entrevistas. Diante disto, além da observação dos pressupostos metodológicos para definir o encerramento da coleta de dados, a sua análise pode ser definida pela seleção das entrevistas que melhor representa o objeto a ser observado, tendo em vista o limite temporal da confecção de uma dissertação. A transcrição de cada entrevista girou em torno de 15 a 20 páginas e, embora nem todo o conteúdo seja relevante para a análise das questões de gênero, a leitura completa e atenta de todas elas foi necessária diante do fato das questões de gênero serem tangenciadas por outros aspectos. Neste trabalho

a autora conseguiu contemplar todas as entrevistas na análise, privilegiando as que os dados davam mais subsídios às análises. Contudo, devido a extensão das mesmas, pode ser que alguns fatos não tenham recebido a atenção e análise merecida.

Tendo em vista a confidencialidade dos entrevistados, optou-se por não divulgar os seus nomes na seção dos resultados. Para isso, uma codificação foi criada, sendo que, para moradores do Assentamento Pontal do Buriti foram usadas as iniciais “PB”, para a comunidade Nova Esperança as iniciais “NE” e para Barreiro Amarelo, “BA”. Essas iniciais são acompanhadas pelo número da entrevista, assim as codificações ficaram, por exemplo, “PB01”, “PB02”, “PB03” e assim por diante. Nas entrevistas em grupo os participantes também foram identificados por códigos, de acordo com a comunidade a qual eles pertencem, conforme a descrição acima. Para a entrevistada no Seminário Nacional de Saúde, Ambiente e Comunidades Tradicionais, utilizou-se a codificação “SF01”. Os registros fotográficos apresentados na seção de resultados também foram escolhidos de forma a não expor a identidade dos entrevistados, embora um grande material tenha sido vetado para cumprir esta prerrogativa. Buscando identificar o sexo do entrevistado e a sua faixa etária, foi criado o Quadro 4.2 com o respectivo código, sexo e idade dos entrevistados cujos trechos aparecem nesta dissertação.

**Quadro 4.2:** Caracterização dos entrevistados por sexo e idade

CÓDIGO	SEXO	IDADE	CÓDIGO	SEXO	IDADE
SF01	Feminino	29	NE10	Feminino	59
PB02	Feminino	50	NE11	Feminino	39
PB05	Feminino	43	NE12	Masculino	49
PB08	Feminino	78	NE14	Feminino	53
PB12	Feminino	45	NE15	Feminino	21
PB15	Feminino	58	NE16	Masculino	44
PB19	Feminino	52	NE22	Feminino	52
PB22	Masculino	62	NE26	Feminino	72
NE02	Feminino	56	NE32	Feminino	51
NE03	Feminino	52	BA01	Masculino	38
NE05	Feminino	55	BA02	Feminino	73
NE08	Feminino	21	BA07	Masculino	33
NE09	Masculino	45	BA08	Feminino	49

<b>CÓDIGO</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>
BA09	Feminino	50
BA12	Feminino	46
BA13	Feminino	48
BA14	Masculino	49
BA16	Feminino	19

<b>CÓDIGO</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>
BA17	Feminino	42
BA18	Masculino	77
BA19	Feminino	70
BA20	Feminino	21
BA21	Feminino	40

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG e aprovado em janeiro de 2016, conforme a carta de aprovação que encontra-se no Anexo A. Contudo, a aplicação do termo de consentimento nas localidades visitadas poderia causar desconfiança e constrangimento dos entrevistados. Como forma de contornar a situação, os objetivos da pesquisa eram explicados pelos pesquisadores e após o consentimento verbal a entrevista e a gravação do áudio se iniciavam. Cabe evidenciar que, em consonância com a Resolução 196/1996 do Ministério da Saúde (BRASIL, 1996), todos os tipos de entrevista foram gravados, mediante a autorização verbal dos entrevistados. Registros fotográficos também foram realizados após a autorização verbal dos participantes das fotos e/ou seus responsáveis (no caso das crianças).

A liberdade na coleta de dados promovida pela Grounded Theory foi fundamental diante do contexto de execução da pesquisa de campo. Em determinadas localidades, não se era possível prever detalhes de como o campo iria se desenvolver, tampouco como seria a relação do pesquisador com as comunidades contempladas. Não se deve, contudo, entender que a aplicação dessa teoria isentou os pesquisadores de uma rígida metodologia de trabalho e rigor científico. Os instrumentos da metodologia qualitativa foram utilizados da forma com que se avaliava conseguir maior riqueza e profundidade nas informações coletadas. Contudo, todos eles eram aplicados segundo os princípios metodológicos academicamente definidos.

Todos os aspectos necessários à exploração da temática gênero e saneamento foram abordados. Muitas questões tiveram que ser adaptadas à realidade da comunidade e as entrevistas tiveram que ser levadas com muito jeito e paciência devido à timidez inicial de alguns moradores, sobretudo das mulheres. Em alguns momentos foi observado constrangimento nas respostas, entretanto, todas as informações demandadas eram respondidas. Quando o homem e a mulher da casa estavam presentes na entrevista, o diálogo era mantido, majoritariamente, pelos homens. Dessa forma, por muitas vezes, a entrevistadora

tinha que incentivar a participação da mulher presente, chamando-a para a conversa ou fazendo perguntas especialmente direcionadas a elas. Os assuntos mais delicados eram abordados posteriormente, após o ganho da confiança dos entrevistados. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes adquiriram no decorrer do trabalho de campo, propiciaram o surgimento de questões inesperadas à entrevistadora que foram de grande utilidade nesta pesquisa. A interação pesquisador-informante corroborou muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos.

A defecação ao céu aberto foi discutida abertamente. A ação faz parte do cotidiano e é vista com normalidade. Muitas vezes essa parte da entrevista se tornava um momento de descontração, com muitas risadas. Algumas questões específicas sobre a defecação das mulheres no mato não conseguiram ser respondidas quando eram demandadas na presença do pesquisador do sexo masculino. Diante desta constatação, determinadas perguntas passaram a ser feitas ao final da entrevista quando somente os informantes e a pesquisadora deste trabalho estavam presentes. Foi notória certa vergonha das entrevistadas em contar como é realizada a troca dos absorventes no período da menstruação, quando esse ato tem que ser feito no mato e sobre a higienização íntima desse mesmo período. Entretanto, a pesquisadora tentou tratar do assunto com naturalidade, compartilhando as suas próprias dificuldades para tentar colher um depoimento mais verídico.

Como esta pesquisa fez parte de uma investigação mais ampla no âmbito do PNSR, muitos eram os assuntos a serem investigados. Diante da saturação dos entrevistados, por vezes as entrevistas eram divididas. Entretanto, considera-se que, embora todas as informações coletadas dão importantes subsídios à análise de gênero, diante do grande volume de informações específicas sobre os aspectos sanitários, em determinados momentos não se conseguiu obter uma maior profundidade dos achados específicos sobre gênero. Considera-se que mais tempo era necessário para um maior aprofundamento de determinadas questões.

As observações da pesquisadora foram relatadas no diário de campo. Muitas anotações do diário de campo vinham a partir da observação dirigida e outras vinham de acordo com a familiaridade da pesquisadora com a temática de gênero e saneamento. Algumas anotações eram escritas manualmente durante as observações, mas a maioria delas era feita no computador da pesquisadora logo após o retorno da comunidade.

Como agradecimento pela confiança e recepção nas comunidades, a autora enviará uma cópia desta dissertação a um representante de cada comunidade visitada.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 SANEAMENTO E GÊNERO: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Nesse capítulo pretende-se investigar o estado da arte das políticas públicas com enfoque na área rural do País, buscando-se elementos que remetam ao saneamento e suas interfaces, com destaque para as questões de gênero, e vice-versa, questões específicas sobre gênero e sua integração aos temas afetos ao saneamento básico. Tal objetivo justifica-se pela grande relevância de se dar ênfase às relações de gênero na constituição da política pública de saneamento rural.

Uma vez que a triangulação dos temas “gênero”, “saneamento rural” e “políticas públicas” ainda não é encontrada no referencial teórico existente, optou-se pela análise dos três segmentos de políticas públicas separadamente: “saneamento”, “gênero” e “rural”. Dessa forma, na análise, são destacadas as palavras-chave que perpassam por no mínimo dois destes eixos.

#### 5.1.1 Políticas Públicas de Saneamento

No que se refere ao eixo de políticas públicas que englobam a questão do saneamento no Brasil, observa-se que a perspectiva do gênero não foi contemplada na Lei 11.445/07, que define as diretrizes nacionais para o saneamento básico (BRASIL, 2007) e, tampouco, na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). Já no Plano Nacional de Saneamento Básico, as palavras-chave “gênero” e “mulheres” foram encontradas uma vez cada (BRASIL, 2013). A **Tabela 5.1** apresenta a ocorrência das palavras-chave (Gênero, Homens, Mulheres, Rural) nas políticas de saneamento brasileiras existentes na atualidade.

**Tabela 5.1:** Ocorrência das palavras-chave selecionadas nas Políticas Públicas de saneamento brasileiras

Palavras-chave	Lei 11.445/07	Lei 12.305/10	Plansab
	Número de referências	Número de referências	Número de referências
Gênero	0	0	1
Homens	0	0	0
Mulheres/Mulher	0	0	1
Rural/rurais	3	0	109

Observa-se a escassa referência ao gênero nas políticas de saneamento brasileiras, o que remonta à hipótese de que o conhecimento da relação de proximidade existente entre as relações de gênero e o saneamento – em especial no que diz respeito às mulheres - ainda é incorporada. Percebe-se ainda que não são compreendidas as relações de desigualdade no que tange ao acesso aos serviços de saneamento entre homens e mulheres ou a relação de vulnerabilidade e os impactos vividos de forma desigual por homens e mulheres quando se trata do acesso aos serviços e/ou estruturas de saneamento. O reconhecimento das diferentes necessidades sanitárias entre homens e mulheres, em áreas urbanas ou rurais, também não é objeto do Plansab, pois além de não ser referenciada em nenhuma parte do texto, não há sequer indicadores específicos criados para abranger tal aspecto.

O termo “mulheres” foi referenciado nos documentos do Plansab, na página 158, capítulo 9 – “*Programas*”, que trata da formulação do Programa Nacional de Saneamento Rural - no qual a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) deve constar como um dos coordenadores. Entretanto, apesar de citada, não está especificado de que forma esta Secretaria pode contribuir para o Programa. Tal questão deixa em aberto se sua inclusão ocorre em virtude da relação das mulheres com o saneamento, ou apenas decorre da inclusão de grupos populacionais que carecem de especial atenção no acesso aos serviços de saneamento - uma vez que a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial também foi citada no texto. De toda forma, há que se ponderar que a perspectiva de colaboração com a SPM já constitui um avanço para uma política pública de saneamento.

Neste mesmo documento, o termo “gênero” foi referenciado na página 171, no capítulo 10, que diz respeito ao “*Monitoramento, avaliação sistemática e revisão do plano*”, na dimensão “*Indicadores auxiliares*”. Neste, o termo aparece relacionado a outros balizadores, como renda, cor da pele e escolaridade, e cujas análises são cabíveis mediante o compromisso referente ao direito humano à água e ao esgotamento sanitário, assumido pelo Brasil com as Nações Unidas. É possível observar, a partir da análise de conteúdo do plano, um notório avanço, por exemplo, ao elencar como plausível o desmembramento desses indicadores – incluindo a questão do gênero e reconhecendo-a como importante balizador para a garantia deste direito humano. Ainda que tenha ocorrido apenas uma vez, sua referência já denota certo progresso na política pública de saneamento a nível nacional (BRASIL, 2013).

Vale ressaltar a importância do reconhecimento do direito humano à água e ao esgotamento sanitário pelas Nações Unidas e a abrangência de suas normativas, tanto para o abastecimento

de água quanto para o esgotamento sanitário, e a atenção especial que deve ser dada às mulheres. O documento serve como base e inspiração para a formulação de políticas públicas nacionais e, apesar dos sete anos da sua criação, a inclusão dos aspectos salientados pelo documento vem se processando lentamente nas políticas públicas de saneamento.

É importante pontuar que a relação entre gênero e saneamento começou a ser destacada mundialmente em 1980, quando a ONU instituiu a Década da Água, aludindo à participação feminina em projetos correlatos. Posteriormente, diferentes autores consideram que a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente (1992) tenha formalizado o papel das mulheres diante do saneamento (RICO, 1998; BREWSTER *et al.*, 2006). Assim, a ordem cronológica da elaboração e publicação das políticas públicas de saneamento analisadas também pode ser um dos fatores que corrobora para essa (incipiente) abordagem das questões de gênero. Lançadas em 2007 e 2010, tanto as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos antecedem o reconhecimento do direito humano à água e ao esgotamento sanitário pelas Nações Unidas (2010). Assim, como estas diretrizes antecedem o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que representa as primeiras menções, de forma mais superficial, à questão de gênero, Hora *et al.*, (2015) consideram que o Plansab trouxe mudanças normativas, mas ainda permanece o desafio, em termos de atendimento, das dimensões de gênero, e sua abrangência das áreas rurais.

No âmbito mundial, é possível reconhecer que a estreita relação das mulheres com as questões relacionadas ao saneamento vem sendo consideradas de inúmeras formas pelas políticas públicas, em cada país. Tal constatação remonta, portanto, ao descompasso existente entre os apontamentos realizados nestas grandes conferências e os formuladores de políticas públicas brasileiros.

Caberia, portanto, ao corpo de profissionais responsáveis pela elaboração das políticas públicas de saneamento, contemplar em seu escopo, constatações observadas em nível mundial, passíveis de aplicação à realidade brasileira, e que poderiam refletir em melhorias no aspecto sanitário e de igualdade de gêneros no Brasil.

A Lei 12.305/2010, por exemplo, poderia ter sido elaborada com um olhar mais sensível às questões de gênero, caso os seus formuladores já tivessem considerado a discussão e

pactuação, acerca deste tema, entre o Brasil e outros órgãos internacionais<sup>7</sup>, mesmo sendo o foco desses apontamentos, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário.

Tal assertiva confirma parcialmente a hipótese H.1.2. desta dissertação de que as políticas públicas de saneamento existentes no Brasil não contemplam as relações de gênero. Sua abordagem – realizada pelo Plansab - ocorre de forma bastante superficial, e remete – especificamente – ao seu direcionamento para programas específicos em áreas rurais, como a formulação do Programa Nacional de Saneamento Rural, ainda em fase de elaboração. Assim, partindo do sentido mais amplo da abordagem de gênero nas políticas públicas de saneamento é possível observar que a temática é pouco discutida e quando abordada, não possui grande aprofundamento.

Em contrapartida, quando se restringe a análise a focos mais específicos, como valorização da mulher no processo de escolha de soluções sanitárias, atentando para as diferentes necessidades fisiológicas entre homens e mulheres para adequabilidade dessas soluções, sua importância no processo de gestão domiciliar da água ou os impactos de soluções sanitárias precárias na vida das mulheres e meninas, tais aspectos nem sequer são citados.

Entretanto, deve-se salientar que apesar de a referência às mulheres não estar prevista nas leis de saneamento vigentes, há experiências de programas governamentais de abastecimento de água, como o PIMC e o Programa Água para Todos, que priorizam o atendimento às famílias chefiadas por mulheres. Autores como Pontes (2013) destacam que estes programas governamentais trazem melhorias nas vidas das mulheres – refletidos na diminuição do esforço físico desempenhado em caminhadas para buscar água ou até mesmo incentivando o seu envolvimento nas reuniões comunitárias promovidas pelos programas.

Nesta dissertação, a palavra-chave “rural” foi rastreada com a finalidade de se verificar quais são as diretrizes voltadas para a questão presentes na legislação referente ao saneamento, no Brasil. Constatou-se que sua abordagem está presente na Lei 11.445/07, que utiliza definição de rural do IBGE. No Capítulo IX, a palavra-chave “rural” aparece especificamente relacionada com o Art. 48, Diretriz VII, que versa sobre a: *“garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções*

---

<sup>7</sup> Há publicações da WIEGO (*Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing*) que, dentre os muitos temas pesquisados, relacionam as questões de gênero aos resíduos sólidos. São retratadas inclusive, experiências brasileiras de catadoras de material reciclável (DE BRITO, 2012) e da coleta seletiva em Belo Horizonte (DIAS, 2011).

*compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares*”; e, ainda, no Art. 49 na Diretriz IV: “*proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados*”. Embora o quesito gênero não seja especificado, pode-se inferir - conforme apresentado na revisão de literatura deste trabalho - que a divisão por gênero das atividades relacionadas ao saneamento são comuns nas áreas rurais, constituindo, assim, uma característica social dessas localidades. Dessa forma, entende-se implicitamente que estes aspectos deveriam ser considerados a fim de se garantir os meios adequados para o atendimento da população rural dispersa.

Já no Plansab, o termo rural (ou rurais) foi identificado 109 vezes. A expressão é utilizada, geralmente, para compor o panorama do saneamento nacional, o direcionamento dos recursos governamentais, e em trechos que visam assegurar a universalidade dos serviços de saneamento no território brasileiro. O capítulo IX intitulado “*Programas*” remete à necessidade da elaboração de uma política de saneamento rural. E, apesar de alguns apontamentos serem realizados nesse sentido, como, por exemplo, órgãos responsáveis, recursos, objetivos, gestão do programa, entre outros, as questões que aludem ao gênero no saneamento rural são referenciadas em nenhum momento.

No entanto, por se tratar de um plano nacional, é possível inferir que minudenciar as características das áreas rurais não constituiu objetivo do Plansab. Este fato pode justificar a ausência de qualquer referência ao gênero, embora ele tenha sido criado após a pactuação do governo brasileiro com a ONU, em relação ao direito humano à água e ao esgotamento sanitário. Outro ponto é que o Plansab consiste de um Plano ainda recente, cujas metas e ações vislumbram um horizonte de 20 anos e, onde muitas, ainda não foram criadas ou ainda não entraram em vigor. Esta falha, contudo, ainda pode ser sanada com a inclusão de uma maior consideração das relações de gênero com o saneamento nas revisões quinquenais previstas para o Plano.

### **5.1.2 Políticas Públicas de Gênero**

Para a análise das políticas públicas de gênero - tendo como aspecto balizador o saneamento rural – optou-se pela revisão documental do Plano Nacional de Política para as Mulheres (BRASIL, 2013). A ocorrência das palavras-chave selecionadas para tratar o saneamento rural dentro do PNPM – Rural, Floresta, Infraestrutura, Saneamento, Água, Esgoto/Esgotamento, Resíduos Sólidos/Lixo e Drenagem – embasou a construção da **Tabela 5.2**.

**Tabela 5.2:** Ocorrência de palavras-chave no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015

Palavras-chave	Número de referências	Citações que não se aplicam	Filtro 1 Mulheres rurais	Filtro 2 Saneamento
Rural	21	4	17	1
Floresta	48	6	42	1
Infraestrutura	12	3	7	1
Saneamento	1	1	0	0
Água	7	2	5	5
Esgoto/Esgotamento	1	0	0	1
Resíduos sólidos/Lixo	0	0	0	0
Drenagem	0	0	0	0

A expressão “saneamento” não está referenciada como uma diretriz específica no texto da PNPM, sendo utilizada apenas para retratar a melhoria em índices, tais como mortalidade, embora não fomente qualquer consideração ou diretriz relevante a esta análise. Os “elementos sanitários” como água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos são, por sua vez, contemplados separadamente no Plano e parecem ser entendidos e considerados como serviços de infraestrutura, o que justifica a inclusão desta palavra-chave na análise realizada.

O “esgotamento sanitário” ou “esgoto” aparecem referenciados apenas uma vez no documento, tangenciando as ações necessárias para a promoção do acesso das mulheres à moradia digna visando, assim, garantir a qualidade e acesso à infraestrutura de bens, serviços públicos e equipamentos sociais:

*Incentivar ações integradas entre governos federal, estaduais, municipais e distrital, para promover a coleta e tratamento de esgotos, bem como o acesso à água, objetivando assegurar moradias em ambientes saudáveis (BRASIL, 2013, p. 64).*

O trecho em que estas palavras-chave aparecem pode se referir a uma ação básica para a promoção de ambientes saudáveis, tanto para mulheres quanto para homens, sendo que nenhuma diretriz de trabalho está especificamente voltada para elas. Apesar disso, há de se considerar que a formulação de uma ação específica, que remonta à necessidade de garantir uma moradia digna, num PNPM, deve ter partido do pressuposto da desigualdade de acesso às infraestruturas quando comparadas aos homens.

A palavra-chave “água”, que aparece sete vezes no texto do Plano remonta à comprovação dos importantes avanços referentes ao reconhecimento da fundamentalidade das atividades realizadas pelas mulheres em áreas rurais. Embasando o que já foi discutido por Heredia *et al.*, (2006), o Plano explicita que a participação de lideranças e movimentos populares na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) foi primordial para o reconhecimento dos povos do campo, da floresta e das águas como um segmento de grande importância para a gestão e preservação dos recursos naturais, enfatizando, assim, o papel das mulheres. Diante disso, considera-se que muitas das ações relacionadas às áreas rurais, bem como a maior visibilidade das mulheres perante as políticas públicas, partiram dos apontamentos realizados por esses movimentos, nos últimos anos, vide a atuação do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

Quando questionada sobre como e em que sentido os movimentos das mulheres se organizam em prol das questões de saneamento, uma das integrantes da Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras responde:

*(...) elegemos como bandeira de luta a defesa do território e a busca pelos direitos à saúde e aos direitos previdenciários. Então nessa questão de defesa dos territórios e dos direitos à saúde, o saneamento vem muito. A gente não tem um debate mais aprofundado no sentido das diversas dimensões do saneamento. Temos especialmente a preocupação que na maioria das comunidades pesqueiras os dejetos são lançados nos rios e nos mares. Isso afeta diretamente a nossa vida como forma de trabalho e produção, e a gente fica em uma situação delicada (SF01).*

Dessa forma, pode-se observar que as questões sanitárias são incitadas no debate juntamente com outras causas como, por exemplo, melhorias das condições de trabalho. Esse fato talvez justifique a não inclusão direta do saneamento como diretriz, objetivo ou meta pelo PNPM de 2013.

Ainda segundo a entrevistada, na maior parte das vezes, as discussões acerca do saneamento se dão no nível das comunidades. Tal fato pode contribuir para a não consideração dessas questões na política nacional.

*Tem estados que têm uma incidência maior. Essa discussão a gente vem fazendo mais a nível local do que a nível mais nacional e dos estados. Alguns não são debates sistemáticos. São debates pontuais, fruto de um processo de agravamento de saúde, que é preciso acionar a secretaria e a secretaria diz que não é assunto para eles, então em alguns estados foram promovidas algumas reuniões e alguns encontros para tratar de saneamento nas comunidades pesqueiras (SF01).*

O Plano não explicita em nenhuma passagem a relação das mulheres com as atividades sanitárias, seja como responsáveis pela coleta e gestão da água, seja como grupo em situação de vulnerabilidade, diante da ausência ou precariedade de soluções sanitárias. Esta relação é, geralmente, tratada de forma indireta, quando discutido, por exemplo, a importância do seu trabalho para a manutenção e preservação do ambiente. Assim, cabe inferir que as ações e objetivos previstos no PNPM são colocados de forma muito geral, podendo ser interpretados como requisitos fundamentais para a vida de qualquer pessoa, e não pensadas de forma a promover a equidade entre os gêneros. Nesse contexto, tem-se o objetivo específico IV do Capítulo 6 (*Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social*) que estabelece: “Promover as políticas públicas de defesa da água como bem público e da democratização de seu uso.” (BRASIL, 2013, p. 62). É possível afirmar que este objetivo não trata do direito/inclusão das mulheres, especificamente, mas sim todas as raças, sexos, etnias e grupos sociais.

Hora *et al.*, (2014) destacam que os problemas das áreas rurais não se resolvem apenas com o estímulo à participação de diferentes atores sociais, mas com a combinação entre o maior protagonismo e a promoção de políticas claramente orientadas para inclusão dos mais pobres e dos mais excluídos da política, ou seja, das mulheres rurais. Diante disso, é relevante considerar que as mulheres não representam um bloco homogêneo, e sim incorporam outras desigualdades sociais, especialmente as de raça, etnia e geração (HORA *et al.*, 2014). Fica claro, portanto, para os autores, a necessidade de se tratar a dimensão gênero nas políticas públicas juntamente com outros balizadores, a exemplo dos anteriormente citados.

A palavra-chave “floresta” foi encontrada 48 vezes em todos os capítulos do 3º PNPM (BRASIL, 2013). Tal achado remonta que a construção do Plano se deu pelo reconhecimento da situação vivenciada pelas mulheres do campo, da floresta e das águas, categorias estas que ajudam a compor o vasto rural brasileiro. A construção de um capítulo que trata especificamente da situação das mulheres (*Capítulo 7 - Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta*) pode ser entendida, também, como um reflexo da luta e participação dos movimentos sociais nas três Conferências de Políticas para as Mulheres e, nesse sentido, representa um ganho de espaço e seu reconhecimento frente às políticas públicas.

A menção ao termo “floresta” foi empregada em vários aspectos, em maior parte relacionados com o direito à terra, bens e serviços, mas também engloba a necessidade do reconhecimento do trabalho invisível desempenhado pelas mulheres dentro dos seus lares; a necessidade da

autonomia econômica; maior inclusão na educação; a sexualidade; atenção à saúde; violência doméstica; conservação do meio ambiente; e, com somente uma referência, aspectos do saneamento.

Na maior parte das vezes que a palavra-chave “rural” foi utilizada, ela remeteu à criação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da produção nas áreas rurais, como o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) Mulher. Como previamente mencionado, programas como estes possibilitaram a instituição/discussão da questão do gênero nas políticas, o que, por sua vez, permitiu a abrangência dos programas às famílias chefiadas por mulheres. O reconhecimento das mulheres como beneficiárias diretas das políticas públicas, independente da sua condição civil, tornou-se a primeira ação de reorientação da política pública (HORA *et al.*, 2014). Ainda segundo Hora e Butto (2014), a incorporação de metas específicas para mulheres rurais em diversos planos nacionais denotam um novo desenho de diálogo que integra a política específica e a transversalidade das políticas públicas para mulheres rurais. As mulheres foram, então, incluídas nos diferentes cadastros e/ou formulários como titulares da política e não mais como cônjuges. Como exemplo, destacam-se os benefícios sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida.

Outro emprego da palavra rural remete à necessidade de melhores condições de infraestrutura social, dentre elas o cumprimento do direito garantido pela Constituição Federal à moradia digna. Embora não tenha sido diretamente referenciada, a moradia digna está relacionada aos serviços que garantam a salubridade socioambiental e, dentre esses serviços fundamentais, o acesso aos serviços de saneamento. Como o PNPM aborda somente a questão de infraestrutura, sem maiores esclarecimentos sobre seu significado, não se pode inferir que todas as 12 vezes em que a palavra-chave “infraestrutura” foi citada, referiu-se à necessidade de moradia digna, tendo como referencial os serviços de saneamento.

Partindo do princípio de que as políticas públicas para as mulheres devem subsidiar a igualdade entre os gêneros, o Capítulo 6 do PNPM (*Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social*) é o que traz a maior parte das contribuições pertinentes a esta análise, nas três linhas de ação que apresenta. A linha de ação 6.1. (*Estímulo e apoio a atividades e empreendimentos orientados para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da igualdade das mulheres*) traz importantes direcionamentos ao fomento da participação das mulheres na esfera política, com sua inclusão nas discussões acerca de

fatores ambientais, e aos aspectos do reconhecimento das tarefas domiciliares desempenhadas majoritariamente por elas. Tais ações são apresentadas no Quadro 5.1.

**Quadro 5.1:** Ações de promoção da igualdade das mulheres previstas na Linha de ação 6.1. do 3º PNPM

<b>Ações</b>	<b>Órgãos responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
6.1.1. Apoiar a formação continuada de mulheres para o fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais promovendo condições de sua autonomia	SPM, MEC, Seppir, MTE, MDA, Ibama/MMA	Funai/MJ
6.1.4. Incorporar o componente gênero no Plano Nacional de Mudanças Climáticas	MMA	SPM
6.1.5. Apoiar a atuação das mulheres na defesa de seus direitos, em procedimentos do licenciamento e sua participação em audiências públicas	MMA	Funai/MJSPM
6.1.6. Promover campanhas sobre consumo sustentável, considerando o tempo de reprodução social e trabalho doméstico que é desenvolvido prioritariamente pelas mulheres	MDA, MMA, SPM	-

Fonte: BRASIL, 2013, p. 63, adaptado pela autora.

A Linha de ação 6.2. (*Promoção do acesso das mulheres à moradia digna, garantindo qualidade e acesso à infraestrutura de bens, serviços públicos e equipamentos sociais*), traz considerações específicas referentes ao esgotamento sanitário e acesso à água, apresentadas no Quadro 5.2.

**Quadro 5.2:** Ações de promoção da igualdade das mulheres previstas na Linha de ação 6.2 do 3º PNPM

<b>Ações</b>	<b>Órgãos responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
6.2.1. Acompanhar, identificar e estimular a redução dos impactos socioambientais decorrentes da implantação de grandes projetos de desenvolvimento, especialmente projetos de infraestrutura, prevenindo e coibindo a desagregação social e exploração das mulheres	MMA, SDH, MCid	SPM, MP
6.2.2. Estimular e apoiar políticas de ampliação e melhoria das condições de moradia e acesso à infraestrutura adequada, às mulheres do campo e da floresta, incluindo as comunidades e povos tradicionais (inclusive ribeirinhos)	MMA, MCid	SPM, MP
6.2.4. Incentivar ações integradas entre governos federal, estaduais, municipais e distrital, para promover a coleta e tratamento de esgotos, bem como o acesso à água, objetivando assegurar moradias em ambientes saudáveis	MI, MCid	SPM, MP
6.2.5. Garantir o acesso à água e a melhoria das condições de convivência com o semiárido por meio da construção de cisternas, seguro agrícola e outras tecnologias sociais e ambientalmente sustentáveis	MDA, MI, MDS	SPM, BB

Ações	Órgãos responsáveis	Parceiros
6.2.7. Estimular e apoiar políticas de ampliação, melhoria e acesso à infraestrutura produtiva adequada para as mulheres do campo e da floresta, incluindo as comunidades e povos tradicionais.	MDA	SPM

Fonte: BRASIL, 2013, p. 63, adaptado pela autora.

A Linha de ação 6.3 que trata da “*Promoção do desenvolvimento de políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional, fortalecendo princípios agroecológicos, o reconhecimento da contribuição das mulheres e o compartilhamento da responsabilidade por uma vida saudável*” (BRASIL, 2013, p. 64), apesar de não referenciar no seu escopo ações de saneamento, levam a inferir que, se aplicadas, podem promover verdadeiros ganhos no setor.

Diante do conhecimento das mulheres em relação aos recursos naturais da localidade em que vivem (BENNETT *et al.*, 2008) é de extrema relevância que elas tenham voz nas decisões implementadas na localidade e que recebam atenção especial na capacitação, quando necessário.

Outro aspecto levantado é a urgência de um diagnóstico específico para a situação das mulheres, que assinala quais são as suas reais necessidades. Tendo em vista projetos de saneamento, infere-se que, diante de suas necessidades específicas, principalmente em relação ao esgotamento sanitário, projetos que levem estas demandas em conta podem ser mais bem sucedidos e sustentáveis. O PNPM já considera importante dar voz às mulheres, mas não deixa claro que esta ação poderia ser aplicada à área do saneamento de comunidades rurais, como pode ser observado no Quadro 5.3.

**Quadro 5.3:** Ações de promoção da igualdade das mulheres previstas na Linha de ação 6.3 do 3º PNPM

<b>Ações</b>	<b>Órgãos responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
6.3.1. Apoiar e fortalecer a participação técnica e política das mulheres nos conselhos, fóruns, órgãos colegiados e comissões gestoras das políticas, programas e ações socioambientais em todos os níveis, apoiando também sua capacitação	MDA, MMA, MDS	SPM, Funai/MJ
6.3.2. Estimular a participação das indígenas na formulação e implementação de programas governamentais voltados para empreendimentos de infraestrutura social	Funai/MJ	SPM, MP
6.3.3. Inserir, nos cadastros das unidades de conservação de uso e áreas florestais sustentáveis, informações sobre o perfil socioeconômico e cultural das mulheres, possibilitando a elaboração do diagnóstico sobre esse público e suas necessidades	MMA, Incra	SPM
6.3.4. Estimular e promover a sustentabilidade no manejo e uso da água, bem como o acesso universal e igualitário aos bens coletivos	MMA	SPM, BB

Fonte: BRASIL, 2013, p. 64, adaptado pela autora.

Alguns autores ressaltam a presença de importantes ações direcionadas às mulheres de áreas rurais, como o acesso a crédito produtivo, terra, assistência técnica, organizações produtivas e campanhas de enfrentamento à violência (BUTTO *et al.*, 2008; BUTTO *et al.*, 2011), o que também pode ser observado no 3º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Contudo, Hora *et al.*, (2015) enfatizam que as políticas de gênero para o meio rural têm ofertado poucas respostas em relação à melhoria da situação do saneamento.

Dessa forma, o PNPM apesar de dar importantes diretrizes que visam empoderar as mulheres e tornar visível a relação delas com o meio em que vivem, ainda carecem o aprofundamento de aspectos relacionados diretamente ao saneamento rural e as suas especificidades de gênero, ou seja, as tarefas que são majoritariamente desempenhadas por elas e os impactos que acometem desproporcionalmente homens e mulheres.

É esperado de um Plano de Política para as Mulheres que sejam previstas metas e diretrizes com foco na diminuição das desigualdades de gênero. Partindo do princípio da equidade, a resolução das desigualdades sociais não deve ser resolvida dando direitos iguais a todos os membros da sociedade, mas sim dando um suporte diferente aos segmentos que têm necessidades diferentes. E assim, a equidade poderá ser lograda. Ao incorporar homens e mulheres no desenvolvimento rural, deve-se adotar estratégias específicas de promoção da

igualdade em diferentes dimensões, tendo em vista que as relações de gênero presenciadas atualmente são produto de interações sociais e culturais historicamente construídas (HORA *et al.*, 2014).

### 5.1.3 Políticas Públicas para o rural

Para o terceiro e último eixo analisado - as políticas públicas para o rural e as questões de gênero e saneamento - resumem-se os resultados obtidos a partir da análise da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), na Tabela 5.3.

**Tabela 5.3:** Ocorrência das palavras-chave na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta

Palavras-chave	Número de referências	Filtro 1 Relação com saneamento	Filtro 2 Relação com Política Pública
Gênero	6	0	4
Homens	0	0	0
Mulheres	19	0	6

Palavras-chave	Número de referências	Filtro 1 Relação com saúde rural	Filtro 2 Relação com gênero
Saneamento	15	14	0
Água	16	14	0
Esgoto/Esgotamento	3	3	0
Resíduos sólidos/Lixo	0	0	0
Drenagem	0	0	0

A PNSIPCF reconhece que o saneamento constitui um dos fatores sociais determinantes da saúde. Posto isto, realça o déficit de saneamento existente entre as áreas urbanas e rurais do Brasil e enfatiza sua deficiência – tanto no que se refere ao acesso, como à qualidade dos serviços - nas áreas rurais. Historicamente, as áreas urbanas foram mais beneficiadas com o acesso às estruturas sanitárias e políticas públicas de saneamento do que as áreas rurais. Nesse contexto, Heredia *et al.* (2006) discutem que ainda resta um longo caminho para se atingir a equidade social, tanto entre cidade e campo quanto entre homens e mulheres rurais. A

PNSIPCF reconhece, dentre os fatores que contribuem para a consolidação do grave quadro de carências do rural brasileiro, os diferentes modos de se ocupar o amplo território, com grandes espaços vazios ou de baixa densidade demográfica, as desigualdades socioeconômicas, aliados à ausência ou à insuficiência de políticas públicas de saúde e de saneamento, em um constante quadro de escassez de investimentos.

Nesse sentido, a PNSIPCF ressalta em seu texto a intrínseca relação entre o saneamento e a saúde, destacando a presença dos serviços à melhora das taxas de mortalidade por doenças de veiculação hídrica, por exemplo. Assim, entre as ações de promoção e vigilância da saúde das populações do campo e da floresta, são previstas intervenções de saneamento ambiental que visam à ampliar e qualificar a rede de água potável e os serviços de saneamento ambiental, sobretudo nos municípios com menos de 30 mil habitantes. O Art. 3º que dispõe sobre os objetivos específicos da PNSIPCF em seu inciso IV visa:

*contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações do campo e da floresta, incluindo articulações intersetoriais para promover a saúde, envolvendo ações de saneamento e meio ambiente, especialmente para a redução de riscos sobre a saúde humana (BRASIL, 2013, Art. 3º, p.24. Grifo da autora).*

É importante que uma Política de Saúde voltada exclusivamente para áreas rurais reconheça o saneamento e sua integralidade como um significativo foco de atenção. Contudo, na PNSIPCF, o saneamento é abordado apenas como abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os temas relacionados aos resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais não são sequer mencionados.

O esgotamento sanitário é referenciado na PNSIPCF, no Capítulo 2, que discute a situação de saúde das populações do campo e da floresta. É reconhecido como a “água” encanada, predominante nas áreas urbanas, está associada à ausência de uma série de doenças. A Política aborda claramente a relação da falta de esgotamento sanitário com a presença de doenças diarreicas e a elevação das taxas de morbi/mortalidade. O abastecimento de água é o aspecto mais citado, 16 vezes, aparecendo em conjunto com o esgotamento sanitário, faz referência à sua essencialidade para a manutenção da higiene e a diminuição da morbi/mortalidade. A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta destaca a necessidade da provisão de soluções de abastecimento de água que garantam, de fato, a salubridade socioambiental das localidades rurais.

Nessas localidades é comum a utilização de soluções alternativas para o abastecimento de água e, muitas vezes, a coleta se dá diretamente em cursos de água e não há qualquer tipo de tratamento. Para tanto, na Política, remonta-se à necessidade do controle da qualidade da água por quem oferece o sistema coletivo de abastecimento, ou que, no caso das fontes alternativas, os usuários sejam detentores do conhecimento e dos meios adequados de realizarem o tratamento da água.

Há que se considerar a aplicação do termo “gênero” na Política um avanço, pois, apesar de este não estar relacionado em nenhum trecho com algum aspecto ligado ao saneamento, é perceptível que a Política foi construída com um olhar sensível às diferenças e discrepâncias existentes entre os sexos:

*Art. 1º – Esta Portaria institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), com o objetivo de promover a saúde das populações do campo e da floresta por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, visando ao acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida (BRASIL, 2013, Art. 1º, p.20. Grifos da autora).*

Diante da contemplação das especificidades de gênero na elaboração de planos, programas, projetos e ações de saúde resguardadas pelo inciso II do Art. 4º, a Política instaura como um dos seus objetivos específicos:

*o incentivo à produção de conhecimento que vise a compreensão dos riscos, da qualidade de vida e a saúde das populações do campo e da floresta, respeitando as especificidades de geração, raça/cor, gênero, etnia e orientação sexual (Art. 3º, inciso XI. Grifos da autora).*

Também como estratégia que remonta à necessidade de estudos mais específicos para os povos do campo e da floresta, a PNSIPCF salienta no Art. 5º, inciso VIII, as ações que competem ao Ministério da Saúde:

*consolidar, analisar e divulgar os dados estratificados sobre essas populações, considerando os aspectos de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, e inserir informações em saúde nos subsistemas sob responsabilidade do Ministério da Saúde (BRASIL, 2013, Art. 5º, p.27. Grifo da autora).*

Apesar de considerar as especificidades de gênero, a Política aconselha em seus artigos e incisos, a elaboração de mais estudos que contemplem a questão do gênero. Assim como o Plansab, refere à necessidade de análise e consolidação de dados mais estratificados, de forma

a constituir uma base importante de mensuração do público alvo e a criação de indicadores de atendimento da ação do Estado.

Há autores, contudo, que se articulam em defesa das melhorias que os procedimentos de pesquisa atuais têm sofrido, diante da contemplação da perspectiva de gênero para indicar cenários e tendências para atuação da política pública (BUTTO *et al.*, 2014). Como exemplo, as autoras citam os debates oriundos para elaboração do questionário do Censo Agropecuário 2015/2016 que, segundo elas, já demonstram a preocupação em incorporar questões que buscam captar tanto atividades específicas realizadas pelas mulheres rurais nos estabelecimentos rurais, quanto possibilitam análises futuras das variáveis do Censo Agropecuário desagregadas por sexo, o que prossegue com avanços já incorporados neste Censo nos anos de 2005/2006 (BUTTO *et al.*, 2014). Butto *et al.*, (2014) consideram que

*avançar na qualificação das estatísticas possibilita superar o caráter androcêntrico de pensar as políticas públicas. Ou seja, a política pública pode se basear em dados estatísticos que possibilitam identificar mulheres e homens e situações distintas, contrapondo-se a tempos remotos no qual os programas e políticas pressupunham uma ação universalizante considerando um meio rural sem distinções de gênero (HORA *et al.*, 2014, p. 39).*

Especificamente às mulheres, a Política considera a marginalização das mulheres camponesas, assim como a de grupos étnico-raciais. As iniquidades presentes na vida das mulheres do campo e da floresta consistem, sobretudo, na violência sexual e doméstica, apontada em estudos da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Dessa forma, a maior parte das políticas públicas destinadas a elas, consiste em assegurar os direitos delas como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera).

A atenção à saúde da mulher é apontada como objetivo específico da Política garantido pelo Art. 3º, inciso II, considerando a saúde sexual e reprodutiva, bem como a violência sexual e doméstica. Dentre as ações que competem ao Ministério da Saúde previstos no Art. 5º, inciso, VII, está:

*fortalecer a intersetorialidade, mediante articulação com órgãos e entidades governamentais e não-governamentais, para o estabelecimento de metas e prioridades referentes às ações transversais prioritárias para a saúde das populações do campo e da floresta, com especial articulação com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação e da Pesca e Aquicultura, com as Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas*

*para as Mulheres da Presidência da República, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, dentre outros (BRASIL, 2013, Art. 5º, p.27. Grifos da autora).*

Neste sentido, a intersetorialidade pode fomentar um maior conhecimento das relações de gênero presentes no rural brasileiro. Dessa forma, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e demais publicações da Secretaria de Políticas para as Mulheres pode dar importantes subsídios para esta Política.

Salienta-se, contudo, que a elaboração da Política se deu pelo Grupo da Terra, que, no âmbito do ministério da saúde, possui na sua composição direfentes órgãos, entidades e movimentos sociais organizados. Infere-se que as deliberações e apontamentos da referida Política foram ponderadas também a partir das necessidades e observações de grupos sociais organizados, que sentem, na prática, as dificuldades relacionadas ao quadro de saúde da população rural. A representatividade de diferentes instituições e movimentos sociais na construção de uma política, por meio do Grupo da Terra, auxilia na consolidação de uma política pública que abarque as necessidades reais do extrato da população a ser contemplado.

Diante de todo o exposto pode-se inferir que a hipótese H.1.1 desta dissertação foi confirmada: As políticas públicas voltadas ao rural contemplam de forma incipiente as relações de gênero. Apesar de fazerem apontamentos sobre a divisão sexual do trabalho, não são abarcados aspectos dessa divisão relacionados ao saneamento. Já que o saneamento é muito entendido como ação de saúde, os impactos do trabalho de buscar água, majoritariamente desenvolvido pelas mulheres, poderiam ter sido destacados, sobretudo quando é necessário percorrer grandes distâncias até as fontes de água. Outros aspectos também requerem destaque como os impactos mais incisivos dessas e outras atividades relacionadas ao saneamento, à saúde e ao bem estar das mulheres rurais, como a dificuldade da realização de higiene adequada, sobretudo no período menstrual, e constrangimentos sociais na defecação a céu aberto, por exemplo, apontados como intensificadores dos níveis de stress das mulheres e comprometedores de sua qualidade de vida.

Butto *et al.* (2014) apontam que novos arranjos institucionais estão se consolidando para integrarem o debate sobre gênero às políticas públicas voltadas para as áreas rurais. O novo arcabouço normativo acompanhou uma prática cotidiana de diálogo e parcerias envolvendo os diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil para garantia e efetivação da política pública, a exemplo da participação dos movimentos sociais representados por

mulheres nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. As mulheres rurais e suas organizações representativas, cada vez mais, foram participando dos espaços de gestão e monitoramento das políticas públicas (BUTTO *et al.*, 2014). Heredia *et al.*, (2006), demonstram, no seu estudo, que as políticas atuais voltadas para as áreas rurais são, de fato, respostas a demandas e reivindicações efetivas dos movimentos sociais das trabalhadoras rurais em suas diferentes formas de manifestação e organização.

A abordagem e a ampliação de estudos envolvendo a questão de gênero se fazem cada vez mais imperativas, estando indicadas no Plansab e no PNPM. Quando restringe-se a temática ao rural brasileiro, a necessidade é ainda mais notória, visto um menor número de estudos já realizados em comparação às áreas urbanas. Ainda que não tenham foco no saneamento, muitos estudos já se incumbiram de demonstrar as formas de vida e produção das mulheres rurais brasileiras. Num segundo momento, a melhoria das estatísticas sob a perspectiva de gênero contribuiria para indicar questões que necessitem de políticas públicas específicas. Mesmo que não sejam o bastante, as Leis e demais políticas públicas são muito importantes, pois garantem os direitos dos cidadãos e dão encaminhamento a planos e formas de ação dos governos. Devido a este fato, é importante que as questões de gênero sejam contempladas pelas políticas e leis, nas diversas esferas administrativas, municipal, estadual e federal, que tratem das ações de saneamento.

Vale mencionar que políticas públicas que não observam as diferenças e particularidades do seu público alvo podem contribuir para aumentar ainda mais os níveis de desigualdade. Uma determinada Lei ou política pública neutra, ou seja, que não define o grupo que merece maior atenção, acaba se tornando discriminatória, ao ponto que esses grupos já ficam às margens dessas políticas. Políticas e projetos neutros voltados para a gestão dos recursos hídricos geram impactos diferentes sobre homens e mulheres, tendo em vista os diferentes papéis e responsabilidades (BENNETT *et al.*, 2008). É diante deste fato que se faz necessária a criação de políticas públicas específicas para a relação gênero e saneamento tendo em vista o alcance da equidade. Considerar que homens, mulheres e os demais grupos da sociedade têm as mesmas necessidades e requerem as mesmas medidas pode significar uma violação dos direitos desses grupos.

Outra observação pertinente é quanto a distribuição temporal das políticas públicas. Tanto as de saneamento quanto as de gênero, são muito recentes, dos últimos 10 anos. Heredia *et al.*, (2006) consideram que, desde meados da década de 1990, medidas importantes foram

tomadas pelos gestores das políticas públicas no sentido de melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais. Vale ressaltar que a formulação de uma política pública deve, sobretudo, compor os interesses e necessidades da população. Segundo Marques (2013), elas envolvem dois tipos de causalidade: a atenção sobre as causas do problema-objeto (mulheres e políticas públicas de saneamento) e outro sobre os efeitos pretendidos após a aplicação da política (maior equidade e participação feminina nas políticas de saneamento). Entretanto, a composição do governo, suas crenças ideológicas ou membros que o constituem, fazem com que a formulação de políticas públicas não contenha a imparcialidade necessária. Melo (2003) pondera que os valores culturais patriarcais também imperam sob os tomadores de decisão, que são, na maioria das vezes, homens, criados sob a égide desses valores. Dessa forma, os formadores de políticas para o semiárido, por exemplo, elaboram políticas que colocam a mulher agricultora à margem do processo, tanto na condição de planejadora dos programas quanto de beneficiárias diretas e sujeitos do processo.

Os últimos 15 anos foram significativos para a maior abertura à participação das mulheres no processo político, assim como uma maior intervenção política nas questões sociais da população marginalizada e, ou, menos favorecida. Nesse contexto político, a pressão social foi a impulsionadora da criação de uma Secretaria Especial de Política para as Mulheres, que se deu no primeiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Não se trata de uma mera coincidência, como definido por diversos autores da ciência política, o percurso e interesses do partido eleito, a história do governante e as instituições que o cerceiam são decisivos no percurso seguido no quesito políticas públicas, uma vez que, segundo Caul (2000), os partidos defendem políticas que beneficiam suas bases.

Assim como definido por Parada (2006), uma boa política pública deve ser construída de forma democrática, unindo setor público, sociedade civil e o setor privado.

Ainda que seja dever do Estado a garantia dos direitos básicos aos cidadãos, observa-se ainda um elevado número de pessoas que vive às margens desses direitos sociais e condição de cidadania. Em especial, o grupo de estudo deste trabalho, mulheres rurais brasileiras, compõem parte significativa dessa realidade. Nas localidades rurais ainda é comum a presença de pessoas que não possuem documentação básica, ficando impossibilitadas de executarem, por exemplo, uma participação democrática com o poder de voto nas eleições. Em relação aos direitos específicos para as mulheres, ninguém melhor do que elas para definirem o que lhes parece ideal, expondo as suas percepções, necessidades e ideias.

Brewster *et al.*, (2006), discutem sobre a imperativa necessidade da participação, capacitação, educação e mobilização das mulheres como tomadoras da decisão e gestoras dos recursos hídricos e do saneamento. Diante disso, vale mencionar a importância de uma representatividade igualitária entre homens e mulheres no grupo dos tomadores de decisão. Dessa forma, fica a cargo do Estado garantir a formulação de políticas públicas que promovam a equidade entre os gêneros: promovendo informação e espaço de participação. A maior participação das mulheres nos espaços de decisão e o cumprimento do seu poder de fala pode repercutir na outra necessidade em voga neste trabalho, que é a elaboração de políticas públicas sensíveis às questões de gênero.

## 5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS SANITÁRIOS DAS LOCALIDADES VISITADAS

Para a obtenção do objetivo específico 2 desta dissertação, entende-se que a caracterização sanitária das comunidades rurais visitadas é de suma importância pois ela irá, muitas vezes, definir e qualificar a relação de gênero e saneamento estudada neste capítulo.

A caracterização das soluções sanitárias adotadas foi um dos objetivos do trabalho de campo. Os dados são advindos da análise realizada pela autora desta dissertação e dos seus dois parceiros de campo. As análises foram fruto da observação em campo, das entrevistas e dos diários de campo e, serão expostas aqui, de forma sucinta.

### 5.2.1 Assentamento Pontal do Buriti

O Assentamento Pontal do Buriti fica a 222 km de Goiânia e pertence ao município de Rio Verde, do qual dista 105 km. O Assentamento se localiza às margens da rodovia GO-050. Na Figura 5.1, pode-se observar a localização de cada casa dos 105 lotes do assentamento.

**Figura 5.1:** Vista de satélite da localização do Assentamento e da estrada que liga a entrada à sua sede



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

O Projeto de Assentamento Pontal do Buriti teve seu início no dia 26 de abril de 1996, quando 246 famílias acamparam nas margens da fazenda Pontal do Buriti, na rodovia GO-050. Em 1999, após três anos de negociação, o INCRA conseguiu comprar a terra do antigo

proprietário e a dividiu em 105 lotes. Os critérios de seleção para escolha das famílias foram: 1) a quantidade de filhos; 2) famílias compostas por mães solteiras; 3) famílias compostas por casais. Já a distribuição das famílias nos lotes foi feita por meio de sorteio.

Atualmente, o Assentamento possui 105 famílias, totalizando cerca de 500 pessoas. A principal fonte de renda das famílias é a monocultura com cultivo de soja e milho (safra e safrinha), e a pecuária. As hortas e pomares também são comuns no local, mas em sua maioria, são apenas para consumo familiar.

#### 5.2.1.1 Abastecimento de água

A maioria dos moradores da comunidade de Pontal do Buriti é abastecida por águas que advêm de poço profundo, denominado por eles de poço artesiano, e de poços rasos, chamados pelos moradores de cisternas. Contudo, também foi observado o uso de nascentes e de mananciais superficiais. Como exceção, a escola faz o uso de água mineral para dessedentação e uso na cozinha, uma vez que o poço artesiano foi contaminado por coliformes termotolerantes e o novo poço perfurado ainda não foi liberado pela Secretaria de Saúde do município.

Para o consumo humano, é priorizado o uso dos poços profundos em detrimento dos rasos nas casas onde há os dois. Contudo, a maioria dos lotes possuem apenas o poço raso e os moradores utilizam a sua água para suprir todas as necessidades.

Sobre a qualidade da água advinda do poço raso (cisterna) alguns moradores concluem que ela tem uma boa qualidade como o morador PB08 relata na sua entrevista: “*Não, não uso nada! Ela é limpinha! (...) Não tem gosto de nada!*” (PB08). A maioria dos moradores relata utilizar o hipoclorito de sódio como tratamento da água de consumo. Porém, ressalta-se que poucos demonstraram o conhecimento da dosagem ideal do produto, que é distribuído gratuitamente pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Tal fato denota um descompasso entre as informações passadas pelos moradores durante as entrevistas e as observações realizadas. Infere-se que diante do desconhecimento da dosagem ideal de hipoclorito e algumas reclamações referente ao gosto e odor do produto, a maior parte dos moradores não realiza a cloração da água destinada ao consumo humano ou, quando a faz, realiza de forma incorreta.

De forma geral todas as famílias possuem bombas e caixas d’água em suas residências. Em relação à falta e/ou carência de água especificamente, não foi constatado nenhuma ocorrência

por parte dos moradores. Em determinadas épocas do ano o nível d'água das cisternas e dos poços diminui, porém, os moradores sempre tomam medidas para que a água não venha faltar de fato, como a troca da posição da bomba, aprofundamento dos poços e revezamento entre diferentes soluções (poço raso e profundo). Observa-se que o assentamento possui grande abundância de água, minimizando a escassez da mesma durante as estações secas ao longo do ano. O único custo despendido para o abastecimento de água no assentamento é o alto valor da conta de energia elétrica devido à utilização das bombas, além do custo inicial com a instalação. Foram observadas inúmeras reclamações quanto à intermitência da energia elétrica, fato esse que prejudica o funcionamento da bomba e, por consequência, a distribuição da água para a caixa d'água.

Todos os moradores utilizam defensivos agrícolas, venenos e herbicidas nas suas respectivas produções, existindo assim, grande potencial de contaminação do solo e das águas subterrâneas. Já em terrenos onde há proximidade entre cursos d'água e plantações, existe também a possível contaminação de águas superficiais.

Outra via de contaminação percebida é a aplicação dos produtos por meio de aviões aspersores. Houve dois casos marcantes na comunidade: o primeiro em que um avião aplicador de agrotóxicos caiu na cabeceira do rio Ponte de Pedra, ocasionando a mortandade da fauna e flora local (segundo informações ocorreu a redução de aproximadamente 80% dos peixes do rio). O segundo ocorreu na Escola Rural localizada no Assentamento no ano de 2012, em que um avião estava aplicando o agrotóxico Engeo Pleno® nas proximidades, e por acidente acabou por derramá-lo nas crianças que estavam em seu pátio, além de contaminá-la como um todo. Após esse episódio, houve a proibição do uso de aviões na aplicação de defensivos e fertilizantes.

#### 5.2.1.2 Esgotamento sanitário

Em todas as casas visitadas observou-se o uso de fossas absorventes cujas técnicas construtivas eram variadas. A única fossa séptica observada foi a da escola. Apesar de serem minoria, há casas sem banheiros ou qualquer outro tipo de estrutura com veiculação hídrica. Nesses casos, são usadas fossas secas localizadas nas proximidades da casa e o banho é realizado com baldes em cercados de plástico.

Com exceção do caso supracitado, os banheiros, em sua maioria, possuem parede, chuveiro, pia, vaso e descarga. Contudo, o acabamento é bem variável, dependendo da situação

financeira da família, sendo que as famílias mais abastadas possuem acabamento com azulejos e mobiliário completo.

Ponto de destaque é a separação das águas cinzas das águas negras, apenas as águas negras seguem para as fossas e as águas cinzas geralmente são dispostas no quintal, reaproveitadas para irrigação de hortas e pomares.

#### 5.2.1.3 Resíduos sólidos

No Assentamento Pontal do Buriti não há coleta de resíduos sólidos. A disposição dos resíduos é feita de forma individual, em cada lote do Assentamento. A destinação final varia de acordo com o tipo de resíduo gerado, mas as formas de disposição final predominantes são a queima dos dejetos ou o seu enterramento em valas do próprio lote.

No geral, os papéis, plásticos, restos de remédios, papel higiênico, pilhas, baterias, entre outros, são queimados em valas, tambores e fossas antigas, como demonstrado na Figura 5.2. O resto da queima desses resíduos ou o que não é incinerado costuma ser enterrado ou fica disposto no próprio terreno.

**Figura 5.2:** Vala para queima do lixo



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Os resíduos orgânicos não são considerados lixo e são destinados para a alimentação das criações (porcos, galinhas, cachorros) e, em poucos casos para a adubação. As latinhas de alumínio são recolhidas e reunidas nos domicílios para serem posteriormente vendidas ou doadas: “As latinhas que junta aí, meu marido pega e leva pra cidade.” (PB05).

Os moradores do Assentamento tem o costume de realizar o reaproveitamento de alguns resíduos como garrafas PET, que são utilizadas para guardar grãos, leite, gordura animal e água. É comum encontrar embalagens de defensivos agrícolas sendo usados para o plantio doméstico (Figura 5.3), mesmo os moradores tendo a percepção de que esses vasilhames representam um perigo constante às crianças, adolescentes e adultos.

**Figura 5.3:** Vasilhas de veneno utilizadas para o plantio



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

### **5.2.1 Comunidade Nova Esperança**

A comunidade de Nova Esperança pertence ao estado da Bahia e encontra-se a 14,4 km da cidade de Ichu (município ao qual pertence). Em relação a Salvador, capital da Bahia, a comunidade fica a 202,0 km. A área da comunidade mais adensada é de aproximadamente 6,4 ha, como pode ser observado na Figura 5.4.

**Figura 5.4:** Imagem de satélite da comunidade de Nova Esperança-BA



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Segundo os moradores, a comunidade teve início em 1970 e, desde a sua criação passou por diversos nomes. Segundo informações obtidas com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são 138 famílias que residem na comunidade, totalizando, aproximadamente, 500 moradores.

Atualmente, poucos moradores produzem renda da produção de hortaliças, apenas dois moradores entrevistados possuem horta própria com finalidade de venda. Porém, a maioria dos moradores possui horta para autossustento, plantando um pouco de cada alimento. Apenas um morador, tira renda da pecuária de corte com criação de ovelhas. Muitos trabalham como pedreiro, carpinteiro e lavrador, na maioria das vezes fora da comunidade, em cidades ou comunidades vizinhas. Os que trabalham na própria comunidade, geralmente as mulheres, ocupam cargos na prefeitura, como professoras ou zeladoras da Escola Municipal Deputado Emério Resedá (localizada na comunidade), como agentes de saúde, ou nas associações da comunidade: a Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus, e na Associação Comunitária Rural de Nova Esperança.

As residências da comunidade são em maioria, adensadas no centro da comunidade. As ruas deste centro onde se localiza a igreja católica e pequeno comércio possuem calçamento de pedra e passeios, como é mostrado na Figura 5.5.

**Figura 5.5:** A - Igreja católica localizada no centro da comunidade. B - Vista das casas e da rua calçada



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

#### 5.2.1.1 Abastecimento de água

Anteriormente, a comunidade obtinha água através de açudes comunitários. Além do uso da água para abastecimento humano e contato direto, ela também era usada para dessedentação animal (os animais bebiam água diretamente no poço) e irrigação.

Atualmente, a comunidade Nova Esperança, diferente da maioria das comunidades rurais brasileiras, é abastecida por um sistema de abastecimento de água fornecido pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) desde 2006. Todos os moradores são abastecidos por este tipo de solução, contudo, alguns moradores tem a cisterna para a captação da água de chuva. Esses moradores optam pela utilização desta água para o consumo doméstico, pois alegam que a qualidade é melhor: *“Eu não sei, eu acho muito mais saudável a água da chuva...”* (NE02). A maioria dos entrevistados acham que a água da chuva é melhor que a água da EMBASA, alegando que a água da EMBASA vem com muito cloro e a temperatura é elevada.

O sistema de abastecimento de água, contudo, é feito de maneira intermitente, uma vez que o sistema funciona como rodízio, ou seja, de sábado a segunda a comunidade é abastecida e nos outros dias da semana outras localidades são atendidas. Muitos moradores possuem reservatórios de capacidade reduzida, dessa forma, quando falta água, geralmente eles pedem a seus vizinhos ou utilizam água dos açudes: *“Peço nos outros, no tanque dos outros para beber. Para lavar eu deixo tudo sujo aí, roupa...”* (NE14). Já a água utilizada para

dessedentação animal e irrigação (água para produção) geralmente vem dos açudes, córregos e rios, próprios ou coletivos.

Ressalta-se que a seca na região é fator condicionante. Quando a estiagem chega eles começam a fazer o racionamento da água para que não falte em definitivo, vendem os animais, alimentam o restante com cactáceos, realizam a limpeza da casa com frequência menor, etc. Devido à intermitência da água muitos moradores recorrem a fontes alternativas (Figura 5.6) para obter água, especialmente para consumo menos nobre como limpeza da casa e lavagem das vasilhas, banho, lavagem de roupa, etc.

**Figura 5.6:** A - Açude domiciliar. B - Rio Tocós. C - Açude comunitário



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Os moradores, de forma geral, acham o valor da água caro, já que ela não é fornecida de forma contínua. Porém, de forma ambígua, pareceram estar satisfeitos com o sistema de água. Tal disparidade pode ser explicada pelo fato de que, segundo eles, a qualidade da água é a melhor da região (dizem que em outras cidades a água é salobra), e pelo fato de que há pouco tempo a forma de abastecimento era crítica.

#### 5.2.1.2 Esgotamento sanitário

A comunidade possui destinações diferentes para o efluente do sanitário e para as águas cinzas. As destinações das águas negras geralmente vão para fossas absorventes e das águas cinzas sempre são despejadas nos quintais das casas. A defecação a céu aberto foi relatada apenas no período no qual os moradores estão realizando algum trabalho no mato, longe das casas.

As casas da comunidade possuem banheiros dentro de casa com veiculação hídrica, em poucos casos observou-se a presença de banheiros que foram construídos fora de casa, mas

todos são muito próximos à residência, menos de 2 metros de distância, e muitos já foram inseridos dentro da casa, após reformas.

O esgotamento da comunidade é um fator de grande descontentamento entre a população de Nova Esperança. As principais reclamações relatadas pelos moradores são a disposição das águas cinzas no solo, o desbarrancamento e o transbordamento das fossas.

Na época de chuva, ocorre a efusão dos esgotos das fossas para as ruas da comunidade, gerando mal cheiro, proliferação de vetores e transmissão de doenças, já que crianças brincam nessas áreas, tendo contato direto com o esgoto.

### 5.2.1.3 Resíduos sólidos

Antigamente, os resíduos sólidos eram majoritariamente despejados e queimados em um campo de futebol localizado na comunidade. Muitos resíduos também eram jogados no rio que corta a comunidade, o rio Tocós.

No ano de 2003, um dos moradores cedeu uma parte do seu terreno para que a comunidade a utilizasse como lixão a céu aberto (Figura 5.7). Ele recebe, pela prefeitura, o valor simbólico de R\$ 150,00. O lixão recebe quase tudo que é descartado pela comunidade e quando há um acúmulo excessivo, ele é queimado.

**Figura 5.7:** Morador mostrando o lixão



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

A prefeitura designa um funcionário para que ele realize a coleta de lixo nas residências, sendo que a cada nova gestão, um novo é efetivado. Essa atividade foi implantada há mais de dez anos, em meados dos anos 2000.

Atualmente o serviço é realizado por um dos moradores da comunidade. Ele, juntamente com o seu filho, é responsável pela coleta e varrição das ruas. Os resíduos são coletados porta a porta e encaminhados ao lixão. O serviço de coleta é realizado com o auxílio de uma carroça, luvas e botas, como proteção individual (Figura 5.8) e acontecem, geralmente, às quartas e aos sábados. Nas áreas da comunidade que não são atendidas pelo serviço, os resíduos são incinerados.

**Figura 5.8:** Coleta de resíduos sólidos sendo realizada



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

No geral, os moradores armazenam os resíduos em cestos de lixo e sacolas plásticas e, nos dias da coleta, colocam em suas portas para a remoção. Os resíduos recicláveis são separados pelos responsáveis pela coleta e destinados à reciclagem. Os resíduos orgânicos são utilizados como alimentação para as criações (cachorro, galinha, porco) além da serventia como adubo para plantações e hortas: “Agora, lixo assim do terreiro eu joga aí na roça para adubar a roça (...) Resto de comida a gente dá pras galinhas. E quando eu num tinha a gente enterrava pra adubar...” (NE02).

## 5.2.2 Comunidade Barreiro Amarelo

A comunidade de Barreiro Amarelo localiza-se no estado da Bahia, pertence ao município de Oliveira dos Brejinhos, do qual dista 30,5 km. Em relação a Salvador, capital da Bahia, a comunidade fica a 629 km de distância.

A comunidade de Barreiro Amarelo surgiu com a aquisição de uma fazenda, comprada pelos pais da moradora mais velha da comunidade, há mais de 60 anos. Após a compra dessa fazenda, a família estabeleceu residência na região e possui hoje, 52 hectares. Atualmente, a comunidade conta com nove famílias, sendo que sete são filhos da moradora mais velha, senhora Nininha. Entre crianças, adultos e idosos, os moradores na época da realização do campo somavam 27 pessoas distribuídas em nove casas.

A renda dos moradores da comunidade Barreiro Amarelo advém, principalmente, do Programa Bolsa Família, aposentadoria e pensão alimentícia. Existem casos em que a família recebe o benefício do Seguro Safra. O valor do benefício é de R\$ 850,00 pagos em cinco parcelas mensais por família, desde que haja perda comprovada de pelo menos 50% da produção devido à fatores climáticos. Para complemento da renda, os moradores da comunidade realizam atividades informais em propriedades rurais e em casas de família de outras regiões. Apesar desse costume, essas atividades são esporádicas.

A agricultura tem um papel importante na comunidade, pois o complemento da alimentação dos moradores é proveniente da roça que eles cultivam. Foi observado que há uma pequena produção de feijão, milho, abóbora, melancia e gergelim. O cultivo é de subsistência, não existindo nenhum tipo de comercialização. Não há o uso de defensivo agrícola em razão da pequena extensão do plantio e do pouco poder econômico. A água utilizada na lavoura é proveniente apenas da chuva, que normalmente estão distribuídas entre os meses de novembro a março.

Barreiro Amarelo não possui escolas ou centros de convivência da comunidade. As crianças de lá estudam na Escola Municipal Getúlio Vargas, que possui até o 9º ano e é localizada na comunidade Arraial. Para fazer o ensino médio, os adolescentes têm que se deslocar até o município de Oliveira dos Brejinhos, na Escola Estadual Rômulo Galvão. Uma das maiores dificuldades relatadas quanto ao estudo, é a dificuldade do transporte. Como Barreiro Amarelo é uma das comunidades locais mais afastadas, frequentemente os alunos ficam sem transporte devido às condições da estrada.

### 5.2.2.1 Abastecimento de água

Como a comunidade de Barreiro Amarelo está localizada em região semiárida, que apresenta baixa pluviosidade e chuvas não distribuídas ao longo do ano, a população local sofre com a falta de água doce de qualidade, sendo comum o consumo per capita de água menor que 110 litros por dia, valor esse sugerido pela OMS como o mínimo que um indivíduo necessita para saciar a sede, cuidar apropriadamente da higiene e preparar os alimentos.

Como solução de abastecimento de água, a comunidade conta com duas tipologias de solução alternativa de uso coletivo: uma para a água de consumo (água doce), instalada em 1996, e outra utilizada para os outros fins, água salobra, instalada em 2014. Ambas as soluções foram construídas pela prefeitura de Oliveira dos Brejinhos.

O primeiro tipo é a captação de água doce em uma nascente. A água é canalizada e distribuída por gravidade para uma caixa d'água comunitária de fibra de vidro de 3.000 L que se localiza na comunidade, como mostrado na Figura 5.9. A água doce é utilizada apenas para consumo humano, preparo do café e cozinhar feijão (já que o mesmo fica duro quando cozinhado na água salobra).

**Figura 5.9:** Caixa d'água comunitária localizada na comunidade de Barreiro Amarelo para armazenamento da água utilizada para beber



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Para pegar a água da caixa os moradores utilizam uma torneira localizada na parte inferior e, para transportá-la até suas residências usam baldes, transportados por meio de carrinhos de mão, bicicleta ou a pé. A maior distância entre a caixa e as residências é de 732m.

A água doce não vem regularmente ao longo do ano e sua vazão é inferior à da captação de água salobra. Segundo relatos a água doce só vem de 4 em 4 dias (nos outros dias outras comunidades são abastecidas) e enche apenas metade da caixa, ou seja, a população conta com 1.500 litros de água doce por quatro dias, sendo 375 L diários.

Quando ocorre a falta da água na comunidade, nos meses de escassez, a população primeiramente recorre à comunidade vizinha, denominada Unha de Gato. Porém, quando lá também não tem água ou quando a quantidade é insuficiente para todos, os moradores ainda recorrem a outras duas comunidades, Agreste e Rodagem. Quando todas as comunidades próximas também estão desabastecidas a população costuma recorrer à prefeitura, que fornece a água via caminhão pipa.

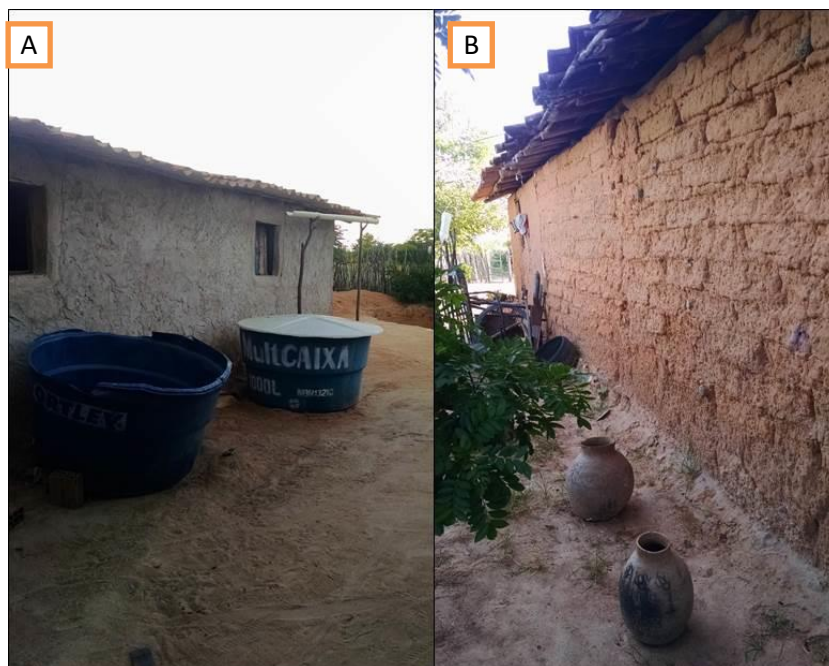
O segundo tipo de solução de abastecimento adotado na comunidade é a captação por poço artesiano, com 60 metros de profundidade, porém sua água tem elevado conteúdo mineral, uma vez que os moradores afirmam que ela é salgada e pesada, além de não fazer espuma.

Contudo, apesar dessas características, os moradores precisam dela de forma extrema, já que a água doce é intermitente e limitada. Após a água salobra ser bombeada para uma caixa d'água elevada de fibra de vidro de 3.000 L, que também se localiza na comunidade, ela é distribuída por gravidade até a casa dos moradores em uma torneira localizada em seus quintais.

Porém, além das soluções alternativas coletivas de abastecimento citados, foram encontrados sistemas de captação de água de chuva e de enxurrada. Apenas um morador, possui cisternas de captação de água de chuva: uma que capta a água do telhado e outra do escoamento superficial (cisterna de enxurrada). Tais cisternas foram construídas por meio do convênio do Governo do Estado da Bahia com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), convênio esse estabelecido no ano de 2009.

Outra solução para captação de água de chuva encontrada foi captação no telhado e derramamento em caixas d'água ou baldes. A Figura 5.10 mostra duas dessas soluções.

Figura 5.10: Soluções para captação de água de chuva. A: captação em pequena tubulação abaixo da linha d'água do telhado e derramamento em caixa d'água e B: captação da água de chuva em potes de barro, sem auxílio de canos



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

#### 5.2.2.2 Esgotamento sanitário

Os habitantes da comunidade de Barreiro Amarelo não possuem nenhum tipo de banheiro, seja a casinha ou unidades sanitárias, desde sempre. Dessa forma, fazem suas necessidades a céu aberto. As fezes não são recobertas com solo e também não são cavados buracos para este fim. O uso de papel higiênico não é frequente e quando usado também não é recoberto por solo, sendo deixado no próprio local.

Para a escolha do lugar, os moradores importam-se com duas exigências, respectivamente: estar próximo a residência e ser escondido para maior privacidade. Há relatos que na época da seca a vegetação fica mais rala e espaçada, sendo que nesses períodos, os moradores vão mais longe a procura de algum lugar mais fechado.

Para tomar banho os moradores fazem cabanas de pano no fundo de suas casas e utilizam baldes. Em todos os casos a água utilizada no banho infiltra no solo.

Quanto às águas utilizadas para a lavagem de roupa e vasilhas, elas são enviadas para o quintal das casas.

### 5.2.2.3 Resíduos sólidos

Como o rendimento dos moradores é reduzido, eles relatam que a produção de lixo é pequena e com pouca variedade de material. Em sua maioria, o lixo é composto por papel, papel higiênico, absorvente, folhas, sacolas e embalagem plástica. A equipe de campo observou que ainda existe, em menor quantidade, embalagem de vidro, latinha e embalagem de remédio. Os resíduos são armazenados em cestos de lixo mas, em alguns casos, eles ficam amontoados em uma parte do terreno antes de ter a sua destinação final, a incineração. Os resíduos orgânicos, bem como as garrafas PET, não são considerados lixo e são reaproveitados para armazenar grãos.

### **5.3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEUS REFLEXOS SOBRE O SANEAMENTO RURAL**

Nesta seção serão apresentados os achados do estudo de campo realizado nas Comunidades rurais Nova Esperança e Barreiro Amarelo na Bahia e no Assentamento Pontal do Buriti, em Goiás, com o objetivo de contemplar o Objetivo Específico 2, desta dissertação: Caracterizar ações voltadas para o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e os resíduos sólidos, na rotina das famílias estudadas, a fim de se buscarem padrões comportamentais na realização dessas tarefas pelos integrantes do domicílio, se existem funções prioritariamente exercidas por mulheres ou por homens, com especial interesse nos domicílios com indisponibilidade de soluções para o atendimento das demandas sanitárias.

Apresentam-se os resultados a partir das categorias cuja criação iniciou-se ainda no período do campo, com os principais achados sendo codificados tendo em vista a presença de determinadas realidades e atividades. Na medida que forem cabíveis, serão apresentadas tendências da relação entre gênero e tipos de soluções sanitárias presentes nas comunidades, realizando-se possíveis comparações.

#### **5.3.1 “Cada um tem uma vocação”: relação entre homens e mulheres nas comunidades rurais**

Assim como indicado na literatura por diversos autores (MELO, 2010; BRANCO *et al.*, 2003; BUTTO, 2011; HEREDIA *et al.*, 2006), uma tradição ainda presente nas áreas rurais brasileiras é a cultura do patriarcado. Quanto à organização familiar, o que foi retirado da literatura pertinente também pôde ser observado em campo. As mulheres ficam encarregadas de atividades que não são remuneradas e são tidas como invisíveis dentro do contexto da sustentação dos lares. As atividades de apoio aos maridos e cuidado com a casa e com os filhos, por vezes foi observada como tão fundamental, básica e imprescindível, que se torna automaticamente internalizada na vida das mulheres e dos seus parceiros e deixa de ser vista como uma atividade que gera sustento (tanto financeiro quanto emocional) para a organização familiar.

Quando as mulheres trabalham na roça ou em alguma outra atividade, dentro da própria comunidade, elas continuam sendo as responsáveis pelos trabalhos domésticos o que as submete a uma jornada dupla de trabalho: “*Os homens acabam o serviço deles lá na roça e vem pra casa. A mulher vem arrumar casa e fazer outras coisas.*” (BA13).

Algumas entrevistadas relataram que quando pedem ajuda aos seus esposos, eles geralmente não as atendem, ou atendem reclamando, como quando há necessidade de buscar água: *“Ele tá trabalhando, mais ele não pega não. Quando chega assim de vez em quando é que pega um bujão no carro do pai. Não peço porque ele não vai pegar.”* (NE15). Alguns dos entrevistados justificam a falta de expediente para essas ações, argumentando que não sabem desempenhar o trabalho feito pelas mulheres: *“É porque assim, ali na cozinha, eu não sei lavar um prato, essas coisas né.”* (NE12).

Apesar de não ter sido relatado abertamente nos campos realizados, há registros na literatura de maridos que xingam as suas esposas quando alguma atividade deixa de ser desempenhada dentro do domicílio por falta de água (STEVENSON *et al.*, 2012). Nesses casos, este é mais um fator que contribui para o desgaste psicossocial vivido pelas mulheres em relação à atividade de buscar água.

Nos contextos rurais estudados, as mulheres raramente desempenham trabalhos fora da comunidade. Quando não se limitam aos próprios lares, elas trabalham como ajudantes em outras casas ou mesmo em escolas e comércios dentro das próprias comunidades. Já os homens saem para outras comunidades, municípios e até outros estados, em busca de trabalho visando à sustentação financeira:

*“Ele [o marido] trabalha na roça. Quando ele acha um dia, aí ele vai e trabalha. (...) Eu não. Só fico dentro de casa, que é fazendo comida, lavando roupa... Aqui às vezes não acham que é trabalho né, mas você trabalha mesmo: você lava um prato, faz uma coisa, torna a fazer de novo.”* (NE11).

Nas três comunidades visitadas foi apontado que as mulheres vivem sobre uma cultura onde os homens *“mandam nas mulheres e as mulheres vivem mandadas por eles”* (PB02) e, dessa forma, eles têm o poder de decisão. Raros relatos de independência e maior poder de decisão foram registrados, a exemplo do trecho de entrevista a seguir:

*“Não, as mulheres são mais submissas. Aqui é uma dependência tão grande que eu não dou conta, é muito ruim isso pra nós. (...) eu não dou conta de ser assim, tem que trabalhar, tem que estudar, não pode depender de homem... desculpa você aí, mas não dá pra depender (...).”* (PB02).

Em todos os casos, as locutoras desses trechos ocupavam cargos de liderança - como presidência de associações, e demonstraram aplicar em suas vidas uma motivação maior para serem independentes e aumentarem a capacidade de gestão dos problemas do dia a dia.

*“O homem é... tudo bem, se ele ajudar com a despesa, participar, tudo bem, mas você ficar dependendo dele pra administrar... olha a vaca pariu: tem que estar aqui quando parir. Não pode depender, eu faço tudo...”* (PB02).

Foi percebido que este comportamento remete à forma de criação nas famílias da comunidade, que é resquício da cultura patriarcal. Ainda assim, entre os homens mais jovens é possível notar certa mudança em relação aos hábitos e trabalhos domésticos, sendo estes mais parceiros e colaborativos com as mulheres.

*“É... esse daí [o marido] é daquele modo antigo sabe? Não é dos de hoje não. É novo também, mas não pensa igual a gente. Pensa diferente, do jeito do pai e a mãe pensar, é o mesmo jeito.”* (NE15).

A exemplo da maior participação dos homens nos espaços de decisão, formação e capacitação, a entrevistada NE26 demonstra a sua preocupação com o nível de participação das mulheres:

*“Mas eu ainda agradeço a Deus que eles não impedem mais que as mulheres participem. Porque no princípio era um absurdo. (...) Não, lá em dois mil e tanto ainda. Até hoje ainda existe, entendeu. Existe mulher que não vai [no centro comunitário] porque o marido não deixa.”* (NE26).

A preocupação da entrevistada é reflexo das bases da cultura patriarcal apontada por alguns autores (BRANCO *et al.*, 2003; MELO, 2002). As normas de gênero se manifestam de muitas formas diferentes, inclusive nas crenças predominantes sobre o comportamento masculino e feminino apropriado - por exemplo, falar em reuniões públicas diante dos anciãos do sexo masculino, o que acaba por restringir a participação ativa das mulheres (GÓMEZ *et al.*, 2015). Kevany *et al.*, (2013) descreve o pequeno apoio por parte dos maridos às esposas por considerarem que o envolvimento externo interfere nas responsabilidades domésticas (KEVANY *et al.*, 2013 apud GÓMEZ *et al.*, 2015).

Não cabe aqui uma crítica a esse tipo de organização familiar, embora as mulheres fiquem penalizadas. O objetivo é mostrar a realidade encontrada nas comunidades estudadas e revelar um tipo de relação que está arraigada nos costumes e tradições desses povos e, sem perder de vista que este tipo de divisão de tarefas sustenta, em grande medida, os lares.

Há que se mencionar que, há algumas casas onde os entrevistados afirmaram haver muita cooperação e parceria entre o casal. Nessas casas, apesar dos papéis serem definidos, sempre que necessário os homens auxiliam as mulheres nas atividades de buscar água, juntar e queimar os resíduos, entre outras tarefas domésticas:

*“Tem hora que é mais as mulheres, porque os homens tá trabalhando de diária de serviço sabe? (...) Quando os homens estão aqui parados eles mesmos pegam, mas eles não tando, tem que ser as mulheres. Agora eu mesma sou difícil. O [companheiro] faz tudo. Eu mesma não vou em fonte pegar água. Eu nem vou no mato caçar lenha, pegar água fora, ele faz tudo!” (BA12).*

No caso de BA12, que apresenta problemas de saúde e relata sentir muitas dores quando realiza atividades mais pesadas, pode-se inferir que a colaboração também se deve à essa dificuldade. Dessa forma, na ausência de outra mulher que possa ajuda-la nessas tarefas, o próprio marido as executa. Embora haja uma maior equidade na realização das tarefas, tal fato não retira das mulheres os maiores prejuízos sofridos por elas quando as soluções sanitárias são ausentes ou precárias.

### **5.3.2 Identificando os papéis de homens e mulheres nas ações de saneamento domiciliares e comunitárias**

Diversos estudos, sobretudo internacionais, apontam o importante papel das mulheres frente ao saneamento em áreas rurais, principalmente no quesito abastecimento de água (BREWSTER *et al.*, 2006; BENNET *et al.*, 2008; UPADHYAY, 2004). Recai sobre as mulheres e as meninas a responsabilidade de coletar água em fontes alternativas, muitas vezes distantes das suas residências, quando a água não está disponível nas suas casas. A utilização da água no nível domiciliar também fica sob sua responsabilidade, seja para a higiene, a preparação dos alimentos ou a limpeza da casa. Nesta seção, pretende-se identificar funções prioritariamente exercidas pelas mulheres e também aquelas executadas pelos homens. A grande pergunta é: Há um padrão na execução dessas tarefas, de acordo com o sexo e a disponibilidade de serviços?

### 5.3.2.1 Saneamento, função de quem?

Quando demandados sobre a questão “O cuidado com o saneamento é função de quem?” nas três comunidades visitadas, os entrevistados mencionaram o papel preponderante das mulheres frente a estas questões, respondendo com convicção “*É da mulher!*”. Esta divisão se dá pelo fato de as mulheres permanecerem mais tempo dentro de casa, enquanto os homens saem para trabalhar na roça. Alguns relatos destacam a presença de uma jornada dupla de trabalho, pois além do roçado, elas também se encarregam dos afazeres domésticos e de atividades relacionadas ao saneamento. Assim, a tarefa é “*das mulheres. Porque os homens ficam mais na roça. As mulheres também trabalham na roça, mas essa parte aí é de responsabilidade delas.*” (BA17).

Dentre as atividades relativas ao saneamento, alguns entrevistados relacionaram a maior dedicação das mulheres a estas atividades ao maior cuidado e atenção que elas naturalmente desempenham no dia a dia da família: “*Porque são elas [mulheres] que colocam no filtro, colocam dentro de casa, dá banho nas crianças, é quem cuida (...). Eu acho que elas cuidam mais, levam mais a sério, né?*” (NE03).

É importante frisar que, pelas observações realizadas em campo, nota-se que as atividades desempenhadas pelas mulheres são vistas pela maioria como funções intrínsecas e necessárias para o *modus operandi* das comunidades. Ou seja, apesar de reconhecerem que as atividades relacionadas ao saneamento realizadas por elas trazem impactos negativos para a sua saúde e bem-estar, não questionam a forma com que a divisão das tarefas se dá. Tal fato demonstra a incorporação das normas sociais e culturais impostas historicamente nas comunidades estudadas.

Entretanto, apesar da constatação acima, foi possível identificar alguns relatos que remontam a necessidade de uma divisão das tarefas mais equânime, tendo em vista que tanto os homens quanto as mulheres necessitam dos benefícios e produtos advindos do saneamento. Nesses relatos foi observado que a divisão das tarefas deveria se dar pela disponibilidade da pessoa em realizar tais atividades, ou seja, quem estiver mais descansado ou com menos trabalho deveria desempenhá-las. O trecho a seguir exemplifica essa situação:

*“Depende dos dois né. É importante pros dois, né. Vai depender do tempo que a pessoa tem disponível, né? Pra poder também estar contribuindo. Esse trabalho vem sendo realizado mais pelas mulheres.”* (NE09).

A realidade observada, contudo, não corrobora com esta divisão de tarefas, já que os homens geralmente realizam trabalhos diários fora dos domicílios e suas adjacências. As mulheres são vistas como mais afetas e sensíveis às questões de higiene e limpeza e, naturalmente, têm maior predisposição a cuidar da limpeza.

*“Às vezes pode ser de quem gosta da limpeza. Pode ser do homem e da mulher né. Mas sempre o homem já tem outro serviço de roça, uma coisa assim pra fazer, pra trabalhar para ganhar o pão de cada dia. E aí fica mais pra gente de dentro de casa, mulher né. Mas eu gosto dessa luta mesmo, eu gosto.”* (NE32).

Notou-se que a maioria dos entrevistados que praticaram o discurso acima tinham um maior contato com as áreas urbanas e possuíam um maior nível de estudo se comparado à média dos demais moradores da comunidade. Além dos fatores mencionados anteriormente, a contribuição dos homens foi mais visível quando as suas esposas possuíam algum problema de saúde que as impediam de maiores esforços físicos. Nessas situações, a impossibilidade delas de realizarem as tarefas promoveu um maior nível de participação dos homens.

Diante da comprovação da hipótese de que são as mulheres as responsáveis pelas questões de saneamento, nas áreas rurais estudadas, ainda não satisfeita com as respostas, a autora desta dissertação começou a complementar a primeira questão com a pergunta “Porque você acha que essa função é das mulheres?” E as respostas ocorreram no sentido de justificar a divisão dos trabalhos exercidos por homens e mulheres nas áreas rurais. Aos homens, geralmente ficam destinados os trabalhos fora da casa e da comunidade, trabalhos temporários e o cultivo no próprio terreno. A elas ficam destinadas a organização das casas, o cuidado com os filhos, o trato de animais de pequeno porte e de hortas. Uma das entrevistadas estabeleceu uma relação interessante entre o tipo de divisão das tarefas e o machismo, segundo ela, ainda muito presente na sua comunidade, Nova Esperança (BA):

*“É por causa do machismo, é por causa da cultura porque as mulheres fizeram os homens serem assim. Entendeu? Quem criou os homens foram as mulheres. E hoje os casais mais jovens já fazem uma divisão de tarefa. (...) Mas nem todos, porque aí tem em conta a sogra que diz que ‘ela não casou com meu filho pra ficar na rua’. [Risos] E pra convencer a família toda de que ele também é o dono da casa, que ele também tem a obrigação, que não é ela que é a dona da casa, mas ele também? Pelo menos manter limpo, tem uns que nem mantem limpo quanto mais para limpar. Então é da mulher.”* (NE26).

Dessa forma, infere-se que o trabalho doméstico não é valorizado como o trabalho desempenhado pelos homens fora do domicílio, corroborando com os achados da literatura apontados na revisão bibliográfica.

*“Os homens é quem vão construir, mas para educar a família é a mãe... Porque os homens são mais descuidados... Pra limpeza dos tanques é com ele mesmo né, ele quem tem que subir, quem tem que limpar.”* (NE03).

Os homens encaram a divisão das tarefas como uma lógica natural estabelecida, pautada nos papéis dos homens e das mulheres para a manutenção dos lares. Fica bem definido, por exemplo, que os trabalhos relativos à construção e manutenção das infraestruturas das soluções sanitárias é papel dos homens, enquanto cabe às mulheres a rotina de manutenção das ações voltadas para o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o manejo dos resíduos sólidos.

#### 5.3.2.2 Buscar água: “Essa parte aí é dela”

Quando demandadas sobre quem do domicílio fica ou ficava (antes da comunidade ser contemplada com uma solução de abastecimento de água) responsável por buscar a água, as mulheres se autodeclararam como as responsáveis e os homens também apontavam que cabia a elas esta responsabilidade:

*“A mãe da gente era quem sempre... a mulher teve esse trabalho de pegar água de manhã cedo, logo antes do sol esquentar e trazer para casa, né. (...) Era balde, era lata, era paia... (...) É, na cabeça. Colocava uma rodiazinha.”* (NE09).

Em alguns casos, foram apontadas situações nas quais os homens assumiam tal serviço. Quando a família possuía um veículo, geralmente eram os homens os responsáveis por buscar água nas fontes mais distantes da comunidade: *“Acontece que eu ia de moto, quando não ia de carro velho meu. Eu ia de carro e todo mundo colocava o bujão em cima e eu trazia.”* (BA07). Este entrevistado, o único que possuía veículo na comunidade, passava nas casas, pegava os galões vazios, ia até a fonte de água disponível mais próxima (geralmente na comunidade vizinha), enchia os galões e os distribuía aos demais moradores da comunidade de Barreiro Amarelo (BA). Porém essa ação não isenta as mulheres de buscarem água nesta mesma fonte quando a água doce da comunidade começa a faltar. Uma moradora comenta sobre buscar água na comunidade vizinha, distante cerca de 2 km: *“A gente vai de bicicleta, coloca o balde na garupa da bicicleta.”* (BA09).

Das três comunidades visitadas nesta pesquisa, Barreiro Amarelo (BA) não possui água doce encanada até as residências. A fonte mais utilizada para cozinhar, beber e tomar banho remonta uma solução alternativa coletiva que fica instalada no centro da comunidade. Essa solução é composta por uma caixa d'água de 3.000 litros na qual a água advinda por gravidade de uma nascente distante fica armazenada. A casa mais distante da caixa d'água dista 732 metros desta, outras casas estão localizadas nas suas proximidades. Invariavelmente, são as mulheres e meninas que buscam a água nessa caixa d'água comunitária (Figura 5.11).

**Figura 5.11:** Moradora enchendo os galões de água doce para transportá-lo no carrinho de mão até a sua casa (732m distante)



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Quando os braços não dão mais conta de transportar os pesados galões de água, as moradoras utilizam o carrinho de mão para facilitar o transporte e diminuir um pouco o intenso desgaste físico que tal atividade proporciona. Uma moradora descreve a atividade: “(...) *essa menina, tem hora que panha. Eu panho no balde com o carrinho. (...) Não é muito longe não, mas é um pedacinho.*” (BA09). Outra moradora relata: “*Traz no balde. Traz 15 litros. É na cabeça. (...) só o peso que dá. (...) É na parte da manhã, cedo.*” (BA21).

A outra fonte de água, esta utilizada para usos menos nobres como limpeza da casa, lavagem de roupas, dessedentação animal e rega das plantas do quintal, advém do poço profundo perfurado na comunidade. Nesta solução a água é bombeada até uma caixa d'água elevada que fica localizada próxima à caixa de água doce e, por gravidade chega até uma torneira que

fica localizada no quintal de cada uma das nove casas (**Figura 5.12**). Nesse caso, apesar das mulheres não terem que caminhar uma grande distância para terem acesso ao recurso, como as casas não possuem encanamento interno, é sobre elas que recai o trabalho de encher os baldes nessa torneira e destinar a água para os usos necessários. Uma das moradoras desabafa sobre o trabalho de coletar água: “*Ave... Aqui é duro. É pesado. A gente daqui sofre demais!*” (BA09).

**Figura 5.12:** Solução constituída de poço profundo, registro, mangueira e reservatório



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Atualmente, os moradores, de forma geral, consideram que as soluções de abastecimento de água implantadas na comunidade contribuíram bastante para facilitar a vida deles, sobretudo das mulheres. Elas relataram, pesarosas, o tempo em que tinham que recorrer a tanques ou a fontes mais distantes para coletar água:

*“Desde pequena eu panhava água aqui. (...) eu nem sei mais quantos quilômetros onde, mas era longe. Dá mais de uma hora. Ia a pé e trazia na cabeça. Uns oito [litros]. (...) Outra hora trazia na mão... (...) Tinha que ser cedo, senão a gente não aguentava. Tinha hora que as crianças iam e traziam um balde... aliviava mais.”* (BA09).

Estudos brasileiros como o de Melo (2003), remontam a estreita relação das mulheres agricultoras do semiárido e a sua proximidade com os recursos naturais. Os estudos vão em consonância com os achados desta pesquisa no que tange à responsabilidade feminina na

coleta da água e a realização de trabalhos domésticos, cultivo agrícola e animais de pequeno porte. Em períodos de seca elas são as mais prejudicadas, pois têm que recorrer a fontes mais distantes, se submetendo a um maior desgaste físico e dispensando mais tempo para a realização destas tarefas.

Antes dos baldes e/ou galões usados atualmente, as moradoras faziam o uso da “botija<sup>8</sup>” para transportar a água (**Figura 5.13**).

**Figura 5.13:** Moradora segurando a botija que usava para transportar a água



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Apesar de triste, a realidade buscada na memória das entrevistadas remonta um passado recente já que a instalação da caixa d'água de água doce foi em 1996, mas o volume de água ainda não é suficiente e constantemente os moradores tem que recorrer a outras fontes, sobretudo nos períodos de seca. Apenas em 2014, com a construção do poço artesiano, que houve uma real melhora na quantidade de água disponibilizada. Apesar dos moradores não a utilizarem para beber e cozinhar, usá-la para outras práticas faz com que a água doce fique apenas para os usos mais nobres, diminuindo a sua escassez.

---

<sup>8</sup> Nome popular do vasilhame utilizado para transportar ou armazenar água. Geralmente é feito manualmente de barro ou borracha.

Não obstante, na comunidade Nova Esperança (BA), que possui sistema de abastecimento de água provido pela Embasa os moradores também têm lembranças do tempo que tinham que buscar água quotidianamente:

*“A gente ia pegar cedo, saía quatro horas da manhã. Era muita gente que ia. (...) Era longe né, uns cinco, seis quilômetros, a gente fazia duas, três viagens. Uma só não dava. Tinha que ir cedo para dar tempo da gente vim e tornar a voltar antes do sol esquentar. (...) Era balde de vinte litros. Duas viagens de manhã, duas de tarde. E mais não podia pegar, porque era na cabeça, não aguentava.” (NE02).*

Apesar do esforço anterior à instalação do sistema ser maior, ainda hoje as mulheres de muitas casas têm que recorrer a fontes fora do domicílio, de qualidade questionada, para buscar água:

*“Eu tô pegando um pouco de água ali para poder passar nesses pano aí. Eu peguei ali na casa de minha vizinha, ali no tanque, na cisterna ali.(...) É, pego no balde. Traz na cabeça.” (NE11).*

Atualmente, a atividade é realizada nas casas que não possuem reservatórios com capacidade suficiente de armazenamento para os dias de intermitência. Nesses casos, as moradoras recorrem à beneficência, solicitando água armazenada pelos vizinhos, ou de poços e açudes da comunidade.

A Figura 5.14 mostra o recipiente usado por uma das moradoras para armazenar água para os dias que a água não chega à sua torneira.

**Figura 5.14:** Moradora de Nova Esperança mostrando onde armazena a água na sua casa



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

A partir dos trechos dessas entrevistas é possível observar, ainda, o quanto as mulheres são as mais impactadas quando a solução é ausente ou precária, uma vez que é responsabilidade delas a realização dos trabalhos domésticos. Nos períodos de escassez são elas quem têm que remanejar a organização e limpeza da casa, buscar a água nos reservatórios dos vizinhos e caminhar com bacias de roupas sujas na cabeça para lavá-las nos açudes:

*“Eu tava cheia de pano aqui, eu tive que levar tudo na cabeça para lavar lá onde tem água. (...) É, leva a bacia e lava na mão mesmo, esfregando. Eu tenho até tanque aqui, mas não pode ligar porque não tem energia.” (NE15).*

No Assentamento Pontal do Buriti, localizado no estado de Goiás, a maior parte das residências têm poços profundos ou rasos perfurados nos seus lotes e encanamento de água intradomiciliar. Apesar de poucas, há residências que não possuem qualquer tipo de torneira. Nesses casos, a água é armazenada em uma caixa d’água grande localizada próxima às residências e é coletada em baldes e destinada a todos os usos, geralmente pela mulher da casa.

Um fato que merece destaque é que, diferente das outras duas comunidades estudadas, Pontal do Buriti possui abundância de água. Dessa forma, foi observado que a dedicação das mulheres à atividade de coletar água é nula nas casas com ligação intradomiciliar de água e,

onde a ligação não está presente, não é necessário realizar longas caminhadas ou dispendir muito tempo nessa atividade. O relato da moradora que não possui encanamento dentro de casa ilustra esta situação:

*“(...) eu não carrego água muito longe, né? É só daí pro tanque, e lá pro mangueiro dos porcos, porque leva daqui também, né? E pro banheiro, pra banhar. Porque eu não tenho banheiro assim com chuveiro.” (PB19).*

Quando não necessitam coletar a água, ainda são as mulheres quem realizam o tratamento da água e o seu armazenamento, além de serem as responsáveis pelo seu uso racional durante a realização das tarefas domésticas.

No cenário de escassez hídrica vivenciado pelos moradores das duas comunidades da região nordeste do Brasil é possível inferir que os impactos sofridos pelas mulheres são mais intensos que os sofridos na outra região estudada, pois além das características ambientais dessas localidades, como o clima seco e as temperaturas elevadas, a constante falta de água exige delas um esforço maior para garantir uma quantidade mínima de água dentro do domicílio. Há estudos, também realizados em cenários de escassez hídrica, que comprovam essa assertiva (PONTES, 2013; MELO, 2003). Melo (2003) explana que nos períodos de seca, o trabalho das mulheres aumenta, pois, com a escassez hídrica, a qualidade da água coletada fica comprometida e as doenças de veiculação hídrica podem acometer as crianças e demais moradores do domicílio. Ao mesmo tempo em que a mulher enfrenta dificuldades com a água para o consumo, o homem enfrenta dificuldades na realização das atividades produtivas que ficam sob a sua responsabilidade, como a roça e os animais. As disparidades entre os gêneros em relação ao acesso e ao uso da água são conhecidas, assim, homens e mulheres têm experiências de estresse com a água muito diferentes (WUTICH, 2009).

### 5.3.2.3 Gestão da água no domicílio

Independente do tipo de solução de abastecimento de água presente, as mulheres se declararam como gestoras da água dentro do domicílio e também tiveram essa atividade reconhecida pelos homens, quando estes eram os entrevistados.

Stevenson *et al.*, (2012), demonstram que, nas áreas rurais nas quais eles desenvolveram o seu estudo, 93% das mulheres têm responsabilidade pelas decisões sobre onde captar água, e 98% disseram que são elas quem decidem sobre a quantidade de água a ser coletada sem consulta prévia a seus maridos ou parentes. Esses apontamentos vão de acordo com os achados de

campo desta dissertação. Embora outros tipos de decisões domésticas incluam os seus parceiros, buscar água é uma decisão que cabe sobremaneira às mulheres.

Além da tarefa de buscar a água, o trabalho desempenhado pelas mulheres não se encerra quando elas chegam aos seus domicílios. A partir daí as mulheres passam a água para recipientes menores onde ela ficará armazenada até que seja utilizada (**Figura 5.15**); irá destiná-la à limpeza, higiene, preparação de alimentos, dessedentação; irá fiscalizar a sua qualidade e realizar tratamentos como a filtração, cloração e fervura da água. Notou-se e também foi relatado que são as mulheres quem percebem primeiro quando a água possui alguma alteração organoléptica. Nesse caso, são elas quem decidem pelo uso da água mesmo com a qualidade comprometida ou a sua eliminação.

**Figura 5.15:** Locais onde a água de beber e cozinhar fica armazenada em uma das residências de Barreiro Amarelo (BA)



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Há registros na literatura da ampla gama de tarefas realizadas pelas mulheres para além da atividade de buscar água. Além de transferir a água para recipientes menores como apontado nos achados de campo, elas também aquecem a água para o banho, utilizam-na para cozinhar e fazem o seu racionamento quando a quantidade é pequena (BENNETT *et al.*, 2008).

Em relação ao tratamento da água, uma estratégia muito usada segundo as entrevistadas é a da coagem da água em panos de algodão:

*“Aí a gente coava, já lavava aquele pano, já guardava que é pra quando chegasse [água] já botar na boca do pote. Chamava era pote nesse tempo, ninguém tomava sem coar não. Porque os micróbios tava assim ó, quando você acabava de coar, dentro do pano.”* (NE32).

Apesar de não ser uma forma de tratamento de água suficiente para conter os organismos patogênicos presentes na água, esse é um costume muito comum nas áreas rurais estudadas. Outra característica marcante é a rejeição ao uso do hipoclorito de sódio distribuído gratuitamente pelos agentes comunitários de saúde. Como quem trata da água são as mulheres, cabe a elas fazer ou não a cloração. Geralmente elas acabam cedendo aos pedidos dos demais moradores que não gostam do gosto que, segundo elas, a substância deixa na água. Algumas moradoras, como BA08, afirmam colocar algumas gotinhas escondido das filhas para que elas não deixem de beber a água por receio do gosto:

*“Eu posso te dizer que aqui a gente nem usa porque esse povo aqui é nojentos demais. Esses dias eu coloquei umas gotinhas no pote delas e elas nem deram fé. Elas ficam falando negócio do gosto, que não gostam de jeito nenhum... se verem, ninguém quer beber mais a água. Mas eu botei umas gotinhas nesse pote aí de BA16. No mais é que é necessário botar pelo menos umas gotinhas, né?” (BA08).*

Outra entrevistada, que é inclusive a agente de saúde da comunidade a qual ela pertence, explanou:

*“Aqui eu filtro, coloco o pó hipoclorito né. Quando os netos tá aqui eu já coloco a noite quando eles já estão dormindo.” (NE22).*

É importante frisar que como são as mulheres as responsáveis pelo tratamento da água, elas têm que estar bem informadas sobre a importância dessa atividade e quais são os procedimentos necessários para se processá-lo adequadamente (as quantidades ideais, o tempo necessário para a desinfecção, etc.).

Quando a entrevista era realizada com homens podia-se perceber que não eram eles quem realizavam essas funções porque eles não sabiam sequer o tipo de tratamento que era feito na água: *“É... esse aí eu também não sei... Parece que foi mês passado. Ei, BA12, essa vela desse filtro foi trocada no mês passado?” (BA14).* Na entrevista, o morador, ao não saber responder à questão colocada, chama a sua esposa que responde prontamente às perguntas.

Foi observado que as mulheres têm uma noção melhor do que os homens sobre quantos litros de água são necessários para cada atividade. Para tomar banho, por exemplo, uma das entrevistadas relatou usar de 5 a 10 litros para lavar louça e de 15 a 20 litros para lavar roupa. Como a água é coletada em baldes, essa noção de quantidade pode ser mais facilmente

estabelecida. Em uma família de dois adultos e duas crianças, foram estimados pela moradora, baseado nos baldes que ela armazena a água, cerca de 100 litros a cada 3 dias para beber e cozinhar.

#### 5.3.2.4 Preocupação com a higiene e limpeza domiciliar

Além do desgaste físico para a realização das tarefas domésticas, foi possível observar durante as entrevistas o quão as mulheres ficam emocionalmente mais afetadas quando não possuem água dentro do domicílio, pois é responsabilidade delas a manutenção da limpeza da casa e a higiene e cuidado com os filhos. Foi notório o incômodo em algumas mulheres com a impossibilidade de manter os filhos limpos como deveriam. Dessa forma, essa situação aumenta o estresse e a preocupação delas com a criação e saúde dos filhos:

*“É ruim. Traz [a água] lá de baixo pra cá pra cima... é ruim nesse sol quente. Pra dá banho nessas duas meninas porque eu não gosto de deixar elas sujas. É, agora elas tomaram banho lá, neste instante eu vou ter que dar banho pra dar almoço. De tarde, antes de dormir, tem que dar outro banho. Aí gasta muita água. Eu dou banho mesmo, não gosto de menino sujo. Fica ali brincando na terra chega aqui toda preta.” (NE15).*

Essa preocupação é demonstrada também em alguns estudos internacionais (WUTICH, 2009; HULLAND *et al.*, 2015), pois como são as mulheres que se incumbem da organização domiciliar e do cuidado com os filhos, elas sentem em maior proporção os impactos da falta de água. Quando a água é escassa, recai sobre as mulheres uma carga de trabalho mais pesada, seja pela busca de água em localidades mais distantes ou pelo aumento da dificuldade do manejo da água dentro do domicílio.

Além da expectativa pessoal que elas mesmas mantêm sobre a realização das atividades que ficam sobre os seus cuidados, também pesa a pressão exercida pelos outros membros da família, que cobram a realização das tarefas e até reclamam quando elas são mal desenvolvidas ou não conseguem ser realizadas pela falta de água.

#### 5.3.2.5 Quem coleta e destina os resíduos?

Quanto à coleta dos resíduos gerados dentro de casa e a destinação final feita nas áreas rurais, cuja forma mais usual é a incineração, o trabalho, de forma geral fica dividido entre os homens e as mulheres. Geralmente são elas que recolhem os resíduos dentro do domicílio, como a sujeira proveniente da limpeza e da varrição, e o lixo dos banheiros, quando estes estão presentes. Aos homens, fica majoritariamente incubida a incineração desses resíduos em

um local específico do terreno destinado a esta atividade. Embora nenhum dos entrevistados tenham relatado que os homens ajudam as mulheres a recolherem os resíduos dentro do domicílio, muitas mulheres também colocam fogo nos resíduos quando os maridos não o fazem ou quando se junta uma grande quantidade que precisa ser eliminada rapidamente. Sobre quem recolhe os resíduos, a maioria dos entrevistados responderam seguindo o estilo da resposta a seguir:

*“Quem queima é meu marido. Essa parte é dele! Todos os dias eu tiro. Todos os dias, os cestos são todos fechados, todos os dias eu tiro.”* (PB12).

Muitos também alegaram que a atividade pode ser realizada tanto pelo homem quanto pela mulher, mas no momento da entrevista, segundo as anotações realizadas no caderno de campo, quando os entrevistados dizem que os dois fazem a gestão dos resíduos eles se referem à destinação final, ou seja, a incineração.

No Assentamento Pontal do Buriti há uma situação específica, representada pela grande quantidade de embalagem de agrotóxicos e venenos que ficam dispostas nos terrenos porque os moradores não conseguem dar uma destinação correta a estes resíduos. Como medida de reaproveitamento, alguns moradores cortam as embalagens e as utilizam como vasos de plantas. Um dos moradores destacou a atividade desenvolvida pela sua esposa: *“Ah, muitas vezes nós devolve, muitas vezes a mulher faz isso aí, ó [mostra os vasos] (...) corta as vasilhas de plástico e usa para plantar as plantas.”* (PB22).

A Figura 5.16 mostra os vasos criados pela esposa do entrevistado citado acima:

**Figura 5.16:** Vaso de planta feito de embalagem de veneno



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Em outra comunidade, Barreiro Amarelo, além do reaproveitamento das garrafas pet para o armazenamento de grãos, foi possível observar a presença de artesanatos feitos a partir da reciclagem de materiais recicláveis, como apresentado na Figura 5.17.

**Figura 5.17:** A: Garrafas pet guardadas para armazenar grãos, B: Artesanato feito de garrafas pet



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

#### 5.3.2.6 Tempo destinado às ações de saneamento

Alguns estudos, como Wutich *et al.*, (2009) e Stevenson *et al.*, (2012), tratam do tempo gasto pelas mulheres na realização das atividades sanitárias. Nas comunidades visitadas, apenas as mulheres de Nova Esperança e Barreiro Amarelo relataram gastar um tempo significativo para realizar atividades relacionadas ao saneamento. Entende-se que tal fato se deveu ao tipo de solução sanitária que as casas dispõem, com banheiros equipados com fossas ou a inexistência deles, e poços profundos para abastecimento de água. Antes da instalação dessas soluções, uma moradora relatou o gasto excessivo de tempo nas referidas atividades:

*“Ah, gasta [muito tempo], é pesado! (...) eu tava mais nova, eu dava conta de fazer muita coisa, hoje eu não dou conta de quase nada. Eu trabalhava lá na roça, trabalhava eu e minha menina na lavoura.”* (PB08).

Na comunidade de Nova Esperança, onde o abastecimento de água fornecido pela Embasa é intermitente, as mulheres relataram terem que buscar água na vizinhança quando a água do próprio reservatório acaba, mas não precisaram o tempo que levam para realizar tal atividade. Em contrapartida, apontaram o tempo que era dispendido por elas para buscar água nos açudes, antes de seus domicílios serem contemplados com a rede de abastecimento de água: cerca de duas horas para ir e voltar.

Os relatos mais marcantes em relação ao tempo despendido para buscar água ocorreram na comunidade em que no período da realização do trabalho de campo (fevereiro de 2016) ainda não existia água canalizada até as casas. As moradoras das casas mais distantes da caixa d'água da comunidade relataram gastar cerca de 30 minutos para coletarem água. A situação torna-se mais complicada quando a água da comunidade acaba e as mulheres têm que buscá-la nas comunidades vizinhas, Unha de Gato e Rodagem:

*“Ô menina, é mais de hora só para ir. (...) La na Unha de Gato a gente gasta uma hora só para ir...”* (BA08);

*“No tanque era perto. Uma meia hora para ir e voltar. [Em Rodagem] Era umas duas horas pra ir. Quatro para ir e vir.”* (BA02).

O horário preferencial para buscar a água é nas primeiras horas de sol, antes do calor aumentar e, quando necessárias duas viagens, no final da tarde: *“Tinha que ser cedo, senão a gente não aguentava”* (BA09). Nas experiências relatadas nas quais a distância era maior e, dessa forma, o tempo gasto também, as mulheres relataram se levantar às 4 horas da manhã para ir e voltar da fonte antes que o sol ficasse muito forte: *“Era de manhã e a tarde pegando essas águas, de manhã e à tarde (...) a gente saía 4 horas da manhã e voltava com o sol raiando.”* (BA01).

Apesar de muitas mulheres não saberem precisar ao certo quanto tempo era ou ainda é gasto com as atividades relacionadas ao saneamento, elas sempre apontavam prontamente as atividades que passaram a desempenhar quando não tinham mais que realizar essas funções. As que ainda aplicam parte do seu tempo para essas funções, apontaram atividades que elas teriam vontade de exercer, caso o tempo gasto com saneamento pudesse ser usado para outras atividades.

#### 5.3.2.7 “Já que não ia pegar água, a gente podia arrumar outras coisas”

Na comunidade de Nova Esperança, onde as mulheres não têm mais que buscar água diariamente, relatos revelam que elas passaram a gastar o tempo realizando principalmente atividades relacionadas ao domicílio como limpar o terreiro, arrumar a casa e fazer o café. Muito destacado também foram os relatos de uso do tempo para descansar e *“dormir mais um pouquinho”*. Percebe-se que elas relacionam muito o tempo liberado para

descansar, já que buscar água em locais distantes exigia delas esforço físico e proporcionava menos horas de sono. Uma das entrevistadas relata bem esta situação:

*“A gente dormia mais. Descansava. Isso era quando a água do rio sumia, era mais quando ficava sem chover muito tempo. Então esse tempo que a gente ficava sem pegar água era o tempo que a gente dormia mais um pouco porque as escolas também eram longe né. Ia pra escola um pouco mais descansada.”* (NE05).

Uma das moradoras relatou inclusive que poderia gastar esse tempo para socializar com as amigas: *“Assim, só se a gente for mesmo assim... na casa de amiga sabe...”* (NE32).

Na comunidade de Barreiro Amarelo, onde os moradores ainda têm que ir no mato para fazer as suas necessidades e buscar água, as mulheres apontaram que poderiam se dedicar mais à criação dos filhos, ao trabalho doméstico e que teriam mais disposição para fazer outras tarefas:

*“É bom né? Eu ia fazer as outras coisas, já que não ia pegar água a gente podia arrumar outras coisas. Às vezes ir pra roça ou caçar, arrumar cozinha, lavar um prato, varrer uma casa, né? É que se for pegar água tem que deixar essas coisas todas para ir buscar água.”* (BA08).

Uma situação que não é referente à atividade de buscar água mas tem vínculo com o tempo gasto com saneamento, foi indetificada no depoimento da moradora do Assentamento Pontal do Buriti, que não possui instalação sanitária dentro da sua casa e tem que ir ao mato para defecar e urinar. Ela considera que ir até o local que ela chama de privada, toma-lhe tempo suficiente para que a sua comida queime no fogão:

*“Uai, porque, vamos supor, eu tô com a panela no fogo, né? Aí vamos que eu quero ir na privada. Aí se aquela panela, eu vi que dá tempo de eu ir lá e vir e ela não queimar, eu vou lá e venho, né, de boa. Mas se ela tiver perto eu não posso deixar ela no fogo. Que eu cozinho no fogão à lenha, né? Então eu não posso deixar ela no fogo. Ou eu tiro ou então eu espero...”* (PB19).

Wutich (2009) assinala que a busca da água pode ter um impacto negativo sobre as mulheres. Essas tarefas podem chegar a consumir até 30% da energia diária de mulheres e meninas e resultar em lesões físicas na coluna, pescoços, costas e joelhos (RAY, 2007 *apud* WUTICH, 2009). Esse tempo que é gasto com atividades que poderiam ser evitadas também poderia

significar mais tempo para atividades de geração de renda e diminuição da pobreza. Com mais tempo vago as mulheres também poderiam se socializar mais e, dependendo do nível de interação delas, gerarem ações que visem à promoção das mulheres nas localidades.

### 5.3.2.8 Papéis frente ao saneamento: tarefas femininas e masculinas

Em síntese, pode-se inferir a partir das entrevistas realizadas e das observações de campo que algumas atividades são prioritariamente exercidas pelos homens e outras pelas mulheres, independente da comunidade visitada.

Na comunidade de Barreiro Amarelo, por exemplo, enquanto as mulheres são as responsáveis por transportarem a água para dentro das casas, os homens são os responsáveis pela manutenção da bomba, dos canos e pela limpeza da caixa d'água.

Observou-se que os homens são, em grande medida, os responsáveis pela construção das fossas e das soluções de abastecimento de água, predominando os poços rasos ou profundos. Já em relação à manutenção e operação dos sistemas, as funções são divididas da maneira como segue no Quadro 5.4.

**Quadro 5.4:** Funções atribuídas aos homens e às mulheres

Atribuições dos homens	Atribuições das mulheres
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção da solução individual;</li> <li>• Operação do sistema, inclusive o acionamento de bombas;</li> <li>• Troca, conserto e manutenção das bombas e outras peças e estruturas;</li> <li>• Tratamento da água com hipoclorito de sódio, quando realizado diretamente na caixa d'água e/ou na fonte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operação do sistema, inclusive o acionamento de bombas;</li> <li>• Tratamento da água com hipoclorito de sódio quando realizado no interior das casas;</li> <li>• Fervura da água para consumo;</li> <li>• Enchimento dos filtros de barro;</li> <li>• Inspeção da solução individual para a verificação de falhas;</li> <li>• Armazenamento da água em garrafas, tambores e outros vasilhames;</li> <li>• Inspeção da qualidade da água segundo odor, cor e gosto.</li> </ul>

### 5.3.3 Abastecimento de água precário: “O peso da lata não é só da água”

Como são as mulheres as responsáveis pela limpeza da casa e higiene dos filhos, são elas as que mais precisam de água disponível no domicílio. Quando era colocada a pergunta: “Quem sofre mais com a falta e/ou ineficiência dos serviços de saneamento básico?”, indubitavelmente as mulheres entoavam um seguro “*Eu!*”, independentemente da localidade. Quando a pergunta era feita para os homens eles também reconheciam que elas eram as mais impactadas: “*É pras mulher!*” (BA18). As respostas dadas pelas mulheres eram completadas com a justificativa de serem elas quem mais necessitam de água dentro do domicílio para conseguirem desempenhar as suas funções diárias e não remuneradas:

*“Ave Maria, vixe! Com certeza são as mulheres! Porque a tarefa da casa é nossa, lavar prato, lavar roupa... e quando não tem água não dá.”* (NE03).

A Figura 5.18 mostra uma moradora da comunidade Barreiro Amarelo pegando água da torneira de água do poço e levando-a até a cozinha para lavar a louça.

**Figura 5.18:** Moradora de Barreiro Amarelo pegando água para lavar as vasilhas



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Incômodos com relação ao esgoto a céu aberto também foram relatados na comunidade de Nova Esperança. Como o asseio e limpeza da casa é função das mulheres, elas se sentem incomodadas pelo mau cheiro e tentam afastá-lo das suas residências.

Assim que a água chega, é possível observar que os moradores e, sobretudo as mulheres da comunidade de Nova Esperança, remanejaram as suas programações para fazerem os trabalhos que precisam de água, mas ficaram pendentes devido à pouca quantidade ofertada: “*Aí eu encho quando a água chega, encho meus vaso tudo, lavo tudo bem lavadinho e tampo, tudo tem tampa.*” (NE11).

A pouca oferta de água compromete a organização domiciliar e o próprio consumo para a ingestão fica comprometido. Algumas moradoras fizeram comentários no sentido de deixar de fazer algumas atividades: “*A gente deixa de lavar roupa.*” (NE08); “*Tem que diminuir né, se vai lavar com um monte de água já não lava mais né, lava com um pouquinho de água as coisas.*” (NE02); “*Dá uma economizadinha.*” (NE22).

Nesta mesma comunidade foi observado o acúmulo das vasilhas nas pias nos dias que o abastecimento de água era interrompido (Figura 5.19). O dia em que a água chegava era característico pelos varais cheios de roupas recém-lavadas (

Figura 5.20). Dessa forma, no dia que a água chegava as mulheres remanejavam suas outras atividades para se dedicarem às tarefas que ficavam acumuladas pela falta de água, como lavar vasilhas e roupas.

**Figura 5.19:** A e B: Vasilhas acumuladas em casas da comunidade Nova Esperança



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

**Figura 5.20:** Roupas recém lavadas penduradas no varal



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Outra situação lamentável identificada é a privação total de água que alguns dos moradores de uma das localidades visitadas chegaram a passar, principalmente nos períodos de seca. Foi relatado que alguns deles já chegaram a passar sede: *“Ah já! Por diversos dias! Agora não, porque agora a água doce vem porque choveu. Mas aqui passava era 15/20 dias sem água doce vim.”* (BA18). Uma entrevistada afirmou já ter ficado sem cozinhar devido à ausência da água: *“Tem vez que fica sem cozinhar. Porque quando vem é pouca.”* (BA21).

Diante da resposta de que as mulheres eram as mais impactadas pela ausência ou pelo saneamento precário, foi realizada a seguinte pergunta: *“Pelo fato de você ser mulher era mais difícil?”*. O objetivo era compreender se elas se vêem como mais impactadas que os homens diante dessas soluções. As respostas confirmaram a hipótese inicial:

*“Oxe... era. Pra homem é mais fácil, agora para mulher é tudo mais complicado.”* (NE02).

*“Ave Maria, pra gente tudo era difícil! O homem ia até para os tanques tomar banho, chegava lá pegava a água, ficava de short, né? Tomavam seus banhos lá, mas nós [mulheres] não podíamos fazer isso. Eu mesma tomava dentro de casa, deixava para tomar de tardezinha.”* (NE32).

Além das tarefas domésticas, o banho é uma das atividades que foi muito mencionada. Entende-se que a realização do banho em canecas dificulta a higienização e, ao contrário dos homens, as mulheres dificilmente vão se banhar nas fontes de água. A vergonha, a falta de

privacidade e o medo foram apontados como os fatores que as impedem de ir tomar banho sozinhas, fora do domicílio. Quando foi relatada a prática desta atividade, elas afirmaram ir tomar banho em grupo de mais mulheres e enquanto uma se banhava as outras vigiavam.

A falta de abastecimento de água e a sua canalização interna ao domicílio é apontado como o elemento infraestrutural que traz mais consequências ao trabalho desempenhado pelas mulheres das áreas rurais, uma vez que cabe a elas a tarefa de buscar água e, quando não há canalização interna, todas as atividades domésticas são dificultadas (HEREDIA, 2006).

#### **5.3.4 Ausência de sanitários e as suas implicações: “É nesses carrascos aí!”**

Muitas das respostas à pergunta “*Pelo fato de você ser mulher era mais difícil que para os homens?*” foram dadas pensando no ato de defecar no mato. Dessa forma, pode-se inferir que esta é uma atividade que também deixa as mulheres em situação mais desfavorável que os homens quando estão expostos à mesma situação – inexistência de instalação sanitária.

*“É. Pra homem tudo é mais fácil né, vai pro mato, mulher não.” (NE14);*

*“Pra mulher é pior. (...) Porque? (risos) é que mulher é mais escondido que o homem né? É mais ruim.” (BA07).*

A ausência de instalação sanitária é apontada por alguns estudos (KWIRINGIRA *et al.*, 2014; HULLAND *et al.*, 2015; SIMIYU, 2016; WUTICH, 2009; STEVENSEN *et al.*, 2012) como um dos fatores que impactam, sobremaneira, a vida das mulheres. Nas comunidades visitadas, essa constatação não foi diferente. Na comunidade de Nova Esperança todas as casas possuem instalações sanitárias e elas são bem aceitas pelos moradores. Não houve relatos sobre a defecação a céu aberto, a não ser quando os moradores (geralmente homens) estão na plantação e precisam defecar ou urinar. Segundo eles, essa prática se dá pela distância em que se encontram de um sanitário. Outros relatos sobre os desconfortos de tal atividade foram identificados apenas quando era pedido que eles discorressem sobre a situação do passado, antes deles construírem as unidades sanitárias: *“Já deixava aquela caatinga lá para fazer as necessidades, só que em tempo de chuva, era preciso muita coragem para ir lá fazer as necessidades. A vida era difícil.” (NE32).*

No Assentamento Pontal do Buriti, dos moradores entrevistados apenas a residência de um deles não tinha banheiro. Nela os moradores defecavam em uma fossa rudimentar (Figura 5.21).

**Figura 5.21:** Fossa rudimentar de uma das casas visitadas



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

A maioria dos entrevistados alegaram não defecar no mato, a não ser quando estão trabalhando, longe da casa. Apesar de alegarem não defecar constantemente no mato, foi percebido que um dos moradores entrevistados prefere realizar a atividade no mato mesmo tendo banheiro em casa. O relato foi feito por sua esposa. Ele, apesar de participar de parte da entrevista, não alegou esse fato: *“Agora, meu marido, toda vida ele não gosta de banheiro, gosta de mato!”* (PB15). Entende-se que essa preferência pode ser justificada pelo fato do morador ser mais idoso e, por ter defecado no mato por boa parte da sua vida, não ter se adaptado ao uso do banheiro convencional. Foi percebida certa rejeição das mulheres quando eram questionadas sobre a defecação no mato. Quando eram inquiridas sobre se praticavam a defecação a céu aberto, elas demonstravam repulsa por tal prática. Entretanto, quando era perguntado sobre os homens da casa elas respondiam como se a prática fosse normal e corriqueira. Entende-se que esta rejeição ao uso do mato pelas mulheres pode se dar pela falta de privacidade e medo, além de questões fisiológicas relacionadas à manutenção da higiene. Infere-se que hábitos culturais também podem ter influenciado essas respostas, pois observou-se que as mulheres vêm a casa como o local delas, e esta visão pode ser resquício de uma criação na qual as mulheres devem ser recatadas e ter o lar como seu principal espaço de convívio, enquanto os homens devem sair em busca de sustento para a família, como desbravadores e se submetendo às condições locais.

Já na comunidade Barreiro Amarelo a defecação a céu aberto é atividade presente no cotidiano de todos os moradores. Em geral, a prática foi relatada com naturalidade, especialmente pelos moradores que eram mais simples ou que nunca haviam experimentado viver em uma realidade com a presença de banheiros. Alguns moradores, especialmente os que já haviam morado na cidade, demonstraram certo desconforto e vergonha em relatar que defecam no mato. Entende-se que esses sentimentos podem ter sido demonstrados pelo fato deles já terem se inserido em uma outra realidade, na qual a prática de defecação à céu aberto é inadequada e condenável. Wutich (2009) explana que as cobranças e padrões sociais sobre o que é correto ou o que é condenável em relação às práticas sanitárias pesam, especialmente, sobre as mulheres.

A moradora mais velha da comunidade salienta que defecar no mato tem também os seus pontos positivos: “*Mas no mato é bom que a gente vai pra onde a gente quer né?*” (BA02). O fator liberdade foi muito notado nas respostas sobre a defecação à céu aberto. Poder escolher o local no qual você vai é um dos pontos tidos como positivos.

Vale salientar que a ausência de instalações sanitárias viola o Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário decretado pela ONU e ratificado pelo Brasil. Vários aspectos são comprometidos, mas sobretudo as prerrogativas exclusivas para o esgotamento sanitário que cernem à privacidade e dignidade, questões chave para as mulheres.

Simiyu (2009) explana sobre a introdução de instalações sanitárias comunitárias em localidades nas quais os seus moradores têm que recorrer ao uso de métodos alternativos como a defecação à céu aberto. Contudo, há que se considerar que, embora esta possa ser uma evolução à solução anterior, a sua aplicação deve levar em conta a aceitação desse tipo de solução pela comunidade a ser contemplada. No caso das instalações sanitárias comunitárias há autores que apontam alguns problemas como localização e o tipo de construção que acabam fazendo com que a grande parte dos usuários sejam os homens (SIMIYU, 2009; KWIRINGIRA *et al.*, 2014). Por não prover acesso às mulheres, este fato intensifica ainda mais as desigualdades de gênero já presentes nessas localidades.

No caso das áreas rurais brasileiras, especificamente, há que se considerar a opinião das mulheres no processo de decisão da melhor instalação sanitária a ser introduzida no domicílio. Geralmente elas levam em conta fatores que, posteriormente, serão determinantes para a utilização e sustentabilidade das soluções como tamanho, ventilação, localização no terreno e na casa, acabamento e condições de acesso. Também é importante salientar que a construção

de banheiros em localidades rurais não deve seguir os padrões vigentes nas áreas urbanas, tendo em vista que a lógica organizacional e cultural é diferente.

Alguns aspectos foram apontados durante as entrevistas e serão abordados separadamente quanto à ausência ou precariedade das soluções sanitárias.

#### 5.3.4.1 Higiene

A maior parte dos entrevistados que relataram defecar no mato declararam usar o papel higiênico, mas um dos moradores relatou que o uso não é tão frequente: *“Usar, usa. Mas é de vez em quando. Quando não usa nós pegamos uma folha de mato, que nem essa aí...”* (BA14). Apesar da prática ter sido relatada somente por um dos entrevistados, ficou implícito em outras entrevistas que não usar o papel higiênico era corriqueiro. Contudo, era perceptível a vergonha e o constrangimento nas respostas, mesmo quando era alegado o uso do papel, dando a perceber que a prática era menos comum do que se relatava. Entende-se que uma possível justificativa para o não uso do papel é o baixo valor da renda mensal das famílias de uma das comunidades visitadas, o que pode inviabilizar a compra do papel higiênico. Outro fator pode estar relacionado ao próprio esquecimento do papel quando eles vão ao mato.

Além dos constrangimentos que as mulheres passam ao defecarem no mato serem maiores que os dos homens, vale salientar que somente pelas questões fisiológicas a defecação no mato já é mais complicada para as mulheres:

*“Nossa! E como é complicado, viu? Demais! Nossa, é horrível, viu! Ah, nem... é desconfortável, né? E sem contar que higiene cê não tem nenhuma, né? Nada, nada... Fator de risco...”* (PB12).

Manter-se agachada para urinar e o possível comprometimento da higiene pela privação de água para a realização da limpeza íntima, tanto pela baixa quantidade quanto pela falta de água corrente, já que os banhos são tomados de caneca, são situações vulneráveis. No período menstrual esse aspecto se torna ainda mais delicado. As entrevistadas de Barreiro Amarelo relataram ser difícil esse período, mas muitas demonstraram vergonha em comentar o assunto, então, a maioria delas apenas concordavam com a entrevistadora que se tratava mesmo de uma situação difícil:

*“É. Porque tem que ir direto, né? Porque tem que ficar trocando... de noite... é ruim.”* (BA16);

*“Aí nem sei. É mais ou menos porque para mexer com isso é mais complicado. Não tem nem como [limpar] direito... eu só que nem tenho isso mais, porque o meu acabou já faz é tempo. Elas que sabem ajeitar. Só uma que tá aí. A outra ainda é novinha.”* (BA09).

Sahoo *et al.* (2015), inferem que, nas zonas rurais, as mulheres vivem sob altos níveis de stress social, sobretudo as meninas e adolescentes durante o período menstrual, pela falta de privacidade e dificuldades na higiene. Paria *et al.* (2014), em um estudo comparativo das práticas de mulheres de áreas urbanas e rurais com a menstruação, mostra que nas áreas rurais a higiene fica mais comprometida que nas áreas urbanas, resultado das soluções sanitárias adotadas que dificultam a troca frequente dos absorventes, por exemplo.

Fato ressaltado pelos entrevistados é a preocupação maior que as mulheres têm em relação às questões de higiene dentro do domicílio, sobretudo as mães, quem têm que zelar pela saúde de seus filhos: *“É sempre a mãe!”* (BA13); *“É a mulher. (...) porque a mulher sempre é mais cuidadosa assim nessa parte.”* (BA17).

#### 5.3.4.2 Banho

Nas localidades estudadas, nas residências que não possuíam banheiro, o banho era realizado em cercados de tecido e lona improvisados nos fundos dos terrenos (Figura 5.23). Esses locais não possuem cobertura e o piso é composto de tampas, pedaços de madeira e telhas (Figura 5.22).

**Figura 5.22:** Local usado para tomar banho. A: Assentamento Pontal do Buriti. B: Comunidade Barreiro Amarelo



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

**Figura 5.23:** Tendões para o banho na comunidade Barreiro Amarelo



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

A utilização de tendões para o banho viola os fundamentos do Direito Humano  água e Esgotamento Sanitário em relação à privacidade e dignidade, sobretudo das mulheres. Por mais que o cercamento pareça improvisado, eles remontam o cuidado com a privacidade e, mais uma vez, o papel das mulheres em relação ao saneamento quando são elas as responsáveis por costurar os tecidos, que vão acumulando de sobras de roupas desgastadas, e ajeit-los no local. Observou-se que nas casas nas quais as mulheres tinham algum problema de saúde que as impedia de fazer determinadas atividades ou que o seu tempo era demandado para o cuidado de familiares doentes as coberturas eram mais simples.

Os desconfortos vão desde  falta de privacidade para tomar banho nua, em alguns casos, ao medo que alguém as veja defecando no mato. Em todas as entrevistas foram relatados desconfortos, mas algumas abordaram diretamente aspectos relacionados à privacidade:

*“ ruim, mas a gente já acostumou. É ruim porque não tem banheiro nem nada, não tem chuveiro... nada para cobrir...” (BA21);*

*“A gente pegava o balde e ia para o meio do mato, no meio do carrasco (...), e tinha que ficar olhando pra vê se não vinha ninguém!” (BA09);*

*“O homem ia até pros tanque tomar banho. Mas nois não podia fazer isso. (...) A mulher tinha que tomar dentro de casa. Ficava dentro da bacia tomava banho, outra hora a gente tinha as barraquinha de pindoba [tipo de madeira da região] pra tomar. (...) Fazia um banheiro, um negócio.” (NE32).*

Outras entrevistas relataram sobre como o banho é realizado:

*“O banho? Nós pegamos um balde ali na caixa d’água do poço e aí nós vamos ali. Tem um anteparozinho que eu fiz, forrado com uns panos assim do lado e aí nós tomamos banho. É no balde.” (BA14);*

*“É no balde. Bota água no banheiro, no balde, e a gente toma banho.” (NE14);*

*“Banho? Ah meu Deus do céu! Quando buscava água, era dois litros de água. Já cansei de despejar balde de água na bacia pra tomar banho (...) num cantinho da sala.” (NE32).*

Algumas mulheres relataram especificamente alguns desconfortos como a dificuldade para lavar os cabelos: *“Cabelo talvez fica bom não, ele fica duro! (...) É. Vou jogando água com a canequinha que tem ali. Eu pego lá e lavo.” (BA20).* A falta de água corrente dificulta a lavagem dos cabelos, segundo as entrevistadas.

Wutich (2009), destaca que a falta de água para o saneamento pode ser uma fonte de angústia e vergonha particularmente para mulheres e meninas que sentem com maior efeito a pressão para se conformarem às normas de higiene e beleza culturalmente estabelecidas que os homens (WUTICH, 2009, p. 438).

Uma das entrevistadas de Nova Esperança relembra como era o seu banho antes dela ter o banheiro dentro de casa:

*“O banho, coava a água também e tomava na bacia. Da água que a gente pegava lá longe quando chegava botava a água fria e tomava banho com dois litros de água porque era bem longe. Quando tinha no tanque era com bastante água, mas quando tinha que pegar bem longe, ah meu Deus do céu é cansa... bota dois litro de água na bacia e senta pra toma o banho. Era num cantinho assim dentro de casa. Era na sala. Outra hora fazia um banheiro de pindoba. Quando aquelas pindobas tá nova tava bom, quando tava ruim quando ficava velho tinha que renovar de novo pra poder tomar o banho. Naquele tempo ninguém tinha banheiro não minha filha. Tempo passado de quarenta anos atrás.” (NE32).*

O relato acima demonstra com clareza que a quantidade de água usada depende, sobretudo, da distância que se tinha que percorrer para coletar a água e a dificuldade para tentar manter a privacidade, principalmente no banho das mulheres.

#### 5.3.4.3 Medo

A palavra medo faz parte do cotidiano das mulheres, “*dos vivos e dos mortos*”. As entidades sobrenaturais ou animais peçonhentos são temidos e aparecem nas entrevistas como limitadores da defecação durante a noite. Em uma fala de um morador mais antigo, percebe-se que no passado, o medo era maior:

*“De primeiro eu tinha muito medo de defunto, dos que já morreu, mas agora nem to tendo mais não. Eles nem volta pra falar com quem tá vivo não. Parece que Deus botou eles lá num canto e segurou. Porque de primeiro vinha. Era só morrer gente que a gente via o vulto. Agora é sempre que morre gente e a gente nem vê mais falar nisso. Mas primeiro parecia que eles eram desempregado, que Deus nem segurava eles lá não. Eu acabei com o medo que eu tinha.”* (BA02).

Histórias envolvendo seres sobrenaturais podem ser criadas com a finalidade de proteger as crianças, contendo a sua curiosidade natural através da cultura do medo. E há também o cuidado de não expor as meninas precocemente à sexualidade, aspecto que a criação de histórias envolvendo ataques de lobisomens pode envolver, ocultando-se as histórias reais. As mulheres, especialmente, além do medo por motivos criados na mente, estão muito mais expostas a riscos reais, pela maior vulnerabilidade que os homens em relação aos diversos tipos de violência, sobretudo a sexual.

Um estudo realizado em uma área rural da Índia (HULLAND *et al.*, 2015) identificou, assim como apontado por esta dissertação, que mulheres moradoras de áreas rurais estão expostas a estresses físicos e sociais associados ao saneamento e ao medo de fantasmas. O medo de fantasmas foi indicado como altamente grave nessas localidades, especialmente nas mulheres grávidas e adultas. Algumas questões relacionadas à crença local relacionam os abortos com encontros com fantasmas. Tal fato constatado pelo estudo dos autores acima, remonta a estreita relação do comportamento das mulheres com o saneamento baseado em costumes e crenças tradicionais culturalmente estabelecidas.

O medo faz com que as mulheres busquem companhia de seus esposos ou de outras mulheres para irem ao banheiro (quando afastado de casa) ou no mato, no período noturno: *Quando eu*

vou, o [marido] vai mais eu. Eu não vou sozinha não. (...) Chamo, ué... ele tem que levantar! [risos]” (BA20). Um certo constrangimento é notado em relação à necessidade de companhia no período noturno. Pode ser fruto da revelação da falta de privacidade ou do incômodo de ter que acordar alguém.

Foi observado que um dos principais motivos do medo no período noturno é a escuridão. Quando a noite estava clara os entrevistados relataram maior facilidade em ir ao mato, e, por vezes, dispensavam a companhia:

“*Ia de noite também. [Não tinha medo?] Quando a lua tava bonita a gente ia mais alegre, mas quando era noite [escura] ia mais com medo, mas ia. Chamava uma pessoa assim pra não ir só, tinha que ir.*” (NE32).

No caso das crianças, os pais têm que levantar para acompanhá-las. “*A pequena quando ela quer ir ela chama nós: papai, mainha..*” (BA14).

Algumas mulheres relataram ir ao mato mesmo à noite, se necessário: “*Não. Medo não tem não. (...) É. Eu vou sozinha.*” (BA21). Esses casos foram relatados especialmente nas casas que não haviam homens ou que as mulheres não tinham outra pessoa que podiam acompanhá-las: “*Nossa... mas eu vou.... aqui no mato nós faz de qualquer jeito. Só é ruim lá do lado da rua...*” (BA02).

Outros entrevistados salientaram a diferença que homens e mulheres têm ao ter que ir no mato:

“*Eu tinha medo de sei lá, escuro. Meu pai e meus avôs tudo ia. O homem ia sozinho, as mulheres que iam acompanhadas. (...) Era uma dificuldade medonha.*” (NE32);

“*É. Mais difícil porque a gente tem medo de cobra, essas coisas. Porque se aparecer uma cobra o homem tem mais coragem. A mulher sai é na ‘carreira’ gritando!*” (BA02);

“*É mais difícil pra mulher. Porque o homem vai em qualquer canto aí... Encosta em qualquer canto na parede aí... [risos]*” (BA02);

“*Não, à noite a gente tinha medo era de cobra, né? Principalmente na época da chuva, coisar em cima da cobra! [risos] Ai, eu acho que toda vida eu sou mais medrosa [que o marido], né?* (PB15).

A falta de banheiro dentro das casas coloca em cheque a autonomia das mulheres em satisfazer suas necessidades básicas sem ter que passar por constrangimentos e privações, seja por medo ou qualquer outro motivo. O medo da escuridão e do ataque de animais, por exemplo, foi apontado pelas entrevistadas e também é apontado como um fator interveniente do uso do mato no período noturno por mulheres de outras áreas rurais, contempladas em outros estudos (HULLAND, *et al.*, 2015; SAHOO *et al.*, 2015; STEVENSON *et al.*, 2012; WUTICH *et al.*, 2009).

Por vezes o medo e a falta de companhia representam empecilho ao uso do mato durante a noite, algumas relataram inclusive deixar de ir durante este período: “*Ah, tinha hora que eu tinha que segurar, né? Porque de noite eu não vou não.*” (PB15).

Vale ressaltar que a retenção da urina pode causar sérios problemas de saúde para as mulheres. Algumas entrevistadas até ressaltaram esse ponto na entrevista: “*Mas é ruim. Não pode juntar não. Deixar a bexiga cheia não, que é perigoso. Mas quando eu estou com vontade, enquanto eu não vou lá fora eu não durmo mais de jeito nenhum!*” (BA08).

Apesar de ser apontada como um fator causador de muito medo e estresse em estudos internacionais que também contemplam áreas rurais (KWIRINGIRA *et al.*, 2014; HULLAND *et al.* 2015; SAHOO *et al.*, 2015), felizmente a violência sexual não foi um fator diretamente apontado nas comunidades visitadas. Infere-se que o tempo de permanência em cada comunidade estudada neste trabalho não tenha sido suficiente para captar esse tipo de informação, visto que trata-se de uma questão que traz constrangimento e vergonha.

#### 5.3.4.4 Privacidade e abrigo

Em busca da privacidade, o local escolhido é, geralmente, mais afastado das casas e escondido no meio do mato. Os moradores sempre indicavam uma direção no terreno que eles costumavam seguir para fazer as suas necessidades, mas sempre destacavam que o mais importante é ter uma vegetação para que eles tivessem o mínimo de privacidade:

“*É em qualquer lugar aí, achando uma moita escondida... porque não tem banheiro...*” (BA14);

“*Moça, é nesses carrasco aí. (...) É só tá no lugar escondido. [risos] (...) Varia sempre.*” (BA07).

Tendo em vista as características naturais do sertão nordestino composto de árvores baixas, de tronco fino e espaçadas, destaca-se que a busca por um local para defecar no mato exige dos moradores uma caminhada maior para que eles consigam se esconder. No período da seca, quando as árvores perdem as folhas e a vegetação rasteira seca, é ainda mais difícil encontrar um local “privado”. Dessa forma, os moradores relataram sentir-se incomodados, sobremaneira, no período de seca, quando eles têm que andar maiores distâncias para encontrar um lugar adequado:

*“Dá mais trabalho [na seca]. Agora quando tá verde assim é tão bom, na seca é triste. A gente fazia as necessidades era bem longe. Procurava um pedacinho de pau para encostar. Agora não... agora está bom demais, com esse verdão aí.”* (BA08);

*“É. Tem que ir longe... [risos] porque tá vendo essas folhas verdes aí? Aí fica muito aberto.”* [É pior?] *“É... na seca é...”* (BA07);

*“Tem. Onde é mais fechadinho, que aí ninguém vê. Aí na seca que é duro. É que aí fica destampadão. Tem jeito de ver, porque todo lado tem gente aí e acaba que vê. [risos]”* (BA09).

Heller (NAÇÕES UNIDAS, 2016), afere que as desigualdades de gênero são exarcebadas quando elas são somadas a outras desvantagens. Além da falta de acesso adequado à água e ao esgotamento sanitário, mulheres e meninas que também convivem com cenários de pobreza, deficiência física ou incontinência e áreas remotas, por exemplo, estão mais expostas à exclusão, vulnerabilidade e a riscos adicionais à saúde.

Além do período noturno onde geralmente as mulheres têm medo de ir ao mato, as chuvas são outro incômodo relatado:

*“Se chovia... quando chovia era aquela questão também, né? Não, a gente ia porque não tinha outro jeito... Cé tinha que ir! Molhava, né? Não tinha outro jeito.”* (PB12);

*“É! É... É mais complicado... É que tem hora que tá chovendo e pega não vai...”* (BA21);

*“Vou [na chuva]. De todo jeito. Põe um pano na cabeça... [risos] Ó lasqueira!”* (BA02).

Outro fator que causa desconfortos é a falta dos banheiros no período do frio: “*Ave Maria! Naquele tempo pra gente tudo era difícil. E tempo do frio pra gente toma banho do lado de fora? Ô Jesus Cristo! [Risos]*” (NE32).

Uma solução encontrada pelas mulheres para não precisarem ir ao mato no período da noite é a utilização de penicos ou outros recipientes. “*Outra hora a gente tinha um bacio, tinha um bacio, fazia no bacio e ia jogava lá pra fora num lugar longe.*” (NE32). Outras aproveitam potes de creme grandes e garrafas pet: “*É, a gente tem o pote de creme grande. A gente tem uma vasilha, um pote que corta, uma garrafa de dois litros aí...*” (BA16).

A distância da residência quando os moradores têm que defecar no mato ou em fossas secas, como no caso de alguns habitantes do Assentamento Pontal do Buriti, dificulta a realização de outras tarefas. Uma entrevistada relatou se sentir mais incomodada que o marido pois é ela quem fica em casa e tem que realizar as atividades domésticas, dessa forma, quando ela sente vontade de urinar ou defecar tem que parar com as atividades que está fazendo: “*Se o banheiro fosse aqui dentro de casa já seria mais fácil, né?*” (PB19).

Outra razão apontada na literatura e que foi encontrada em campo é a maior dificuldade que as mulheres idosas têm quando a instalação sanitária fica localizada fora da casa, distante, quando a estrutura é precária ou quando é inexistente. A idade e todos os inconvenientes que ela traz vulnerabiliza a vida e a saúde, sobretudo das mulheres moradoras de áreas com saneamento precário (KWIRINGIRA *et al.*, 2014; NAÇÕES UNIDAS, 2016). Diante da necessidade da moradora mais idosa da comunidade de Barreiro Amarelo, seus filhos construíram um pequeno banheiro nos fundos da casa (Figura 5.24). A estrutura é feita de alvenaria, mas não possui chuveiro nem vaso sanitário: “*Era aí nesse buraco. Essas menina banha aí onde junta água nesses riacho. Mas eu banho aqui em casa no banheirinho (...)* [E quando não tinha o banheirinho?] *Aqui mesmo. Tapava com o pano.*” (BA02). Segundo eles, a construção apenas facilita a vida de BA02 que, aos seus 73 anos, alega ir ao mato. A idade traz consigo algumas dificuldades para caminhar e muitas dores no corpo, como relatado por ela.

**Figura 5.24:** Banheiro construído exclusivamente para uso de pessoa idosa



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Uma característica relatada na literatura é que nas áreas rurais o cuidado dos doentes e das pessoas idosas recai sobre as mulheres da família (BREWSTER *et al.*, 2006; MELLOR, 2000). Tal fato foi evidenciado na comunidade de Barreiro Amarelo, onde em uma das casas visitadas, a filha de uma senhora que tem problemas de saúde se dedica aos cuidados dela e, diante da precariedade da solução sanitária encontrada, enfrenta maiores dificuldades. Apesar de seu pai ainda ter uma boa saúde é ela quem vai buscar a água doce na caixa da comunidade todas as manhãs. A caminhada é de cerca de 20 minutos para ir e 20 minutos para voltar, mais o tempo gasto para encher o balde de 15 litros que ela traz na cabeça. Além da simples estrutura da casa que dificulta a locomoção de BA19, a casa não dispõe de banheiro e o banho é realizado em um cercadinho de tecidos (Figura 5.25). O banho é dado de caneca com a água coletada da cisterna que eles têm instalada no seu quintal. São usados cerca de 10 litros de água.

**Figura 5.25:** Local onde os moradores tomam banho e a cadeira utilizada para dar banho na senhora BA19



Fonte: Acervo fotográfico do PNSR, fevereiro de 2016.

Foram identificados casos nos quais as netas são as responsáveis por cuidar das casas das avós. Dentre estes cuidados estava a coleta da água para o banho, cozinhar, beber, limpar a casa e lavar a roupa.

O cuidado com os idosos e a responsabilidade que pesa sobre as mulheres de prover água foram relatados por uma moradora entrevistada quando esta se lembrou do seu tempo de solteira:

*“É, chegava em casa, despejava aquela lata. Mas não é agora não, tipo de hoje moderno sabe? Que era tipo de meus avós que morava com eles. Eles eram velhinhos não podia pegar [água], aí era eu mesma. (...) Aí quando chegava, ía buscar outra viagem de novo. Aí depois Deus mandava a chuva, enchia os tanque da gente e a gente não tinha água encanada igual se tem.”* (NE32).

Como nas casas a segurança alimentar e o cuidado com os demais moradores recai sobre as mulheres, Wutich (2009) pondera que algumas podem priorizar a alocação dos recursos aos demais membros da família em detrimento do seu próprio, fato que pode colocá-las em risco de desidratação e maior exposição à doenças relacionadas à água.

#### 5.3.4.5 Uso da saia: “Fica mais comportado pra gente sentar, né?”

Um fato que chamou a atenção na comunidade de Barreiro Amarelo foi que uma das entrevistadas relatou que opta pelo uso da saia por duas questões: a primeira referente às altas temperaturas, principalmente no verão; e a segunda, porque as saias facilitam a ida das mulheres ao mato para defecar e urinar. Depois dessa entrevista, essa mesma questão foi colocada para as outras mulheres e todas relataram que o uso da saia realmente é melhor para ir ao mato defecar.

Como a vegetação, principalmente nos períodos de seca, é bem rasteira e espaçada, encontrar um lugar “seguro” para fazer as necessidades não é uma tarefa tão simples. Diante da preocupação maior que as mulheres relataram de ficar expostas nesses momentos, elas preferem o uso da saia, que além de cobrir o corpo, disfarça a defecação. Alguns registros neste sentido foram percebidos durante as entrevistas:

*“Ainda mais as mulheres que usam short aí fica mais complicado ainda. Às vezes a gente tá de saia ou de vestido aí fica mais comportado para a gente sentar, né? Às vezes chega uma pessoa e nem percebe o que a gente tá fazendo. Porque depende da saia que a gente tá*

*usando.... se for uma saia rodada... [Por isso que vocês preferem usar saia?] Eu é que nunca acostumei com short. Mas o povo que gosta de short usa short. Mas que é mais difícil é, né? Para a pessoa que usa short, calça, é mais difícil...” (BA12).*

*“É. Eu nem uso outra coisa não. É só saia. (...) É. Pra descer.... [risos] a gente mesmo tem costume de vestir saia. Se vestir essas coisas que vocês tá vestido aí não presta não.” (BA02).*

A relação das roupas que as mulheres usam e uma possível vinculação com o saneamento são registrados em estudos como o de Kwiringira *et al.*, (2014), que, discutindo a situação do uso de banheiros em uma favela de Kampala, identificou que as mulheres que usam saias se sentiam desconfortáveis em usar banheiros construídos na favela, pelo fato destes serem acessados por escadas que permitem que sejam vistas as suas roupas íntimas, o que causa muito constrangimento nessas mulheres. Outro estudo (HULLAND, *et al.*, 2015) mostra que a privacidade e o medo que a reputação delas seja impactada pela atividade são questões apontadas por mulheres moradoras de áreas rurais.

### **5.3.5 Impacto da falta de saneamento e a sua relação com a saúde**

Diversos estudos apontam a relação estreita entre o saneamento e a saúde das pessoas. O esgotamento sanitário, juntamente com uma higiene adequada e água potável são vistos como aspectos fundamentais para a saúde e o desenvolvimento social e econômico (MARA *et al.*, 2010). Mara *et al.*, (2010) assinalam que melhorias no saneamento podem reduzir substancialmente as taxas de morbidade, a severidade de várias doenças e aumentar exponencialmente a qualidade de vida, sobretudo de pessoas de países em desenvolvimento.

Nesta pesquisa, foi possível notar a presença de muitas doenças que, cientificamente, possuem relação direta ou indireta com as questões sanitárias. Era comum os entrevistados relatarem verminoses, manchas na pele, dores de barriga, diarreias constantes e, inclusive, *Chikungunya* e Zica, doenças endêmicas nas regiões visitadas. Algumas dessas doenças eram vistas até com certa naturalidade:

*“Assim, dor de barriga sempre dá nas crianças, no tempo do calor, no tempo do frio... tá calor, aí chega o frio, estranha o frio. Tá frio e chega o calor, aí dá dor de barriga também. Esse ano mesmo deu muita dor de barriga nas crianças. Essa menina aqui mesmo ficou ruim com dor de barriga e diarreia uns três dias.” (BA12).*

*“Diarreia sempre dá. Eu, deve ter uns 3 dias que não me dá. Mas de 8 em 8 dia... mas também na minha idade já é mais devagar... (...) Verme eu acho que quase todo mundo tem. [risos] Aí de vez em quando toma um remédio. Faz uma consulta aí o doutor fala: Ah, tem verme.... Eu mesmo, me deu verme e ele me deu uns quatro comprimidos, eu bebi, mas não sei se acabou ou se ainda tem... [risos]” (BA18).*

Contudo, durante o apontamento das principais doenças que acometem os moradores, nem todos eles associavam ou sequer sabiam com clareza que, na verdade elas tinham relação com a ausência de saneamento adequado. Apenas os agentes comunitários de saúde relacionaram as questões sanitárias e as doenças, como, por exemplo, a agente de saúde da comunidade Barreiro Amarelo:

*“Isso aí eu não posso falar assim: tem! Porque essa doença a gente sabe que é diagnosticada através de exame, né? Mas com certeza sim, porque não tem uma água tratada, né? A gente distribui os cloros mas muitas vezes eles não usam. Uns falam que não bebem por causa do gosto... não tem banheiro adequado... aí não tem como não ter verminoses.” (BA17).*

Um fato que dificulta a identificação da causa das enfermidades é que, quando os moradores chegam a procurar um médico e fazer exames, eles acabam não indo buscá-los, o que gera então, a subnotificação das doenças que acometem os moradores. Esta foi uma questão constatada nas três comunidades visitadas.

No entanto, o aparecimento de todas essas doenças que podem estar relacionadas à ausência de saneamento adequado, acometem tanto os homens quanto as mulheres das áreas rurais. Todavia, há uma série de impactos mais presentes na saúde das mulheres devidos às questões fisiológicas, como a higienização íntima dificultada pela ausência de banheiro; como a pouca oferta de água e as dores nos braços, costas e coluna devido à atividade de buscar água, que recai sobre elas.

Pensando especificamente na saúde das mulheres rurais, não foram encontrados estudos que relacionem a maior dedicação das mulheres às atividades relacionadas ao saneamento e os efeitos físicos dessas ações na sua saúde. Alguns estudos recentes fazem apontamentos em relação ao desgaste emocional e mental mais presente no cotidiano vivido por elas em relação ao dos homens (SAHOO *et al.*, 2015; WUTICH, 2009; HULLAND, *et al.*, 2015; STEVENSON *et al.*, 2012). Diante disso, cabe aqui apontar algumas considerações que as mulheres entrevistadas fizeram quando eram demandadas se alguma atividade relacionada ao

saneamento já havia lhe desencadeado algum problema de saúde. Foram relatadas dores, principalmente na coluna, cabeça e braços, desgaste físico pelas longas caminhadas, dores de cabeça devido ao sol forte e muito cansaço. Todas relacionaram tal fato à atividade de buscar água:

*“Minhas costas ficam abertinhas [risos]. (...) Dói! As costas, os braços. Porque a gente vem fazendo força para empurrar o carrinho. E o sol é queimando! [Risos] Ave Maria! Não tem quem aguenta o sol aqui não!” (BA09);*

*“Eu nem posso botar peso na minha cabeça. Eu peguei muito peso na minha cabeça desde nova que hoje eu nem posso mais, sabe? Eu sinto muita dor nas costas... e também eu tenho a bexiga baixa, eu tenho que fazer a períneo e não posso pegar peso.” (BA12);*

*“Eu sentia é dor nas costas. Chegava com aquele peso, era dor nas costas por causa daquela lata de água. Mas não tinha jeito, tinha que ir buscar. (...) Era uma luta muito grande quando não tinha água encanada aqui.” (NE32).*

Diversos foram os relatos sobre os problemas ocasionados nas mulheres que buscam a água. Todas as entrevistadas, mesmo que em menor magnitude, afirmaram sentir dores no corpo ou incômodos relacionados à atividade de buscar água. Além dos problemas mencionados nos depoimentos acima, foram relatadas dores nas pernas, nos joelhos, na cabeça e no pescoço. Foram encontrados relatos que revelam dores crônicas associadas à referida atividade. Segundo as queixas relatadas, as dores chegam a impedir ou dificultar a realização de tarefas, devido ao grande esforço físico realizado por elas na coleta de água na maior parte de suas vidas: *“Até hoje eu tenho problema aqui. É, porque eu pegava muita água.” (NE10).* O cansaço foi fator muito presente nos relatos: *“Eu panho os pote dali de baixo e chego aqui pra morrer.” (BA02).*

O sol forte, sobretudo na região nordeste, também foi um ponto bem marcado. Algumas entrevistadas disseram não aguentar o sol forte e outras destacaram a combinação da rotina cotidiana pesada à coleta da água: *“Porque já basta a rotina aqui, ainda tem esse sol, fica se expondo ao sol.” (NE15).* Houve queixas sobre o grande desgaste de ir coletar a água e ainda ter que realizar as outras atividades domésticas.

Um relato marcante sinaliza a ocorrência de feridas na cabeça advindas do carregamento de baldes pesados. Para evitar essas lesões, as mulheres usam as “rodilhas”, que são panos

enrolados e colocados na cabeça para darem firmeza aos baldes de água, evitando o atrito direto do balde com a cabeça.

*“Ia eu, minha mãe e minha irmã. Era na cabeça. Pegava um pano né e fazia uma rodilha para dá firmeza, se não a gente não aguenta. É, ninguém suporta não. Eu acho que se não fosse aquilo ninguém conseguia carregar. Sangrava né, se não fosse aquilo sangrava né. E também descansava no caminho. Tirava o pote da cabeça, botava no chão.” (NE05).*

Notou-se que as meninas e mulheres mais novas não relataram muitos incômodos, exceto o cansaço e o sol. Apesar das queixas em menores proporções, essas reações também são apontadas como fatores causadores de estresse por alguns autores (STEVENSON *et al.*, 2012).

Stevenson *et al.*, (2012) avançam um pouco mais em relação aos outros estudos, pois eles apontam que as atividades relacionadas à água estão claramente dentro da esfera de trabalho das mulheres e assumem a presença de doenças físicas. A água em quantidade suficiente é vista como saúde e está ligada a um conjunto diversificado de caminhos para o alcance do bem-estar, diminuição de conflitos sociais, da vergonha e da angústia psicossocial. A quantidade também é fator limitante na realização de diversas atividades, podendo comprometer aspectos como a higiene (HUNTER, 2010).

Wutich (2009), relata vários estudos que apontam que, embora homens e mulheres estejam expostos a sensações como medo, preocupação, raiva e outras emoções negativas quando vivenciam uma experiência de escassez de água, são as mulheres que ficam mais susceptíveis a essas sensações.

Além dos efeitos físicos, foi visível, pelas observações de campo, que as atividades ligadas ao saneamento majoritariamente exercidas pelas mulheres causam também efeitos de ordem psicológica e emocional, e, dessa forma, impactam a sua qualidade de vida, que é entendida como bem estar físico, mental, psicológico e emocional. Era perceptível o sentimento de angústia e preocupação nos relatos das mulheres sobre a escassez de água.

Hulland *et al.*, (2015), ao analisarem o estresse psicossocial relacionado com o saneamento em toda a vida reprodutiva das mulheres, conclui que a menstruação e o transporte de água são considerados como atividades altamente estressantes.

Homens e mulheres estão expostos às dificuldades da falta de solução sanitária adequada. Contudo, as mulheres sentem mais os impactos dessa atividade ter que ser realizada fora do domicílio. A falta de privacidade é apontada, por alguns estudos realizados em áreas rurais de países em desenvolvimento, como um fator resultante em um grande nível de stress psicossocial nas mulheres (HIRVE *et al.*, 2015; WUTICH, 2009; STEVENSON *et al.*, 2012; HULLAND *et al.*, 2015). A questão da privacidade recai mais fortemente sobre as mulheres que, além das questões físicas, prezam muito por construções sociais que enfatizam o pudor e vergonha na realização de determinadas tarefas. Esses sentimentos podem também ser entendidos como a perda da dignidade diante da comunidade (REDDY *et al.*, 2011) e estão relacionados à violência de gênero citada por Heller em seu relatório, pois viola o direito à vida, à segurança pessoal e à liberdade de movimento (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Foi notado que não ter banheiro em casa e ter que ir ao mato para fazer as necessidades causa medo, desconforto, insegurança e vergonha. Não conseguir cuidar da própria higiene como deveria, sobretudo no período menstrual, causa desconforto e possíveis problemas de saúde. Acordar muito cedo para buscar água rouba das mulheres algumas horas de sono e de descanso que não podem ser compensadas por elas ao longo do dia, porque muitas exercem múltiplas funções como trabalhar na roça, cuidar dos filhos, fazer a comida e cuidar da casa.

*“A gente só pegava assim, saía cedo pra não pegar o sol quente, sabe. E a tarde já era umas cinco horas, a gente voltava tarde da noite. Era engraçado que lá a gente tomava banho e esse banho tinha que dormir quando chegava em casa porque não podia tomar banho mais.”* (BA08).

A maioria das intervenções de saneamento focam na defecação e muitas vezes ignoram outros comportamentos relacionados ao saneamento, como lavar roupa e a higiene, durante o período menstrual (HULLAND *et al.*, 2015). Compreender os comportamentos e estresses relacionados ao saneamento é fundamental para informar aos profissionais da área de saneamento sobre o contexto e as implicações que uma intervenção pode gerar quando não leva em consideração as diferentes necessidades e impactos que as mulheres sofrem. No mesmo estudo, HULLAND *et al.* (2015) revelam com clareza os impactos que soluções ausentes ou precárias têm sobre a vida de mulheres em todas as faixas etárias e em situações específicas, como a gravidez. As ações sanitárias dependem, sobretudo, do acesso à água e, tal fato, remonta a necessidade de intervenções do Estado capazes de responder às necessidades sociais e físicas dos usuários e usuárias, mesmo em localidades isoladas.

### **5.3.6 Espaço potencial para a participação feminina nas ações de saneamento empreendidas**

Diante da realidade encontrada nas três localidades estudadas, cabe aqui ponderar aspectos que podem justificar a necessidade de uma maior atuação das mulheres em relação ao saneamento em esferas além das já praticadas. Como já abordado, elas desempenham papel fundamental na coleta da água e em sua gestão no nível domiciliar, além da gestão dos resíduos, e são as mais impactadas quando não dispõem de uma estrutura sanitária adequada aos padrões culturais que elas integram.

Todavia, esta não é a contribuição que se espera das mulheres. Diante do conhecimento praticado por elas, de compreensão do ambiente natural no qual estão inseridas e práticas na gestão de aspectos sanitários, é necessário ampliar o nível de participação delas para outros níveis (para além dos domicílios e das comunidades) e esferas, onde possam atuar na decisão das soluções sanitárias implementadas nas suas comunidades, para que tenham voz para expor as suas necessidades e reivindicações e que tenham representatividade dentre os formuladores das políticas públicas de saneamento. É preciso que mulheres componham o corpo de projetistas e pesquisadores que formulam e escolhem as tecnologias a serem adotadas, exprimindo o seu saber e sua visão tipicamente feminina, podendo contribuir para a formulação de soluções sanitárias mais integradas, adequadas e equânimes nas localidades nas quais elas serão executadas.

Frente à pesquisa realizada em campo, pode-se aqui levantar alguns pontos encontrados que justificam uma maior participação feminina.

1. Elas compreendem as maiores necessidades e prioridades em relação ao uso de água requerido dentro do domicílio;
2. Elas são as responsáveis pela divisão da água para os seus respectivos usos e aplicam para isso, a hierarquização dos usos da água, analisando, inclusive, a qualidade que ela se encontra e para qual fim ela deve ser destinada;
3. São elas as encarregadas de tratar a água no domicílio, por isso é preciso que sejam envolvidas em trabalhos de conscientização e sensibilização em relação à necessidade do tratamento doméstico de água e conhecimento da gama dos possíveis tipos de tratamento e a sua manipulação adequada;

4. São elas que convivem a maior parte do tempo com os filhos dentro do domicílio, então devem estar cientes das enfermidades que podem ser causadas pela falta e/ou ineficiência dos serviços de saneamento, para então prevenirem que crianças tenham contato direto com focos de contaminação, ensinando-as a lavar as mãos, a não andar descalças e a lavar bem os alimentos antes de consumi-los;
5. Elas são mais atentas e as primeiras a observarem quando a água utilizada sofre alguma alteração organoléptica. Cientes dos riscos, elas podem atuar como vigilantes e dispensar a água quando alguma característica imprópria é detectada;
6. Quem irá ter maior contato direto com a solução de água implementada são as mulheres, por isso a solução deve ser consoante com as características culturais da comunidade e procurar facilitar a vida das mulheres;
7. Homens e mulheres compreendem e desenvolvem uma série de tecnologias sanitárias sociais no meio rural. Em relação à gestão domiciliar são as mulheres que mais utilizam e têm o domínio dessas técnicas, que devem ser melhores conhecidas pelos planejadores;
8. Compreender padrões de estresse, cobranças psicológicas, sobrecarga e questões físicas é fundamental para que uma estrutura sanitária possa, de fato, ser amplamente utilizada pelas mulheres (em todas as condições climáticas, em todos os períodos do dia);
9. Quem é a responsável pela limpeza da estrutura sanitária, assim como de toda a casa, são as mulheres, por isso elas devem ser complacentes à solução para manterem a sua higiene e evitar o seu sucateamento;
10. São as mulheres e meninas as mais impactadas quando têm que urinar e defecar em soluções sanitárias fora dos domicílios e cuja segurança e privacidade não podem ser garantidas, assim a solução deve ser apropriada às suas necessidades;
11. São as mulheres quem recolhem os resíduos domésticos e os reaproveitam quando possível, por isso cabe uma ação que as capacite e sensibilize sobre os benefícios da reciclagem, reaproveitamento e compostagem, para que elas possam aplicá-las nas suas residências;

12. São as mulheres, prioritariamente, as responsáveis pela destinação final dos resíduos sólidos, seja pela incineração seja pelo enterramento. Vale capacitá-las e sensibilizá-las em relação aos materiais que não devem/podem ser incinerados por gerarem efeitos tóxicos como pilhas, baterias e plásticos. Cabe ainda salientar especificidades em relação ao manuseio e armazenamento de alguns tipos de resíduos como lâmpadas e baterias, visando assegurar a segurança das mulheres (principais manuseadoras).

A participação das mulheres em termo de decisão ainda é, de forma geral, negligenciada pela cultura vigente. As leis e regulamentos tem um papel de forte influência sobre a participação das mulheres, pois podem influenciar positiva ou negativamente a cultura, que não é estática (GÓMEZ *et al.*, 2015). Devido a este fato, infere-se que o embasamento teórico de uma política pública de saneamento que vise a inclusão da perspectiva de gênero deve ser muito bem elaborado, pois os marcos legais podem reforçar normas e valores sócio-culturais, ou estimular mudanças e transformações sociais. Gómez *et al.*, (2015), citam que “*as normas sócio-culturais desempenham um papel enorme na influência dos direitos das mulheres e determinam se as mulheres têm voz, espaço e influência.*” (p.16. Traduzido pela autora).

Há autores que salientam a importância da expansão da participação da mulher no saneamento para esferas que vão além das domésticas (REDDY *et al.*, 2011; SHONSEY *et al.*, 2012; SIMIYU *et al.*, 2016). Simiyu *et al.*, (2016) ponderam que as questões de gênero influenciam o uso dos banheiros e devem ser levadas em consideração em projetos futuros. Reddy *et al.* (2011) e Shonsey *et al.*, (2012), afirmam que as mulheres são centrais para o planejamento de programas de saneamento, pois atuam como atores-chave na identificação das necessidades das comunidades em relação à água e ao esgotamento sanitário. Fisher *et al.*, (2008) já observam que a inclusão das mulheres se faz necessária em todas as etapas dos programas de saneamento, no planejamento, implementação e operação. Já Hannah *et al.*, (2016), explanam que o empoderamento feminino nas questões de saneamento e higiene desencadeia melhorias que refletem em melhores resultados na saúde e desenvolvimento local.

Wutich (2009), em um dos resultados em que compara o comportamento dos homens e das mulheres, ressalta que são as mulheres as mais preocupadas com a necessidade de economizar água para o banho, lavar as vasilhas, as roupas e para cozinhar. É demonstrado também que são elas que mais se preocupam com o tempo dispensado e a renda perdida pela atividade de buscar água. Stevenson *et al.*, (2012) já consideram que um dos fatores causadores de estresse nas mulheres das áreas rurais é passar por experiências nas quais elas são obrigadas a

economizar água para beber, cozinhar, lavar roupas, limpar a casa e demais atividades domésticas. Assim sendo, projetos de abastecimento de água poderiam, certamente, contribuir para a diminuição do trabalho e do desgaste mental das mulheres em áreas rurais.

Questionou-se “como deveria ser uma ação de saneamento nessa comunidade? Há espaço para programas especialmente pensado para as mulheres?” Os entrevistados que souberam responder, destacaram a viabilidade da contemplação da perspectiva de gênero e outros destacaram a diferenciação das tarefas entre homens e mulheres em relação ao saneamento, como denota a fala a seguir: “*Os homens é quem vão construir, mas para educar a família é a mãe... ou os dois né?*” (NE03).

“*[Risos] Geralmente né. Porque os homens são mais descuidados né seu NE16. (...) Pra limpeza dos tanques é com ele mesmo né, ele que tem que subir, que tem que limpar.*” (NE22).

“*Porque aí a pessoa vai ter que responsabilizar por aquilo. Por exemplo vai fazer que é pra nosso benefício, então nós temos que fazer o que? Responsabilizar para poder organizar a situação.*” (NE16).

Um fato que chamou a atenção foi a presença do debate da perspectiva de gênero na comunidade de Nova Esperança. A questão é tratada por uma das Associações da comunidade apoiada e financiada pelo falecido padre espanhol Leopoldo Garcia Garcia. A presidente dessa Associação relatou que eles já desempenham alguns trabalhos que visam à empoderar as mulheres e gerarem renda. Quando foi perguntado se seria viável uma ação de saneamento que considerasse as questões de gênero ela ponderou:

“*Não seria bom, seria ótimo! Inclusive nós trabalhamos com a questão do gênero. Nós participamos recentemente, junto do município de uma campanha contra a violência da mulher, além de palestras, teve uma caminhada aqui na rua. Poucas mulheres participaram do movimento, muitas tiveram a sua participação questionada pelo marido.*” (NE26).

Ela ainda salientou a necessidade de incluir toda a diversidade de gêneros:

“*Então seria só essa questão de gênero, da atuação dos dois ou mais. Porque a questão de gênero hoje não é mais só homem e mulher tem que incluir todo mundo né. Nem todo homem se considera homem, nem toda mulher se considera mulher.*” (NE26).

Apesar dos projetos não terem relação com as questões de gênero, mostra o poder de organização e mobilização das mulheres das comunidades rurais, com apoio inclusive da Secretaria de Políticas para as Mulheres do estado da Bahia: “*Nós fizemos um projeto para a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do governo do Estado para ganharmos a reforma do prédio e ganhamos.*” (NE26).

A busca pela igualdade entre os gêneros pode permear diversas frentes e sua consideração na elaboração de uma política pública de saneamento rural é uma delas. Heller, no seu relatório sobre a necessidade da igualdade de gêneros na garantia do direito humano à água e ao esgotamento sanitário (NAÇÕES UNIDAS, 2016), evidencia que cabe aos Estados a verificação nas suas leis, estratégias e políticas a identificação se os direitos à água e ao esgotamento sanitário são igualmente garantidos a homens e mulheres e, a partir daí, serem tomadas as devidas estratégias no sentido de orientar a criação de políticas públicas que abarquem as questões de gênero. No Brasil sabe-se, conforme foi apresentado por este trabalho, que os marcos legais de saneamento ainda não contemplam essa questão e que os Planos de Políticas para as Mulheres ou a Política Nacional para a População do Campo, Floresta e das Águas, ainda é incipiente nessa discussão. O autor deste relatório, considera, ainda, que leis, políticas e estratégias que não mencionam de forma clara as diferentes experiências de homens e mulheres e os demais grupos marginalizados possuem uma falsa neutralidade. Ao não considerar a fruidez da política nos diferentes grupos sociais, ela beneficia sobremaneira os grupos que possuem acesso mais facilitado a esses marcos legais (homens, brancos, pessoas com situação financeira melhor, etc.), intensificando o nível de desigualdade. Gómez *et al.*, (2015) assinalam que a sensibilização de homens e mulheres quanto aos impactos negativos dos estereótipos de gênero que são formados e como eles discriminam as mulheres, poderiam beneficiar homens, mulheres, famílias e comunidades inteiras.

Uma maior participação e visibilidade das mulheres tange às necessidades contemporâneas de igualdade entre os gêneros. Intentando a participação feminina nos espaços de discussão, alguns aspectos devem ser levados em consideração para a inclusão legítima das mulheres como a realização de encontros em lugares e em momentos onde e quando as mulheres possam participar e a não realização desses encontros em ambientes que possam ser dominados pelos homens ou qualquer outra característica que possa impedir ou restringir a participação das mulheres (GÓMEZ *et al.*, 2015).

Com as funções desenvolvidas por elas bem delimitadas, deve-se pensar em alternativas que objetivem reconhecer, valorizar os seus trabalhos e empoderar as mulheres. Relacionar igualdade entre os gêneros às ações de saneamento não significa dar mais trabalho a quem já o realiza, mas sim prover igualdade de direitos, de oportunidades e responsabilidades, desde que as diferentes necessidades sejam reconhecidas. Embora a necessidade de mudanças na estrutura patriarcal ainda muito praticada nas áreas rurais seja imperativa, essa mudança deve ser fomentada e encaminhada com ponderação para não causar impactos negativos como maiores conflitos nas áreas rurais, cuja relação homem/mulher por vezes ainda é delicada.

Devido a este fato, a promoção de uma política pública que seja sensível às necessidades e papéis diferentes dos gêneros deve ser encaminhada com cautela para não incentivar a reprodução social do papel da mulher e a sua intensificação. A política deve ser pensada objetivando constituir uma política pública de gênero, que segundo Bandeira (2004) é a evolução da política pública para as mulheres.

Vale enfatizar que, não se pretende com esta dissertação, intensificar ou fomentar o trabalho já desenvolvido pelas mulheres no âmbito do saneamento. Acredita-se que somente com o conhecimento e estudos mais aprofundados sobre a realidade cotidiana vivida pelos moradores e moradoras do campo se pode pensar em políticas públicas adequadas. Diante disso, o objetivo é dar luz sobre os papéis de gênero, especialmente ao desenvolvido pelas mulheres com o saneamento, para embasar uma política pública voltada para as áreas rurais. Entende-se que a divisão do trabalho nessas localidades é fruto de uma construção social dos modos de vida, influenciada pelas normas sociais e culturais, pelos papéis, expectativas e estereótipos de gênero, que são construídos nas comunidades. Em concomitância, os papéis patriarcais de gênero não são estáticos: eles mudam com o tempo e muitas vezes com o aumento da educação (GÓMEZ *et al.*, 2015). Qualquer medida que vise à intervir na organização e lógica cultural de uma determinada comunidade, deve primar pelo respeito à cultura e compreender o que, de fato, se adequa melhor à realidade vivida, pois os “*processos sócio-culturais e relações de poder que moldam as relações de gênero são de grande complexidade*” (GÓMEZ *et al.*, 2015, p. 16. Traduzido pela autora).

## 6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No tocante das políticas públicas e marcos legais de saneamento, as relações de gênero não são consideradas de forma satisfatória. Apesar da Lei 11.445/2007 e da Lei 12.305/2010 não fazerem qualquer referência a relações entre questões de gênero e saneamento, o Plansab faz apontamentos que remetem à necessidade da consideração desse aspecto nas políticas públicas futuras, em especial às direcionadas para as áreas rurais. Dessa forma, confirma-se parcialmente a hipótese H.1.2. deste trabalho, de que as políticas públicas de saneamento vigentes no Brasil ainda não contemplam as relações de gênero. Vale ressaltar, sobretudo, que a alusão à questão de gênero no Plansab não é suficiente para conferir o status de inclusão desta perspectiva em uma política pública de saneamento. Entende-se que estas questões devam ser bem referenciadas e ter ações e diretrizes específicas para que possam, dessa forma, colaborar com a redução do passivo existente na garantia de direitos igualitários entre homens e mulheres de áreas rurais. Um considerável avanço foi a criação do Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário, que além de assegurar esses eixos do saneamento como fundamentais à vida de todas as pessoas, têm importantes diretrizes em relação ao gênero, especialmente quanto à privacidade e dignidade referente às soluções de esgotamento sanitário. O Brasil, como um dos países signatários do Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário, ainda tem muito a avançar no sentido de criar políticas públicas que subsidiem ações de saneamento equânimes para todos os brasileiros e brasileiras.

Já a consideração de aspectos relacionados ao trabalho desempenhado pelas mulheres nas questões sanitárias não é contemplado o Plano Nacional de Política para as Mulheres. Nele, não é feita nenhuma referência direta à necessidade da criação de uma política pública de saneamento que contemple o eixo gênero. Apesar de dar importantes diretrizes e metas no sentido de empoderar as mulheres rurais, dar voz às suas necessidades e promover a sua maior participação política, infere-se que o Plano não avança ao relacionar essas metas e diretrizes ao saneamento rural. A intrínseca relação das mulheres com o ambiente em que vivem ou, ainda, as ações desempenhadas por elas capazes de promoverem um maior nível de preservação e sustentabilidade, são apontados no PNPM, o que já é fruto da participação das mulheres e de movimentos sociais dos povos do campo da floresta e das águas nas Conferências de Políticas para as Mulheres. Contudo, as necessidades salientadas pelas mulheres rurais nas CNPM's ainda não são representativas no que tange ao saneamento, e mesmo se apontadas, ainda não são contempladas de forma direta no Plano.

A Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo e da Floresta avança ao considerar a questão do saneamento e, sobretudo, ao entender que o rural brasileiro possui muitas especificidades que merecem a devida atenção, dentre elas as que permeiam as relações de gênero. Contudo, não é estabelecida uma correlação entre os serviços de saneamento e as questões de gênero. Embora a provisão dos serviços de saneamento seja considerada essencial na Política, não foi mencionado qualquer aspecto que remeta à quem são os maiores impactados pela ausência ou precariedade do serviço, quem são, na maioria das vezes, os responsáveis pela coleta de água ou qualquer outro aspecto que remeta à participação das mulheres rurais nos serviços de saneamento. Dessa forma, confirma-se a hipótese H.1.1 deste trabalho de que as políticas públicas voltadas ao rural contemplam de forma incipiente as relações de gênero e o saneamento.

Infere-se que, novos caminhos que estabeleçam conexão entre os marcos legais de saneamento e as relações de gênero precisem ser trilhados. A igualdade de gêneros faz parte de um contexto muito mais amplo onde outros setores precisam ser mobilizados. Para a evolução destas políticas é preciso ainda que os formuladores de políticas públicas estejam sensíveis às questões de gênero e saneamento. Para isso é necessária uma ampla divulgação do assunto e dos seus possíveis desdobramentos embasados em estudos científicos que formalizem questões já bem conhecidas pelos habitantes de áreas rurais brasileiras.

Em relação à pesquisa qualitativa desenvolvida nas três comunidades rurais visitadas: Assentamento Pontal do Buriti em Goiás e Comunidades Nova Esperança e Barreiro Amarelo na Bahia, confirmou-se as duas hipóteses referentes ao segundo objetivo específico desta dissertação: H.2.1 – As mulheres são as principais responsáveis pela coleta e gestão da água e pela destinação dos resíduos sólidos no âmbito do domicílio; e H.2.2 – As mulheres são mais impactadas que os homens perante soluções sanitárias ausentes ou precárias.

Devido à divisão e organização social do trabalho nas áreas rurais, às mulheres cabe a coleta da água quando esta não se encontra disponível na residência ou não pode ser acessada seguindo as premissas de quantidade suficiente e, ou, potabilidade. Após a coleta da água e todas as suas implicações no cotidiano vivido pelas mulheres, ainda cabe a elas a destinação do recurso hídrico no domicílio, inclusive o tratamento, quando entendido como necessário. Em decorrência desse contexto, o cansaço, as dores no corpo e o tempo destinado às referidas atividades são relatados na maior parte das entrevistas. A ausência dos serviços de saneamento, nas localidades estudadas, não chega a impedir a dedicação das mulheres a

atividades econômicas ou ao estudo. Contudo, o cansaço foi um fator identificado como limitante de outras atividades como, por exemplo, a lida das mulheres na roça. Embora elas nem sempre deixem de exercer alguma atividade, foi observado que o elevado nível de cansaço pela jornada múltipla impacta física e mentalmente a saúde das mulheres.

Quanto a quem se considera mais afetado por soluções sanitárias ausentes ou precárias, foi unânime a alusão às mulheres, seja pelo fato delas ficarem mais em casa e terem que lidar com a água, seja por não terem banheiro na residência e terem que usar o mato. O medo e o desconforto foram pontos bem marcados nas entrevistas.

Em relação aos resíduos sólidos, cabe a elas o seu recolhimento no nível domiciliar. A destinação final dos resíduos sólidos, em geral, queimados ou enterrados, é revezada entre homens e mulheres. Contudo, a maior parte dos entrevistados revelou que esta atividade ainda fica a cargo das mulheres.

Percebe-se que diante dos achados, a hipótese H.3 também pode ser confirmada: A inclusão das relações de gênero nas Políticas públicas de saneamento rural pode promover ações mais duradouras e sustentáveis, contribuindo para o aumento da qualidade de vida das mulheres de áreas rurais. Notou-se que há campo para a inclusão de uma política pública de saneamento que tenha diretrizes específicas de gênero e, sobretudo, que é vista como necessária para alguns entrevistados. Uma política voltada para as mulheres poderia, além de tornar visível e reconhecida a função por elas desempenhada, empoderá-las e elevar o nível de participação das mulheres para além da esfera domiciliar.

Diante dos resultados que este trabalho alcançou, foram percebidos alguns assuntos cuja investigação se faz necessária e, portanto, são recomendações desta dissertação: 1- Estudar como a ratificação do Brasil ao Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário tem contribuído para uma maior discussão acerca da perspectiva gênero e saneamento e a sua possível inclusão em uma política pública de saneamento brasileira; 2- Estudar as relações de gênero e saneamento em mais comunidades rurais brasileiras, contemplando outros biomas, regiões e tipologias de rural como quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e indígenas; 3- Investigar em que medida uma política pública de saneamento rural sensível às questões de gênero poderia trazer melhorias para a qualidade de vida das mulheres e meninas dessas áreas.

Recomenda-se ainda, a realização de estudos que busquem averiguar mais profundamente o vínculo que os homens têm em relação ao saneamento e como e de que forma os tipos de

soluções sanitárias impactam a vida deles. Há que se sublinhar que embora esta dissertação tenha trabalhado o aspecto gênero sobre o enfoque de homens e, especialmente das mulheres, é notável a necessidade de estudos que busquem abordar aspectos relacionados ao saneamento para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais e pessoas não binárias.

## 7 REFERÊNCIAS

AITH, F. M. A.; ROTHBARTH, R. O estatuto jurídico das águas no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 163-177, ago. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142015000200163&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000200163&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 09 julho de 2016.

BANDEIRA, L. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In.: *Unidad Mujer y Desarrollo*. Projecto “Governabilidade democrática e igualdade de gênero”, p. 43 – 77, Santiago de Chile, junho, 2005.

BANDEIRA, L.; MELO, H. P. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. In.: *Unidad Mujer y Desarrollo*. Projecto “Governabilidade democrática e igualdade de gênero”, p. 9 - 43, Santiago de Chile, junho, 2005.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Vozes, Ed. 6, Petrópolis, RJ, 2007.

BAUER, M.; G. GASKELL; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Ed). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático*. Petrópolis, R.J. Editora Vozes, p. 17-37, 2002.

BENNETT, V; RICO, M. N.; POBLETE, S. V. Water and gender: the unexpected connection that really matters. *Journal of international affairs*, Spring/Summer, vol 61, nº 2, 2008.

BRAADBAART, O. A transferência norte-sul do paradigma da água canalizada. O papel do setor público nos serviços de água e esgotos. In: HELLER, L.; CASTRO, J.E. *Política pública e gestão de serviços de saneamento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. P. 116-134.

BRANCO, A.; SUASSUNA, J.; PICCHIONI, S.. A importância de gênero no contexto da captação da água de chuva: uma breve reflexão. Paper apresentado no “4º Simpósio de Captação e Manejo de Água de Chuva: uma proposta sustentável para o combate à fome e para a melhoria da qualidade de vida”. Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água de Chuva. Juazeiro, Bahia, 2003.

BRANCO, A. A mulher no semi-árido: condições de vida, vulnerabilidades, lutas e conquistas. *Fundação Nabuco/Instituto de Pesquisas Sociais, Trabalhos para discussão*, 1999.

BRASIL. AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Centro de Documentação e Infonnação Coordenação de Publicações. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>. Acessado em 22 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - Resolução 196/1996.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 8.030, de 20 de Junho de 2013. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e remaneja cargos em comissão. 2013.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 8.202, de 6 de março de 2014. Altera o Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: 11 nov. 2010b.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 7.353, DE 29 DE AGOSTO DE 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Brasília, 1985.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 37, de 8 de maio de 2002. Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed.; 1. reimp. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013.48 p..

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB / Ministério das Cidades. Brasília, maio, 2013. 172p. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab\\_Versao\\_Consehos\\_Nacionais\\_020520131.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab_Versao_Consehos_Nacionais_020520131.pdf)>. Acesso em: 26/08/2015.

BREWSTER, M. M.; HERRMANN, T. M.; BLEISCH, B.; PEARL, R.. A Gender Perspective on Water Resources and Sanitation. *Wagadu*, Vol. 3, Spring, 2006.

BROWN, C.; NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. The human right to water and sanitation: a new perspective for public policies. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (3) :661-670, 2016.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; UNBEHAUM, S.. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In.:BARSTED, L. L.; PITANGUY, J., Orgs. *O Progresso das mulheres no Brasil*. Vol 1. 296p. PDF. Brasília, 2006.

BUTTO, A.. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In.: *Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. BUTTO, A.; DANTAS, I. (Orgs). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 192p., 2011.

CAMPOS, A.. A água, Gênero e Desenvolvimento. *7º Congresso de estudos africanos*. Lisboa, 2010.

- CANAVATE, D. L. Guía para la investigación cualitativa de género. ISBN: 978-958-46-7501-9. 105 p.. Colombia, 2015.
- CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.
- CAP-NET, GWA 2006. Why Gender Matters: a tutorial for water managers. Multimedia CD and booklet. CAP-NET *International network for Capacity Building in Integrated Water Resources Management*, Delft. 2006.
- CARNEIRO, M. J.. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2, junho 1994: 11-22.
- CARUSO, B.; SEVILIMEDU, B; *et al.* Gender disparities in water, sanitation, and global health. The Lancet: Water: sustaining the reservoir. *The Lancet*, Volume 385, p. 1046. March 2015.
- CASTRO, C. M.; PEIXOTO, M.N.O.; PIRES DO RIO, G.A. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. Anuário do Instituto de Geociências: UFRJ. V. 28 (2), 2005. P. 11-30.
- CASTRO, J. E. Políticas públicas de saneamento e condicionantes sistêmicos. In: HELLER, L.; CASTRO, J.E. *Política pública e gestão de serviços de saneamento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. P. 53-75.
- CAVALCANTI, E. R. Desertificação e sustentabilidade no semi-árido nordestino. In: LIMA, J. C. da R. (org.). *Ciência no Nordeste: desafios e possibilidades*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, p. 93-1 03, 2003,
- CHIFAMBA, E. Mainstreaming gender in pursuit of Minenium Development Goals in water resource governance in Buhera, Zimbabwe. *International Journal of Social Sciences and Manegment..* 2014.
- CORBIN, J.; STRAUSS, A. Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. *Qualitative Sociology*, Vol. 13, No. t, 1990.
- COSTA, S.S.; RIBEIRO, W.A. Dos porões à luz do dia. Um itinerário dos aspectos jurídico-institucionais do saneamento básico no Brasil Experiência brasileira no plano legal. In: HELLER, L.; CASTRO, J.E. *Política pública e gestão de serviços de saneamento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. P.467-482.
- CUTTER, S. L. The vulnerability of science and the science of vulnerability. *Annals of the Association of American Geographers*, v.93, n.1, p.1-12, 2003.
- DANKELMAN, I; DAVIDSON, J. Women and environmentin the third world. Londres, Earthscan. 1988.
- DE BRITO, D. God Is My Alarm Clock: A Brazilian Waste Picker's Story. *WIEGO Workers Lives*. Nº. 1. 2012.
- DIAS, S. Integração de Trabalhadores Informais na Coleta Seletiva de Recicláveis: o Caso de Belo Horizonte, Brasil. *Resumos de Políticas da WIEGO (Políticas Urbanas)*. Nº. 4. 2011.
- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

FERNÁNDEZ, L. P. A. Género em el sector agua y saneamiento de la Región Andina: halazgos, recomendaciones y propuesta estratégica. *Programa del agua y saneamiento*. Janeiro, 2002.

FISHER, J. Women in water supply, sanitation and hygiene programmes. *Proceedings of the ICE: Municipal Engineer*, 161 (4), p. 223 -229. 2008.

FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 405 p., 2011.

\_\_\_\_\_. Entrando no campo. In: Uma introdução à Pesquisa Qualitativa. São Paulo: Bookman, p. 69-75, 2004.

FUNASA, 2016. Programa Nacional de Saneamento Rural – PNSR. Site institucional. Disponível em: < <http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/saneamento-rural/29570-2/> >. Acessado em: 04/10/2016.

\_\_\_\_\_. Termo de Execução Descentralizada Nº 01, 13 de fevereiro de 2015. Processo nº: 25100.018.635/2014-70. Versão atualizada com alterações aprovadas nos 1º e 2º termos aditivos. Brasília, 2015.

FURTADO, C.A. Estudo Diagnóstico Sobre a Dimensão Género na Gestão Integrada dos Recursos Hídricos em Cabo Verde; *Mimeo*: Praia, Cabo Verde, 2008.

G. GASKELL. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Ed). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático*. Petrópolis, R.J. Editora Vozes, p. 17-37, 2002.

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLASER, B. G. Emergence vs Forcing: Basics of Grounded Theory Analysis. Sociology Press, Mill Valley, California, 1992.

GLASER, B.; HOLTON, J. Remodeling Grounded Theory, *The Grounded Theory Review*, 4, 1, 2004.

GÓMEZ, M.; WINKLER, I. Gender Equality, Water Governance and Food Security with a Focus on the Near East and North Africa (NENA). *Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights*. Julho de 2015. Disponível em: <<http://globalinitiative-escri.org/wp-content/uploads/2016/09/150731-FAO-Paper-on-Gender-Equality-Water-Governance-and-Food-Security-final-as-sent.docx>>. Acessado em : 19/12/2016.

HELLER, L. Relationship between health and environmental sanitation in view of the development. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 3, n. 2, p. 73-84, 1998.

\_\_\_\_\_. Saneamento e Saúde. Brasília:OPAS/OMS – Representação do Brasil, 1997.

HELLER, L.; BRAGA, R.; RODRIGUES, L.; LISBOA, S. Planejamento em saneamento básico. In: Heller, L. *Saneamento básico, saúde ambiental e políticas públicas. Novos paradigmas para a América Latina e Caribe*. Washington DC: Pan-American Health Organization. 2012.

HELLER, L.; CASSEB, M. M. S. Abastecimento de água. In: BARROS, R.T.V.; CHERNICHARO, C.A.L.; HELLER, L. & VON SPERLING, M. *Manual de Saneamento e*

*Proteção Ambiental para os Municípios*, vol. 5: Saneamento. Belo Horizonte: DESA/UFMG, p. 63-111, 2007

HELLER, L.; REZENDE, S. C.; CORDEIRO, B. S.; BRITTO, A. L.. Políticas públicas de saneamento básico no Brasil: tensões entre o legado conservador e o avanço progressista. In: Menicucci, T.; Gontijo, J.G.L. (Org.). *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. 1ªed.Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016, v. , p. 299-321.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA*. Ano 9, nº8. 28p. Presidente Prudente, Janeiro/Junho de 2006.

HIRVE, S.; PALLAVI, L.; SUNDARAM, N.; et al. Psychosocial stress associated with sanitation practices: Experiences of women in a rural community in India. *Journal of Water, Sanitation and Hygiene for Development*, p.115-126. March 2015.

HORA, K.; SCALIZE, P.; FURTADO, C.; FERNANDES, L. Gênero e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Saneamento: aproximações da realidade caboverdiana e brasileira. *Revista Monografias Ambientais- REMOA*, v. 14, nº1, janeiro-abril, p.166-175. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

HORA, K; BUTTO, A. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In.: *Mulheres rurais e autonomia : formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania / Andréa Butto, Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre, orgs. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p*

HULLAND, K. R. S.; CHASE, R. P.; CARUSO, B. A.; SWAIN, R.; BISWAL, B.; SAHOO, K. C.; et al.. Sanitation, Stress, and Life Stage: A Systematic Data Collection Study among Women in Odisha, India. *PLoS ONE*. 2015.

HUNTER, P., MacDONALD, A.M., CARTER, R.C. Water supply and health. *PLoS Medicine*. vol. 7, n. 11,p. 1-9, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados agregados. Sistema IBGE de Recuperação automática – SIDRA. Censo 2010. Rio de Janeiro, 2011.

JASPER, C., LE, T. ; BARTRAM, J. Water and sanitation in schools: a systematic review of the health and educational outcomes. *Int. J. Environ. Res. Public Health*. Ed. 9, p. 2772-2787. 2012.

JULIO, G.. O papel do gênero na água e no saneamento: uma questão moçambicana. Pambazuka News. Edição 4. *Saneamento e Gênero*, 2008.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 21, n. 3, p. 379–408, 2004.

KANSAL, S. ; SINGH, S. ; KUMAR, A. Menstrual Hygiene Practices in Context of Schooling: A Community Study Among Rural Adolescent Girls in Varanasi. *Indian Journal of Community Medicine : Official Publication of Indian Association of Preventive & Social Medicine*. Ed. 41.1, p. 39–44. PMC. 2016.

KEVANY, K.; HUISINGHB, D. A review of progress in empowerment of women in rural water management decision-making processes. *Journal of Cleaner Production*, vol. 60, p. 53-64. 2013.

KWIRINGIRA, J. *et al.*. Gender variations in access, choice to use and cleaning of shared latrines; experiences from Kampala Slums, Uganda. *BMC Public Health*, v. 14, n. 1, p. 1, 2014.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: Mulheres protagonistas no meio rural. *Estudos Feministas*, nº16/3, setembro-dezembro, 2010.

MAGALHÃES, L.; BARBOSA, P.; OLIVEIRA, L. Saneamento Ambiental em Áreas Rurais: novas propostas de organização da sociedade. *Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – ENG/2010*. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Porto Alegre. 2010.

MARA, D.; LANE, J.; SCOTT, B.; TROUBA, D. Sanitation and health. *PLOS Medicine*, vol 7, ed. 11, novembro, 2010.

MARANDOLA JUNIOR, E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.161-181, jul. 2009.

MARQUES, E. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, E.; FARIA C. A. P. A política pública como campo multidisciplinar. (org.). São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MELLOR, M. Feminismo y ecología. Siglo XX editores. Ed. em espanhol nº 1. México. 2000.

MELO, L. A. A exclusão de gênero no Programa Brasileiro de Combate aos Efeitos da Seca. *Revista de Ciência e Trópico*. Recife: *Fundação Joaquim Nabuco*. Volume 30, número 1 jan/jun 2002.

\_\_\_\_\_. Relações de Gênero na Agricultura Familiar: O Caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira-Pe. Recife, 2003. Tese de Doutorado em Sociologia, UFPE.

\_\_\_\_\_. A mulher agricultora: Relação íntima com a água. *Fazendo gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos*. 2010.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Construção dos instrumentos e exploração de campo. In: Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; 2006. p. 189-199.

\_\_\_\_\_. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed., São Paulo: Editora Hucitec, 2010. 269 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 3.071, de 27 de dezembro de 2012. Redefine a composição e as atribuições do Grupo da Terra no âmbito do Ministério da Saúde. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3071\\_27\\_12\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3071_27_12_2012.html)>. Acessado em: 10/02/2017.

MOURA, D; GEHLEN, V.; FERNANDES, P. A mulher e a seca no semiárido pernambucano. *XII Encontro Nacional da ABEP. XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais Brasil 500 anos: mudanças e continuidades*. Caxambu, Minas Gerais, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Relator Especial sobre o direito humano à água potável segura e ao esgotamento sanitário. Conselho de Direitos Humanos. Trigésima Terceira sessão.

Item 3 da Agenda: Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento. Julho, 2016.

\_\_\_\_\_. O Direito Humano à Água e ao Saneamento. Programa da Década da Água da ONU-Água sobre Advocacia e Comunicação (UNW-DPAC). [http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human\\_right\\_to\\_water\\_and\\_sanitation\\_milestones\\_por.pdf](http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_milestones_por.pdf). 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre a Água. (Mar del Plata, 14-25 de março de 1977). Cap. I. Resolução II.

\_\_\_\_\_. The Dublin statement on water and sustainable development. 1992. Disponível em: <http://www.wmo.int/pages/prog/hwrrp/documents/english/icwedece.html>.

\_\_\_\_\_. Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf>. 2002.

OLIVEIRA, H. M. C. Relações de gênero e poder no cotidiano das mulheres assentadas no Cabo de Santo Agostinho (PE). Tese. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Sociologia, 2010.

ONU MULHERES. Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social – Brasília: ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2016.

ONU. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Capítulo 18: Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos. 1992.

PARADA, E. L. Política y políticas públicas. IN. Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v

PARIA, B.; BHATTACHARYYA, A.; DAS, S. A Comparative Study on Menstrual Hygiene Among Urban and Rural Adolescent Girls of West Bengal. *Journal of Family Medicine and Primary Care*, 3(4), p. 413–417. 2014.

PIMENTA, F. F.. Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). Tese. UNB. Brasília, 2010.

PONTES, E. T. A Estreita Relação entre Mulher e Água no Semiárido: o Caso do Programa um Milhão de Cisternas Rurais. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 14-21, jan. / jul. 2013.

REDDY, B. ; SNEHALATHA, M. Sanitation and Personal Hygiene: What Does It Mean to Poor and Vulnerable Women? *Indian Journal of Gender Studies*. Vol. 18, N°3, p. 381-404. 2011.

REZENDE, S. C., HELLER, L. O saneamento no Brasil: políticas e interfaces. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 310p.

RIBEIRO, W.C. Geografia política da água. São Paulo: annablume, 2008.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Água , população rural e políticas de gestão : o caso do vale do Jequitinhonha , Minas Gerais. *Ambiente & Sociedade*, v. VI, n. n° 1, p. 129–146, 2003.

- RICO, M. N. Women in related processes in Latin America: Current situation and research and policy proposals. *Water resources development*, vol 14, nº 4, p. 461-471, 1998.
- ROCHA, D; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *ALEA* vol 7 jul-dez 2005, p. 305-322.
- SAHOO, K. C.; HULLAND, K. R; CARUSO, A.; *et al.* Sanitation-related psychosocial stress: A grounded theory study of women across the life-course in Odisha, India. *Social Science & Medicine. Elsevier.* August 2015.
- SALES, C. M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2): 437-443, maio-agosto/2007
- SARMENTO, V. B. A.; XAVIER, F. F.; ANDRADE, A. C. de. Estudo dos aspectos físicos e sociais relacionados a saneamento ambiental na comunidade Ilha de Deus, Imbiribeira, Recife-pe. *IV Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica.* Belém- PA. 2009.
- SEAGER, J. Earth follies: Feminism, politics and the environment. Londres, Earthscan. 1993.
- SHONSEY, C., GIERKE, J., Quantifying available water supply in rural Mali based on data collected by and from women, *Journal of Cleaner Production.* 2012.
- SILVA, C. C. de L.; JUSTO, W. R. Determinantes da mortalidade infantil no ceará no período 1991-2000: uma abordagem em dados em painel. p. 131 -161. In.: CARVALHO, E. B. S. (org.). *Economia do Ceará em Debate, IPECE. Fortaleza.* 2009. 281p.
- SIMIYU, S. Determinants of usage of communal sanitation facilities in informal settlements of Kisumu, Kenya. *Environment & urbanization.* Vol 28, Nº 1, April 2016.
- SMITH, K. Environmental hazards: assessing risk and reducing disaster. 3a. ed. London: Routledge, 2001. 392p.
- SMITH, S. E.; MARÍN, L. E.. Water and the rural poor in Latin America: The case of Tlamacazapa, Guerrero, Mexico. *Hydrogeol*, p. 346–349, 2005.
- STEVENSON, E.G.J.; GREENE, L. E.; KENNETH C. M.; AMBELU, A.; TESFAYE, Y. A.; RHEINGANS, R.; HADLEY, C. Water insecurity in 3 dimensions: An anthropological perspective on water and women's psychosocial distress in Ethiopia. *Social Science & Medicine.* 2012.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. Grounded Theory Methodology.
- TILLEY, E., Bieri, S. & Kohler, P. Sanitation in developing countries: a review through a gender lens. *Journal of Water Sanitation and Hygiene Development.* Ed. 3, p. 298–314. 2013
- UNITED NATIONS. Resolution 64/292. The human right to water and sanitation. Resolution adopted by the General Assembly on 28 July 2010.
- UPADHYAY, B. Gender roles and multiple uses of water in North Gujarat. Working Paper 70. Colombo, Sri Lanka: *International Water Management Institute (IWMI)*, 2004.
- VARGAS, É V. Água e relações internacionais. *Rev. bras. polít. int. [online].* 2000, vol.43, n.1, pp.178-182. ISSN 1983-3121. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000100010>.

VON SPERLING, M.; COSTA da, Â. M. L. M.; CASTRO, A. A. Esgotos Sanitários. In: BARROS, R.T.V.; CHERNICHARO, C.A.L.; HELLER, L. & VON SPERLING, M. *Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios*. Vol.2, Ed.5: Saneamento. Belo Horizonte: DESA/UFMG. Cap. 5. 2007b. p. 113 a 156.

WALBY, S. Gender Mainstreaming. Productive Tensions in Theory and Practice. *Contribution to ESCR Gender Mainstreaming Seminars*. 2003. Disponível em: <<http://www.leeds.ac.uk/sociology/people/swdocs/Gender%20Mainstreaming%20Overview.pdf>>. Acesso em : 10 oct. 2008.

WEBER, R. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. *DADOS-Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 63-83, 1996.

WUTICH, A. Intrahousehold Disparities in Women and Men's Experiences of Water Insecurity and Emotional Distress in Urban Bolivia. *Medical Anthropology Quarterly*, Vol. 23, Issue 4, pp. 436–454. 2009.

## **8 ANEXO**

**ANEXO A**

***Carta de aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG aprovado em janeiro de 2016.***



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Projeto: CAAE – 49966015.5.0000.5149

Interessado(a): **Profa. Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima**  
Departamento de Engenharia Sanitária e  
Ambiental  
Escola de Engenharia- UFMG

#### DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 15 de janeiro de 2016, o projeto de pesquisa intitulado "**Práticas, potenciais e responsabilidades em saneamento: um estudo de percepções em diferentes realidades rurais do Brasil**" bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto através da Plataforma Brasil.

Prof. Dra. Telma Campos Medeiros Lorentz  
Coordenadora do COEP-UFMG

## **9 APÊNDICES**



**APÊNDICE A**  
***Roteiro de entrevista completo***

## **A - QUEBRA-GELO**

1. Conte-nos um pouco da sua história nessa comunidade.
2. Há quantos anos essa comunidade existe?
3. Você sabe quantas pessoas residem aqui?
4. Há quanto tempo você mora aqui?
5. Quantas pessoas moram nessa casa?

## **B - QUESTÕES INICIAIS**

### ***Saúde e Saneamento***

1. **Quais são os serviços de saúde que atendem à comunidade?**

Objetivo: Identificar serviços aos quais a comunidade tem acesso e que têm algum papel de apoio.

2. **Existem agentes comunitários de saúde na comunidade? Que atividades de apoio à comunidade esses agentes desenvolvem?**

Objetivo: Identificar atores que exercem papel de apoio à comunidade.

3. **Você considera que existem fatores de risco à saúde dos moradores e à saúde do ambiente nessa comunidade? Quais seriam?**

Objetivo: Identificar problemas existentes na comunidade; identificar questões relacionadas ao saneamento.

### ***Comunidades em que há agricultura***

1. **A agricultura é fonte de renda da família? Se sim, que tipo de agricultura é praticada (forma de produção: larga, média ou pequena escala).**

Objetivo: Identificar as comunidades praticantes de agricultura familiar. Caracterizar a agricultura segundo a forma de produção.

2. **Utiliza defensivos agrícolas? Se sim, investigar os possíveis riscos de contaminação da água/de cursos d'água. Se não, investigar a forma de manejo encontrada para não utilização das substâncias.**

Objetivo: Evidenciar as práticas agroecológicas e o saneamento ambiental.

3. **Como as pessoas da casa envolvidas na agricultura fazem xixi e cocô e bebem água quando estão no local de trabalho (hortas, cultivo, campos, quintais)?**

Objetivo: identificar possível necessidade de estruturas sanitárias simplificadas nos locais de trabalho dos agricultores.

## **C - ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

### ***INFRAESTRUTURA EXISTENTE - caracterização das tecnologias existentes, operação dos sistemas e principais soluções individuais***

1. **Quais fontes de água são utilizadas pela sua família? Onde se localizam?**

Objetivo: Identificar as fontes de água e sua distribuição espacial.

2. **Vocês utilizam essa água para quê?** (diferenciar usos: beber, dessedentar criação, irrigação, cultivo, banheiro, limpeza doméstica).

Objetivo: Identificar os diferentes usos da água.

3. **Vocês já tiveram que buscar água para usar em casa, para cozinhar, beber ou tomar banho?** (Em caso afirmativo, explorar: motivo, frequência, tipos de transporte, a pessoa responsável, os riscos envolvidos nessa atividade, a distância percorrida ou o tempo gasto)

Objetivo: Identificar inexistência de acesso à água no domicílio e aspectos relacionados ao deslocamento para obtenção de água.

4. **É a fonte mais próxima da sua casa?** (Se for água trazida por membro da família, questionar o porquê de coletar água em fonte que não seja a mais próxima).

Objetivo: Identificar a percepção sobre a qualidade da água ou riscos relacionados; identificar o motivo de se optar por uma fonte ou outra.

5. **NO CASO DE HAVER SISTEMA DE ABASTECIMENTO: Como a água utilizada chega até a sua casa?** (Buscar detalhes sobre a captação, se existe elevatória de água e adutora).

Objetivo: Identificar as características estruturais e operacionais do sistema de abastecimento de água; os detalhes do sistema de transporte da água, da captação até as residências.

#### ***OPERAÇÃO - caracterização da operação rotineira dos sistemas e soluções individuais***

6. **Quem é o responsável pelo funcionamento do sistema e, ou, de soluções individuais de abastecimento de água?**

Objetivo: Identificar quem é a pessoa responsável pelo sistema coletivo. Em caso de um sistema individual, qual pessoa da família realiza essa tarefa. Atentar também para a questão de gênero.

7. **Como é a atuação desta pessoa no abastecimento de água?** (operação e manutenção do sistema, tratamento e armazenamento da água).

Objetivo: Identificar todas as tarefas realizadas pela pessoa. Identificar se a pessoa atua sozinho na realização das tarefas ou se existe mais pessoas que o auxiliam nas tarefas. Qual é a assiduidade/responsabilidade, com as tarefas.

8. **A água que você utiliza em seu domicílio passa por algum tipo de tratamento antes de ser consumida? Se sim, porque isso é necessário? Qual é o tipo de tratamento?** (Verificar se há tratamento de água domiciliar – filtros caseiros, ferver água, desinfecção solar em garrafa PET, adição de hipoclorito de sódio, etc)

Objetivo: Identificar a percepção da comunidade em relação à importância da qualidade da água para consumo, se este ato é feito com o objetivo de evitar doenças. Identificar qual tratamento a pessoa considera como efetivo para o motivo apontado.

9. **Há falta de água no dia a dia da sua comunidade em alguma época do ano?** (motivos, atividades atingidas pela falta de água, frequência, duração, providências)

Objetivo: Identificar se existe falta de água devido a problemas no sistema (falta de energia, operação inadequada, falta de manutenção). Identificar se há escassez de água, se há sazonalidade, se a água disponível está em quantidade suficiente. Identificar as alternativas adotadas em situação de escassez e a organização dos moradores para solucionar o problema.

#### ***GESTÃO - identificação do envolvimento individual com a gestão e se há conhecimento acerca da atuação de terceiros na gestão dos sistemas e, ou, das soluções individuais.***

10. **Você saberia dizer quais as dificuldades encontradas na rotina do sistema de abastecimento de água ou solução?**

Objetivo: Identificar e compreender as dificuldades para gerir sistemas ou soluções.

11. **Para você, os membros (ou algum membro) da comunidade estariam dispostos a assumir algum papel no abastecimento de água? Em qual função?** (operação, manutenção, distribuição)

Objetivo: Identificar a disposição em assumir a gestão do sistema, em que tipo de funções, e disposição de pagar alguma pessoa para realizar os serviços de abastecimento.

**12. Existem perdas de água na comunidade?** (explorar a existência de vazamentos e o desperdício de água)

Objetivos: Identificar se existem problemas relacionados ao sistema (falta de manutenção, operação inadequada) ou à solução; se existe desperdício.

**13. São tomadas providências para combater ao desperdício? Fale a respeito.**

***INFRAESTRUTURA ANTERIOR - caracterização das tecnologias utilizadas anteriormente ao sistema atual***

**14. Como era o abastecimento de água utilizado pela família antes do atual? Foi desativado?**

Objetivo: Identificar a evolução da forma de abastecimento, atentando para qual foi a mudança realizada, quais técnicas foram alteradas/incorporadas. Identificar quando ocorreu a mudança e o que aconteceu com o sistema/solução anterior - no caso de mudança -, e se ainda opera em situações de necessidade ou para outro fim.

**15. Em caso de mudança do tipo de tecnologia, qual foi o motivo?** (imposição do Estado ou órgãos financiadores, tecnologia disponível na região, qualidade da água, comodidade, custo, etc)

Objetivo: Identificar o que levou as pessoas a mudarem a forma de abastecimento, as características do novo sistema/solução que o tornaram mais interessante/viável (pode ser: qualidade final da água, intervenção de algum órgão na comunidade, disponibilidade na região de uma nova tecnologia, comodidade do novo sistema, custo, etc).

***PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA E SOBRE A EFETIVIDADE E EFICIÊNCIA DO SISTEMA E, OU, SOLUÇÃO INDIVIDUAL***

**16. Você acha que a água utilizada por você para beber, cozinhar e para outros usos domésticos é boa?** (verificar aspectos de cor, odor, gosto, quantidade, o que é levado em consideração para a decisão de se utilizar aquela água e se a água atende as necessidades básicas do domicílio).

Objetivo: Identificar a percepção da pessoa quanto à qualidade da água e suas preferências de consumo, o que ela leva em consideração para essa decisão, se a água atende às suas necessidades básicas.

**17. Existem diferentes formas de armazenamento de água para diferentes usos em seu domicílio** (hierarquização dos usos conforme a qualidade da água)?

Objetivo: Identificar a forma e o local do armazenamento da água. Identificar se existe armazenamento da água distinto para os diferentes usos (cozinhar, beber, limpar casa). Identificar o armazenamento de água com diferentes qualidades para diferentes usos (hierarquização realizada para as águas disponíveis no local).

**18. Você e as pessoas de sua família estão satisfeitos com o sistema de abastecimento de água e, ou, solução individual, que utilizam?** (Se sim, porque? Se não, como deveria ser?)

Objetivo: Identificar o grau de satisfação das pessoas em relação ao sistema de abastecimento. Identificar quais motivos/parâmetros levam a pessoa a considerar o sistema bom ou o que ela considera que o sistema deva conter para se tornar melhor/ideal.

***DISPOSIÇÃO EM PAGAR PELA ÁGUA – Verificação da existência de pagamento, percepção acerca da magnitude do valor cobrado e disposição em pagar (ou pagar mais) pelo acesso à água potável.***

### 19. Vocês têm que pagar pela água que vocês utilizam? Se sim, desde quando?

Objetivo: Identificar se existem custos para a obtenção de água. Identificar o contexto histórico do abastecimento de água em relação a custos.

### 20. Há pagamento pela energia elétrica utilizada para o fornecimento de água? (exemplo: energia elétrica usada para o funcionamento de bombas)

Objetivo: Em casos em que não há pagamento direto pela água, se a pessoa paga pela energia elétrica gasta no funcionamento do sistema (no caso de haver sistema de abastecimento) ou se não sabe que está pagando pela água quando paga pela energia elétrica utilizada para o funcionamento do sistema.

### 21. Você considera alto o valor cobrado pela água dentro do seu orçamento? Se sim, porque?

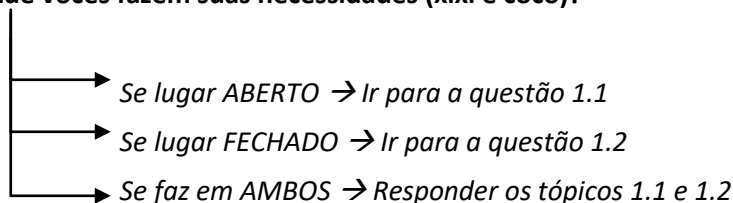
Objetivo: Identificar a percepção das pessoas sobre o impacto do valor pago pela água em relação a sua situação financeira, e se considera o valor justo. Identificar se a comunidade tem condições econômicas de sustentar o abastecimento de água ou se é necessário auxílio de alguma instituição para manter o sistema.

### 22. Você estaria disposto a pagar (ou pagar mais) pela água potável? Se sim, porque?

## D - ESGOTAMENTO SANITÁRIO

### INFRAESTRUTURA, GESTÃO, OPERAÇÃO E HÁBITOS SANITÁRIOS

#### 1. Onde vocês fazem suas necessidades (xixi e cocô)?



Objetivo: Identificar, primariamente, o tipo da solução sanitária adotada, para que as perguntas posteriores possam ser adequadas.

Observação: Nessa questão o entrevistador poderá se deparar com, geralmente, três tipos de resposta:

- Locais abertos (defecção à céu aberto);
- Locais fechados (banheiros ou “casinhas”);
- Ambos (parte da família faz em lugar aberto, outra parte em local fechado).

O tipo de local requererá diferentes tipos de perguntas

#### 1.1. LOCAL ABERTO: (mato, córrego, ribeirão etc)

##### Localização

- a) **Há algum local específico em que costuma ir? Onde? Porque este local?** (Verificar: se for em manancial, perguntar em qual ponto específico e observar se este ponto está à montante ou à jusante da fonte de captação de água; se for no mato/solo, perguntar se recobre as fezes com solo ou se abre algum buraco para este fim).

Objetivo: Identificar o local exato onde a família, ou parte dela, faz suas necessidades, com a finalidade de entender se o grupo tem noção de possível contaminação ambiental e proliferação de doenças com essa prática, e identificar qual técnica utilizada.

##### Gênero

**b) Essa prática (cagar no mato) causa ou já causou algum desconforto ou impedimento de uso à algum membro da família ou da comunidade (ataque por animais ou violência), em algum período do dia (especificar uso por homens, mulheres e crianças)?**

Objetivo: Entender as questões de gênero, as preferências, incômodos e medos inerentes a cada membro da família.

Observação: Geralmente no período da noite, por ser escuro e a possível presença de animais perigosos, pode-se observar que alguns membros da família não se sentem à vontade para fazer suas necessidades.

Hábitos/ práticas

**c) Você possui banheiro em casa ou na comunidade? (Verificar: se em caso positivo, o porquê de preferir a defecação à céu aberto, em detrimento do banheiro).**

Objetivo: Saber se a família, ou parte dela, opta pela defecação a céu aberto mesmo possuindo banheiro em casa ou na comunidade. Entender o motivo pelo qual esse grupo continua a escolher tal prática.

Observação: Nessa etapa da conversa é importante ser o mais natural possível, para que a pessoa não se sinta vexada em explicar o porquê prefere defecar no mato.

**d) Todos da casa também fazem assim? E na comunidade?**

Objetivo: Entender se a prática de defecação a céu aberto é individual ou coletiva. Se coletiva tentar entender as “regras” estabelecidas pela comunidade.

Observação: Por regras entendem-se os protocolos sociais não escritos.

1.2. LOCAL FECHADO: (banheiro, “casinha” etc)

Localização

**a) Este local (banheiro, “casinha” etc) fica dentro ou fora de casa?**

Objetivo: Identificar se a solução adotada é um banheiro ou uma “casinha” (fossa seca).

Gênero

**b) (FAZER ESSA QUESTÃO APENAS SE BANHEIRO FORA DE CASA)**

**Isso causa ou já causou algum desconforto ou impedimento de uso à algum membro da família ou da comunidade, em algum período do dia (especificar uso por homens, mulheres e crianças)?**

Objetivo: Entender as questões de gênero, as preferências, incômodos e impedimentos inerentes a cada membro da família.

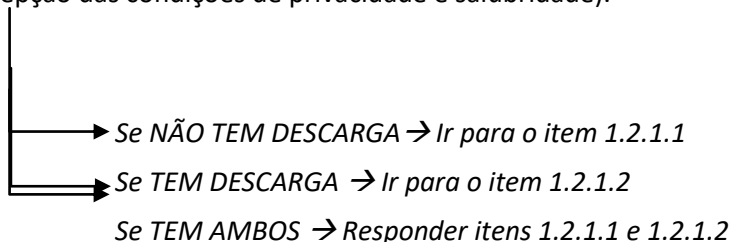
Observação: Geralmente no período da noite, por ser escuro e a possível presença de animais perigosos, pode-se observar que alguns membros da família não se sentem à vontade para usar a casinha.

Usos e características

**c) Só a família usa ou ele é para toda a comunidade?**

Objetivo: Identificar se o sistema em questão é uma solução de uso coletivo ou individual.

d) **O que tem nesse local (banheiro, “casinha” etc)?** (Verificar: vaso, descarga, pia e chuveiro para percepção se há ou não veiculação hídrica e paredes, porta, azulejos etc, para percepção das condições de privacidade e salubridade).



Objetivo: A descrição da solução adotada, especialmente a presença ou não de descarga, permitirá ao entrevistador identificar se a tecnologia é conta ou não com veiculação hídrica. Novamente, deverá ser adotada uma abordagem distinta para ambas as soluções.

#### 1.2.1.1. SOLUÇÃO SEM VEICULAÇÃO HÍDRICA

##### Aspecto construtivo (presente e passado)

a) **Você construiu ou ajudou a construir esse local (banheiro, “casinha” etc)? Ou sabe como foi construído? Você sabe como funciona?** (Verificar: profundidade, impermeabilização, compartimentação ou número de câmaras, altura do lençol, distância e localização relativa à fonte de abastecimento, quem construiu e custo).

Objetivo: Identificar e caracterizar o sistema adotado.

Observação: Ressalte-se que existem muitas tipologias de fossas e a diferenciação entre elas se dá por detalhes, logo, se faz necessário ter o máximo de informações possível.

b) **Quando esse local foi construído? Como era antes? Porque mudou?** (Verificar detalhe sobre tecnologia ou hábito anterior)

Objetivo: Identificar a evolução da forma de esgotamento. Identificar o que levou as pessoas a mudarem a forma de esgotamento.

##### Operação/ manutenção

c) **Tem mau cheiro? E quando chove (apresenta mau cheiro ou piora o existente)? Atrai mosquitos ou outros bichos? Vocês fazem alguma coisa para evitar isso?** (Verificar: tubo de ventilação, telamento e pintura do tubo, calagem ou uso de serragem, cinzas, etc).

Objetivo: Identificar e caracterizar o sistema adotado, além de saber sobre a gestão do sistema.

d) **O buraco (fossa) enche de quanto em quanto tempo? Quando enche, o que é feito? Quem realiza essa ação?** (Verificar: formas de limpeza (quem faz, como faz, e custo) e utilização dos resíduos).

Objetivo: Identificar e caracterizar o sistema adotado, além de saber sobre a gestão do sistema. Questão de gênero.

e) **As águas da cozinha, banho e lavagem de roupas vão para onde?** (verificar para onde vão essas águas e seus usos: agrícola, limpeza, lança direto no solo ou outros)

Objetivo: Identificar e caracterizar a solução adotada, além de saber se há tratamento ou reuso e qual a disposição dos efluentes oriundos da cozinha, chuveiro e da lavagem de roupas.

#### 1.2.1.2. SOLUÇÃO COM VEICULAÇÃO HÍDRICA

### Aspecto construtivo (presente e passado)

- a) **Você construiu ou ajudou a construir esse local (banheiro, “casinha” etc)? Ou sabe como foi construído? Você sabe como funciona?** (Verificar: profundidade, impermeabilização, compartimentação, altura do lençol, distância e localização relativa à fonte de abastecimento, quem construiu e custo)

Objetivo: Identificar e caracterizar o sistema adotado.

Observação: Ressalte-se que existem muitas tecnologias e a diferenciação entre elas se dá por detalhes, logo se faz necessário ter o máximo de informações possível.

- b) **Quando esse local foi construído? Como era antes? Porque mudou? (verificar detalhe sobre tecnologia ou hábito anterior)**

Objetivo: Identificar a evolução da forma de esgotamento. Identificar o que levou as pessoas a mudarem a forma de esgotamento.

### Operação/manutenção

- c) **Você sabe para onde vai seu esgoto?** (Outro membro da família sabe?)

Objetivo: Identificar e caracterizar o sistema adotado, além de saber se existe alguma forma de tratamento do efluente.

- d) **A água do vaso vai junto com a do chuveiro e da pia? E a da cozinha? E a do tanque de lavar roupas?** (Verificar para onde vão essas águas e seus usos: agrícola, limpeza, lança direto no solo ou outros)

Objetivo: Identificar e caracterizar o sistema adotado, além de saber sobre o reuso da água.

- a) **Vocês já tiveram algum problema? Quais? Como resolveram?** (Verificar: frequência)

Objetivo: Identificar e caracterizar o sistema adotado, além de saber sobre a manutenção e gestão do sistema.

- b) **Como é feita a limpeza (manutenção)?** (Verificar: formas de limpeza, quem faz, como faz, frequência e custo e utilização agrícola dos resíduos ou outra destinação)

Objetivo: Identificar e caracterizar o sistema adotado, além de saber sobre a gestão do sistema.

### **DEJETOS DE ORIGEM ANIMAL**

1. **Você cria animais? Quais? Quantos?** (Verificar: uso agrícola dos dejetos, proximidade com os cursos d'água e possibilidade de contaminação)

Objetivo: Identificar possíveis problemas de contaminação hídrica por disposição incorreta de águas residuárias e excretas. Risco de contaminação do cultivo.

### **SAÚDE PÚBLICA**

1. **Que tipo de doenças podem ocorrer em contato com o xixi e o cocô (esgoto)?**

Objetivo: Saber qual o nível de associação que o entrevistado faz entre o esgotamento sanitário e as doenças.

## **2. Há esgoto escorrendo à céu aberto perto das fossas ou nas ruas?**

Objetivo: Identificar o nível de salubridade que a comunidade possui e possíveis riscos de doença.

### **GESTÃO**

#### **1. De maneira geral, você está satisfeito com o sistema de esgoto (solução) que vocês usam (casa e comunidade)? Porquê?**

Objetivo: Identificar a satisfação da comunidade em relação ao sistema/solução adotada.

#### **2. Você acha que deveria ser feito algo diferente? O que pode melhorar?**

Objetivo: Identificar se o entrevistado tem alguma sugestão para melhorar o sistema/solução.

#### **3. Em sua opinião, alguém, ou algum grupo, deveria ser responsável por lidar com esgoto da comunidade? (Limpeza das fossas, por exemplo)**

Objetivo: Identificar se o entrevistado prefere que a gestão dos sistemas seja feita individualmente, ou por um responsável, ou grupo.

#### **4. Você gostaria de conhecer outras formas de lidar com o esgoto?**

Objetivo: Entender se o entrevistado tem interesse em saber mais sobre outros tipos de solução ou parece estar satisfeito ou acomodado com a situação atual.

Observação: Importante tentar fazer a diferenciação entre satisfação e acomodação do entrevistado. Nesse caso a pessoa pode estar falsamente satisfeita, já que tal sensação pode estar atrelada à falta de conhecimento em relação a outras técnicas.

#### **5. Quais gastos você tem com seu sistema (especificar qual)? Acha caro? Estaria disposto a pagar, ou se já paga, pagar um pouco à mais para ter um sistema melhor?**

Objetivo: Quantificar os custos atrelados à solução atual, na implantação e na manutenção (frequência), e se estaria disposto a pagar mais por um sistema melhor.

### **E - RESÍDUOS SÓLIDOS**

#### **PERGUNTAS CHAVES:**

- 1 - O que é considerado lixo?**
- 2 - Quais os tipos de lixo?**
- 3 - O que é feito com cada tipo de lixo?**

### **PERCEPÇÃO E GERAÇÃO DE LIXO**

Objetivo: Avaliar a percepção da comunidade sobre lixo, identificar os tipos de resíduos gerados e a percepção da comunidade a respeito dos riscos relacionados aos resíduos sólidos.

#### **1. O que é lixo para você?**

2. **Que tipo de lixo é gerado por você e sua família? (dentro de casa; na agricultura (há uso de defensivos agrícolas); remédios vencidos; seringas; pilhas e baterias; lâmpadas fluorescentes; eletrônicos; pneus; resíduos de saúde animal).**

3. **Você considera algum desses lixos perigosos? Por quê?**

#### **MANEJO E APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS**

Objetivo: Identificar de que forma a comunidade maneja os resíduos gerados.

4. **O que você faz com cada tipo de lixo gerado? Já foi diferente? (dentro de casa; na agricultura; embalagens de agrotóxicos; remédios vencidos; seringas; pilhas e baterias; lâmpadas fluorescentes; eletrônicos; pneus; resíduos de saúde animal)**

5. **Você aproveita alguma parte do lixo? (reciclagem, compostagem, alimentação de animais, reutilização). Se houver reaproveitamento: você recebe algum dinheiro por isso, ou conhece alguém que recebe dinheiro?**

#### **DESCARTE E ACONDICIONAMENTO**

Objetivo: Avaliar a disposição do lixo, as questões de gênero e riscos à saúde associados.

6. **Onde o lixo fica armazenado até o descarte? (cestos de lixo, quintal ou algum quartinho)**

7. **Quem faz o descarte do lixo? A pessoa que faz essa atividade já teve/tem algum problema de saúde por causa deste trabalho? (dor muscular, intoxicação, dor de cabeça, problema respiratório, tosse....) Onde o lixo é colocado? (caçamba, lixeira coletiva, ou local de disposição final)**

8. **Você acha que o cuidado/gestão do lixo gerado na sua casa é papel do homem ou da mulher? Por quê?**

#### **COLETA DE RESÍDUOS**

Objetivo: Caracterizar o sistema de coleta existente

9. **Existe a coleta do lixo? (de que tipo: convencional; seletiva)**

10. **Quem faz a coleta? (prefeitura; associação) Qual é a relação entre os gestores deste serviço e da comunidade, existe alguma orientação?**

11. **Quando é feita a coleta? (dias da semana; horários)**

12. **Como é feita a remoção do lixo? (caminhão, carroça, trator com reboque; etc)**

13. Você paga pelo serviço de coleta? Você pode dizer quanto?

14. Você sabe o que é feito com o lixo depois de coletado? Se sim, sabe para onde é levado o lixo?

#### **SAÚDE E SATISFAÇÃO**

Objetivo: Percepção dos moradores com relação aos riscos e eficiência do serviço.

15. Existe algum problema nos locais onde o lixo é acumulado? (mau cheiro; mosquitos; roedores; outros insetos)

16. Você está satisfeito com a forma de descarte do lixo? Por quê?

17. Você acha que alguma coisa poderia melhorar com relação ao lixo? O quê?

18. A pessoa que separa o lixo dentro de casa ou dispõe o lixo fora de casa (queima, recicla, coloca na porta para coleta) já teve/tem algum problema de saúde por causa desse trabalho? (dor muscular, intoxicação, dor de cabeça, problema respiratório, tosse...)

19. Você já ouviu falar de algum tratamento do lixo diferente do realizado em seu domicílio ou comunidade? (geração de biogás; composto orgânico)

20. Você estaria interessado a conhecer mais sobre outras formas de aproveitamento do lixo?

#### **GESTÃO DOS RESÍDUOS**

Objetivo: Percepção da gestão de resíduos pelos moradores; da responsabilidade pela gestão.

21. Na sua opinião qual deveria ser o papel dos moradores da comunidade na operação e manutenção do sistema de coleta de lixo?

22. Para você, os moradores da comunidade estariam dispostos a assumir a responsabilidade pela operação, manutenção, custos e vantagens dessas operações?

### **F - DRENAGEM PLUVIAL**

#### **ESTRUTURAS DE DRENAGEM EXISTENTES NA COMUNIDADE**

1. Atualmente, quando chove, o que ocorre na comunidade? No passado ocorria o mesmo?

Objetivo: conhecer a evolução do sistema ao longo dos anos.

2. Existem estruturas que direcionam a água da chuva para outro lugar para evitar inundações?

Objetivo: analisar a existência de estruturas de drenagem.

**3. Alguma coisa é feita na construção das casas para se proteger de deslizamentos e inundações?**

Objetivo: avaliar a preocupação da comunidade relacionada ao tema e técnicas de construção utilizadas.

**OCORRÊNCIA DE ESCORREGAMENTOS E DESLIZAMENTOS DE TERRA**

**4. Ocorreu escorregamento e/ou deslizamento de terra na comunidade nos últimos anos, como foi? Como está o local atingido atualmente? (Onde? Alguma casa ficou soterrada? Alguém faleceu ou ficou ferido?)**

Objetivo: identificar área de risco

**5. Na sua opinião, o que causou o deslizamento de terra? Vocês tomam algum cuidado para evitar que ocorra novamente?**

Objetivo: identificar a percepção da comunidade quanto aos fatores de risco.

**OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES**

**6. Ocorreu inundação na comunidade nos últimos anos?**

Objetivo: verificar a pluviometria do local e a recorrência de inundações

**7. Com qual frequência ocorrem inundações na comunidade? (Em qual época do ano?)**

Objetivo: verificar a recorrência de inundações.

**8. Muitas casas são alagadas ou apenas as ruas? Aonde a água batia? (Pelo menos até o tornozelo, pelo menos até o joelho...)**

Objetivo: verificar a intensidade das inundações e áreas de risco.

**9. Em inundações já ocorreram falecimentos ou acidentes graves?**

Objetivo: verificar a intensidade das inundações e suas conseqüências.

**10. Na sua opinião, por quais motivos ocorreram as inundações?**

Objetivo: identificar a percepção da comunidade quanto aos fatores que aumentam o risco de inundações.

**GESTÃO DOS DESASTRES**

**11. Quando ocorrem deslizamentos de terra ou inundações vocês recebem alguma ajuda? De que tipo? (financeira, orientações, doações...) De quem vem a ajuda (órgão do governo municipal ou de outra esfera; igreja, ONG, etc)?**

Objetivo: identificar a atuação governamental e de outros atores sociais.

**RELAÇÃO ENTRE DRENAGEM E SAÚDE PÚBLICA**

**1. Tem algum lugar na comunidade onde a água fica parada? Esse lugar tem mau cheiro? Lá é possível perceber larvas de mosquito?**

Objetivo: verificar focos de contaminação.

**G - GÊNERO**

**ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES**

Objetivo: Identificar o papel das mulheres e homens no desempenho das atividades relacionadas ao saneamento e como essas atividades podem influenciar na saúde e bem estar dessas pessoas.

Motivo: Identificar os principais agentes envolvidos (atribuição de responsabilidades) no saneamento e possíveis consequências pela realização desses trabalhos.

Obs.: A questão pode ser desmembrada nas questões dos outros eixos.

1. **Há alguma liderança feminina na comunidade?**
  
2. **Como são recebidas pelos homens as decisões que partem das lideranças femininas?**
3. **Sua família é beneficiada por algum programa de governo? Em caso positivo, quem decide como esse dinheiro será utilizado?**
  
4. **Quem assume a responsabilidade pelo sustento da família? Pela educação dos filhos? E pelos cuidados com a casa? Descreva rapidamente o dia-a-dia típico do homem da casa (atividades que exerce, horários, rotina). E o das mulheres? É diferente? O quê é diferente?**
  
5. **Quando ocorre alguma reunião na comunidade, quem da casa é que participa, representando a família?**
  
6. **As mulheres da sua família trabalham fora? O dinheiro que ganham é gasto de que maneira?**
  
7. **Você acha que quem realiza as atividades relacionadas ao abastecimento de água/esgotamento sanitário/ manejo dos resíduos sólidos poderia gastar o seu tempo com outras atividades? (Anotar a resposta sem dar sugestões)**
  - a- **Quais (estudar, trabalhar, lazer, outros)? (o entrevistador pode dar exemplos de atividades)**
  - b- **Quanto tempo em média você/o responsável gasta por dia para fazer essas tarefas?**

## H - EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

### **PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Objetivo: Traçar o perfil da participação social

1. **Como a comunidade se organiza para discutir questões que dizem respeito ao coletivo? (Associação...)**
  
2. **Onde ocorrem as reuniões/encontros/festas da comunidade?**
  
3. **Todos participam?**
  
4. **Quem a comunidade procura quando acontecem problemas (que instituições dão apoio à comunidade na resolução de problemas: igreja, prefeitura, ONG, etc)?**
  
5. **Qual a sua participação na solução dos problemas da comunidade?**

**6. Você exerce algum papel de liderança na comunidade? Caso negativo, gostaria de exercer? Por quê?**

**7. Quem são os líderes/lideranças na comunidade?**

### **EDUCAÇÃO**

Objetivo: Identificar atores e instituições que desempenham algum papel de apoio/educativo à comunidade, na perspectiva do saneamento.

**1. São realizadas ações educativas relacionadas ao abastecimento de água, ao esgoto e ao lixo nessa comunidade? De que tipo (palestra, folder...)? Quem realiza (escola, igreja...)?**

**APÊNDICE B**

***Folder entregue pelos pesquisadores nas comunidades***

Se a gente não falar, como o prefeito, governador ou presidente vão saber como gostaríamos que o saneamento fosse construído na nossa comunidade?

**NÃO DÁ PRA FAZER SANEAMENTO SEM OUVIR TODAS AS PARTES!**



As questões de saneamento afetam não apenas uma pessoa ou família, mas toda a comunidade. Mulheres, homens, jovens, idosos, cada um tem sua experiência. Por isso, precisamos escutar todos!

### IMPORTANTE !

Sua participação é VOLUNTÁRIA. Vamos construir juntos o futuro do nosso país? Participe!

### QUANDO ?

A partir da 2ª quinzena de fevereiro.  
21/02/2016 a 03/03/2016

### EQUIPE



Renata, Diogo e Bárbarah

Dúvidas? Entre em contato!

Bárbarah: (31) 99367-2092

Diogo: (31) 98479-7796

Renata: (31) 98879-2021

João Luiz: (31) 98563-7355

Grupo de Pesquisa UFMG: (31) 3409-1018



UFMG

DESA UFMG

Fundação Nacional de Saúde  
Universidade Federal de Minas Gerais

Conhecendo a realidade do saneamento nas comunidades rurais brasileiras



Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR

<https://programanacionalsaneamentorural.wordpress.com>

### VOCÊ SABIA ?



1. SANEAMENTO é um conjunto de ações que garantem a saúde, o bem estar da população e do ambiente.
2. Ter acesso a abastecimento de água e esgotamento sanitário é um direito humano reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).
3. Apenas 32% dos domicílios rurais possuem redes de abastecimento de água.\*
4. Somente 5,2% dos domicílios rurais possuem rede de coleta de esgoto.\*
5. Este cenário contribui para o surgimento de várias doenças (como, por exemplo, a diarreia), as quais são responsáveis pela elevação da taxa de mortalidade infantil.

\* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2012).



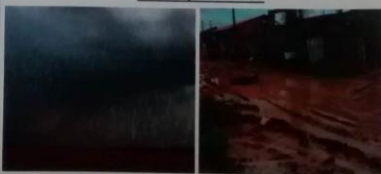
Água potável



Esgoto



Manejo do lixo



Escoamento da água de chuva

### O QUE VAMOS FAZER ?

Durante 10 dias nossa equipe conviverá com sua comunidade. Vamos realizar coleta de opiniões dos moradores, fotos, vídeos e rodas de conversas a fim de saber mais sobre o saneamento na comunidade.



### PARA QUE SERVE O PNSR ?

O PNSR está sendo elaborado com a intenção de se conhecer a realidade do saneamento nas áreas rurais brasileiras. Dessa forma, futuramente, o Programa poderá auxiliar o Governo Federal na promoção de melhorias na infraestrutura de saneamento dessas áreas.



## **APÊNDICE C**

### ***Modelo da divisão temática das questões aplicadas em campo***

AGRUPAMENTO		PERGUNTA	RESPOSTAS	CAMPO AO QUAL FOI APLICADA
<b>A – Identificação dos papéis dos homens e das mulheres frente às demandas de saneamento.</b>  <b>(O.E.2)</b>	A1	<b>O cuidado com a água e o lixo (saneamento) é mais função de quem?</b>	<p>- “Mais das mulheres (...) elas fazem o tratamento com hipoclorito (...)” (NE03, 19’)</p> <p>- “Desde quando eu comecei minha vida que eu cuido do meu lixo. Não deixo nem para as minhas meninas. Ninguém arruma minha casa, eu deixo tudo limpinho” (NE32, 3’)</p> <p>- “A gente (ela, a avó e a tia) coava (a água), já tinha aqueles paninhos de prato, já lavava aquele pano e guardava que era para quando chegasse a água já colocava na boca do pote (...)” (NE32, 16’)</p> <p>- “Da mulher! (risos)” ((NE26, 1:05’)</p>	Nova Esperança
			<p>- “Das mulheres. Porque os homens ficam mais na roça. As mulheres também trabalham na roça, mas essa parte aí é de responsabilidade delas.” (BA17, 23’)</p>	Barreiro Amarelo
	A2	<b>Quem é mais cuidadoso(a)/atencioso(a) em relação às questões sanitárias dentro do domicílio?</b>	<p>- “É a mulher. (...) porque a mulher sempre é mais cuidadosa assim nessa parte.” (BA17, 24’)</p>	Nova Esperança
			<p>- “As mulheres, com certeza!” “Somos nós que cuidamos da casa e dos filhos” (Entrevista em grupo, 24’)</p>	Barreiro Amarelo
	A3	<b>Quem se preocupa mais com as questões de higiene dentro do domicílio?</b>	<p>- “É sempre a mãe!” (entrevista em grupo, 15’)</p>	Barreiro Amarelo
	A4	<b>Porque essa função (cuidado sanitário/higiene) é das mulheres?</b>	<p>- “Eles ajudam, mas eles trabalham (...). O que acontece é que as mulheres que ficam em casa e tem que pegar e cuidar da água.” (entrevista em grupo, 6’)</p>	Barreiro Amarelo
			<p>- “Porque são elas que colocam no filtro, colocam dentro de casa, dá banho nas crianças, é quem cuida (...). Eu acho que elas cuidam mais, levam mais a sério, né?” (NE03, 20’)</p> <p>- Às vezes tinha que ser dos dois né (homem e mulher). (...) mas eles trabalham fora, na roça para ganhar o pão de cada dia e aí fica pra gente (trabalhar) dentro de casa, mas eu gosto! (NE32, 25’)</p>	Nova Esperança

			- É por causa do machismo, é por causa da cultura, porque as mulheres fizeram os homens ficarem assim, quem criou os homens foram as mulheres. Os casais mais jovens já fazem uma divisão de tarefas, mas nem todos são assim. Então é da mulher.” (NE26, 1:06’)	
<b>B – Ausência de sanitário e as dificuldades para as mulheres.</b>  <b>(O.E.2)</b>	<b>B1</b>	<b>Sobre fazer as necessidades no mato e/ou fora de casa, como é/era?</b>	- “Era perigoso (...) tinha medo de cobra (...).” (NE02, 8’)	Nova Esperança
			- “Ia de noite também, quando a Lua estava bonita a gente ia mais alegre, mas quando era noite, ia mais com medo mas ia, chamava uma pessoa para ir só, porque tinha medo de ir sozinha (...) meu pai, meus avôs iam sozinhos, (...) mas eu chamava minha tia ou minha avó. Só tinha mais medo de cobra, raposa (...)da gente tá lá e aparecer um bicho desse.” (NE32, 22’)-	
			- “Até hoje vai é com camarada. (...) tem medo de bicho.” (BA15, 30’)	Barreiro Amarelo
	<b>B2</b>	<b>Pelo fato de você ser mulher é/era mais difícil?</b>	- “Oxe... era. Pra homem é mais fácil, agora para mulher é tudo mais complicado.” (NE02, 9’)	Nova Esperança
			- “Ave Maria, pra gente tudo era difícil! O homem ia até para os tanques tomar banho, chegava lá pegava a água, ficava de short, né? Tomavam seus banhos lá, mas nós (mulheres) não podíamos fazer isso. Eu mesma tomava dentro de casa, deixava para tomar de tardezinha.” (NE32, 19’)	
			- “Mais difícil a gente sabe que é, né?” (BA17, 24’)	Barreiro Amarelo
		- “Eu acho que é, porque se aparecer uma cobra o homem tem mais coragem. A mulher sai é na ‘carreira’ gritando!” (BA09, 31’)		
	<b>B3</b>	<b>E sobre o banho, como é/era realizado?</b>	- “Ave Maria! É no balde.” (BA09, 33’)	Barreiro Amarelo
		- “A gente pegava o balde e ia para o meio do mato, no meio do carrasco (...), e tinha que ficar olhando pra vê se não vinha ninguém!” (8’)		

<b>C - Impacto da falta de saneamento e sua relação com a saúde.</b>  <b>(O.E.2)</b>	<b>C1</b>	<b>Quem do domicílio sofre mais com a falta e/ou ineficiência dos serviços de saneamento básico?</b>	- “A gente deixa de lavar roupa.” (NE08, 7’)	Nova Esperança
			- “EU! Ave Maria, vixe! Quando falta água aí pra eu lavar roupa sem cair da torneira... Fica pegando de balde é difícil!” (NE08, 10’)	- “Com certeza são as mulheres!” (entrevista em grupo, 8’)
	<b>C2</b>	<b>Como é/era a tarefa de buscar água?</b>	- “A gente vai de bicicleta, coloca o balde na garupa da bicicleta.” (BA09, 7’)	Barreiro Amarelo
			- “Ave... Aqui é duro. É pesado. A gente daqui sofre demais!” (BA09, 8’)	
			- “Desde pequena eu panhava água aqui. (...) eu nem sei mais quantos quilômetros onde mas era longe. Dá mais de uma hora. Ia a pé e trazia na cabeça. (...) Tinha que ser cedo, senão a gente não aguentava. Tinha hora que as crianças iam e traziam um balde... aliviava mais. (BA09, 11’)	
	- “Era de manhã e a tarde pegando essas águas, de manhã e a tarde (...) a gente saía 4 horas da manhã e voltava com o sol raiando.” (entrevista em grupo, 7’)	- Saía cedo pra não ir com sol quente. (7’)		
<b>C3</b>	<b>A realização de atividades relacionadas ao saneamento causa ou causava algum problema de saúde ou mal estar?</b>	- “Era pesado, dava dor nas costas, cansaço, gastava muito tempo (...)” (NE03, 28’)	Nova Esperança	
		- “Sentia dor nas costas, chegava com aquele peso, era dor nas costas por causa daquela lata de água (...) era uma luta muito grande quando não tinha água encanada.” (NE32, 16’)		
- “Andava muito, era uma ½ légua para mais. (...) Eu pegava uma lata de 20 litros na cabeça (...), ficava cansada.” (NE32, 11’)	- “As costas fica ‘abertinha’. As costas, os braços de empurrar o carro. (...) E o Sol é queimando!” (BA09 Gomes, 10’)	Barreiro Amarelo		
- “Sim muita dor nas costas. (...) Eu peguei tanto peso quando era mais nova que hoje nem posso mais carregar peso.” (BA12 Gomes, 17’)				

<p><b>D – Espaço potencial para a participação feminina nas ações de saneamento empreendidas.</b></p> <p>(O.E.2)</p>	<p><b>D1</b></p>	<p><b>Como deveria ser uma ação de saneamento nessa comunidade? Há espaço para programas especialmente pensado para as mulheres?</b></p>	<p>- “Os homens é quem vão construir, mas para educar a família é a mãe... ou os dois né?” (NE03, 21’)</p> <p>- “Não seria bom, seria ótimo! Inclusive nós trabalhamos com a questão do gênero. Nós participamos recentemente, junto do município de uma campanha contra a violência da mulher, além de palestras teve uma caminhada aqui na rua.” Poucas mulheres participaram do movimento, muitas tiveram a sua participação questionada pelo marido. (NE26, 1:08’)</p>	<p>Nova Esperança</p>
<p><b>E – Tempo disponível quando há a liberação da tarefa de buscar a água.</b></p> <p>(O.E.2)</p>	<p><b>E1</b></p>	<p><b>Como o tempo que é/era destinado às ações relacionadas ao saneamento (principalmente buscar água) passaria/passou a ser gasto?</b></p>	<p>- “Ah, eu faço café, faço tudo nesse tempo... arrumo a casa, descanso e não tem mais dor na coluna.” (NE03, 28’)</p> <p>- “Para ir na casa de amiga, né? Passear.” (NE32, 23’)</p> <p>- “A gente gasta pelo menos meia hora para ir lá e voltar. (...) podia lavar roupa, cuidar dos filhos, ir para a roça. Quando a gente vai buscar, a gente nem aguenta fazer mais nada, volta muito cansada.” (BA12 Gomes, 19’)</p>	<p>Nova Esperança</p> <p>Barreiro Amarelo</p>
<p><b>F – Outros pontos</b></p> <p>(Todos O.E.)</p>	<p><b>F1</b></p>	<p><b>Outras questões</b></p>	<p>- “Banho? Ah meu Deus do céu, quando buscava água, era dois litros de água. Já cansei de despejar balde de água na bacia pra tomar banho (...) num cantinho da sala.” (NE32, 18’)</p> <p>- “Já deixava aquela caatinga lá para fazer as necessidades, só que em tempo de chuva, era preciso muita coragem para ir lá fazer as necessidades. A vida era difícil.” (NE32, 20’)</p> <p>- “Os homens acabam o serviço deles lá na roça e vem pra casa. A mulher vem arrumar casa e fazer outras coisas.” (entrevista em grupo, 8’)</p> <p>- Eles (homens) mandam nas mulheres, né, as mulheres vivem mandadas por eles. Aqui (na região), é muito comum” (entrevista em grupo, 18’)</p>	<p>Nova Esperança</p> <p>Barreiro Amarelo</p>

